

Cezar Wagner de Lima Góis

Psicologia Comunitária no Ceará

UMA CAMINHADA

**PSICOLOGIA COMUNITÁRIA
NO CEARÁ**

UMA CAMINHADA

Cezar Wagner de Lima Góis

2003

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Góis, Cezar Wagner de Lima

Psicologia Comunitária no Ceará / Cezar Wagner de Lima Góis - Fortaleza, CE: 2003.

Bibliografia.

1. Intervenção Psicossocial 2. Psicologia Social 3. Psicologia Comunitária I. Título

“Mas, doutor, uma esmola para um homem que é são,
ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão.

Luiz Gonzaga

“Ai de nós, educadores, si deixarmos de sonhar sonhos possíveis...
Os profetas são aqueles ou aquelas que se molham de tal forma nas águas
de sua cultura e de sua história, da cultura e história de seu povo,
que conhecem seu aqui e seu agora e, por isso,
podem prever o amanhã que eles mais que adivinham, realizam.”

Paulo Freire

Agradecimentos

A todos, que contribuíram com a construção da Psicologia Comunitária no Ceará, profissionais e estudantes de Psicologia, Pedagogia, Sociologia, Medicina e História; moradores do Pirambu, Tirol, Jardim Iracema, Carlito Pamplona (Fortaleza), Pedra Branca, Icapuí, São Gonçalo, Quixadá, Itapajé, Beberibe, Caucaia, Itaitinga, Itapiúna, Jucás, Baturité, Redenção e Aracati (regiões do litoral, sertão e serra do interior do Ceará), o meu reconhecimento.

A Patativa do Assaré, poeta do Ceará.

A Sílvia Lane, professora de Psicologia Social da PUC-SP.

A Elisabeth Bomfim, professora de Psicologia Social da UFMG.

A meus filhos e filhas – Mariana, Sara, Davi e Pedro, infinito amor.

Ao meu pai, eterna recordação.

A minha mãe, presença e amor nesses seus 90 anos.

A Luciane, companheira - doce amor.

Prefácio

Psicologia Comunitária: compromisso com o social

Cada vez mais, os temas e assuntos relacionados com o social são tratados como questões de relevância nacional e internacional. São os fatos concretos da realidade como a fome, o desemprego, a festa popular, a participação social, e muitos outros, que vão construindo a história de um povo e de uma nação. O desenvolvimento de políticas públicas, que respondam e que superem as necessidades sociais, é um elemento importantíssimo no caminho de busca de uma sociedade mais participativa e com uma qualidade de vida digna.

Como não mencionar a belíssima festa da democracia que nosso Brasil e nós vivemos no dia 26/10/02, com a eleição de um Presidente da República oriundo da classe trabalhadora (e operária), cujas raízes são advindas de Terras Nordestinas – Sr. Luís Inácio Lula da Silva.

Diante deste novo cenário nacional, novas demandas sociais exigirão respostas do mundo acadêmico, principalmente quando é colocado o tema da FOME como o foco de definição de uma política governamental que atenda e supere este problema social tão triste e desumano da história do Brasil e do mundo.

Por esse caminho de luta contra a opressão e a exploração do homem pelo homem nasceu a Psicologia Comunitária no Ceará.

A presente obra intitulada *Psicologia Comunitária no Ceará*, do Prof. Dr. Cezar Wagner de Lima Góis, insere-se como uma contribuição teórica e prática do papel e da importância da Psicologia Comunitária como uma área do conhecimento capaz de analisar, interpretar e intervir nos movimentos sociais e comunitários.

A trajetória profissional e pessoal de Cezar Wagner vem sendo construída através da sua valiosa contribuição como teórico, no que se refere a sua incessante busca por construir e sistematizar o saber psicológico desde um enfoque da Psicologia Comunitária, e como facilitador de processos humanos, através da vinculação da teoria com a ação prática. É exatamente por ter estes enfoques que os seus escritos atraem ao leitor, pois propiciam imediatamente um elo entre o conceito e a sua aplicação.

O objetivo deste livro é mostrar um pouco da história da Psicologia Comunitária no Ceará, através da organização de artigos que retratam os momentos e as fases que dão corpo a tudo que se construiu neste percurso urbano e rural da Psicologia Comunitária e de sua contribuição para a estruturação e implantação de políticas públicas, como foi o caso do CMDS (Conselho Comunitário de Desenvolvimento Sustentável) e do planejamento estratégico e mobilização social desenvolvido junto às Prefeituras.

A inserção da Psicologia Comunitária nos diversos espaços sociais e comunitários (associações, sindicatos, movimentos religiosos, políticos, etc.) e governamentais (prefeituras, governos, órgãos públicos, programas sociais, etc.) é um fator importante para despertar à população e as autoridades sobre as contribuições que a Psicologia Comunitária pode oferecer e como vai ampliando a área de atuação do psicólogo comunitário.

O compromisso social de transformação da sociedade e a construção de sujeitos comunitários e autônomos constituem a base da Psicologia Comunitária, construída a partir das demandas sociais do Bairro Nossa Senhora das Graças do Pirambu e, por

consequência, da necessidade de teorizar esta prática. Esse nascimento social e não teórico da Psicologia Comunitária é o que a diferencia de muitas outras áreas da Psicologia e respalda o seu compromisso social.

Diante do cenário político e social que vamos viver nos próximos anos, encontramos um ambiente mais do que favorável para a publicação e divulgação desta obra como um instrumento que contribuirá para o pensar e repensar de uma prática social e comunitária que se distancia totalmente do assistencialismo, que escraviza e empobrece o homem, para uma atuação prática libertadora que possibilita o despertar do sujeito enquanto cidadão e construtor da sua própria história, como ser coletivo e único, através de uma visão dialética da realidade, a qual influencia e é influenciado.

Fortaleza, 11 de Novembro de 2002

Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes
Profa. Adjunta do Depto. de Psicologia da Universidade Federal do Ceará
Coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM)

Índice

I – História e Perspectiva da Psicologia Comunitária no Ceará	17
II – A Psicologia Comunitária No Ceará	27
III – Por Uma Psicologia Popular	35
IV – O Paciente Pobre	71
V- Pedra Branca: Uma Contribuição Em Psicologia Comunitária	77
VI – Método De Ação Municipal	93
VII – Planejamento Estratégico De Cidades E Mobilização Social	111
VIII – Considerações Finais	121
IX – Referências Bibliográficas	122

APRESENTAÇÃO

A Psicologia Comunitária avançou e, progressivamente, ocupou espaços que lhe restituíram sua verdadeira base - a Psicologia Social, bem como possibilitou distingui-la, não tão claramente, da Clínica Social e da Psicologia na Comunidade. Desenvolveu-se no interior da Psicologia Social e responde a uma necessidade social.

É evidente hoje a importância da Psicologia Comunitária no ensino e prática da Psicologia na saúde e educação, assim como nas estratégias de desenvolvimento local e comunitário. Muitos e diferentes trabalhos foram realizados nessa direção, tais como: intervenção comunitária; comportamento participativo; identidade e participação (Arango, 1996); intervenção comunitária (Montero, 1994; 1999); sujeito da comunidade (Góis, 1994); participação comunitária (Martín González, 1993); avanços da Psicologia Social na América Latina (Lane, 1987; 1996); relações sociais na comunidade; integração, participação comunitária e saúde mental (Musitu Ochoa, 1996); intervenção comunitária e sentimento de comunidade (Sánchez Vidal, 1991) e Psicologia Social Comunitária (Campos, 1996).

Mesmo com a contribuição crescente de vários autores, ainda temos muito que fazer para uma maior compreensão da relação sujeito-comunidade, da relação entre atividade comunitária e consciência do modo de vida do lugar, enfim, contribuir para uma maior compreensão e desenvolvimento do sujeito comunitário, bem como para o fortalecimento da Psicologia Comunitária como profissão.

Ao longo do tempo, trabalhando junto com sociólogos, educadores, economistas, assistentes sociais, militantes políticos, religiosos, psicólogos clínicos, psicólogos sociais e psicólogos comunitários, víamos nesses trabalhos interdisciplinares sérias limitações quando penetravam nas questões da subjetividade, da parte ideal do psiquismo, do modo de vida refletido na mente do morador como imagem ativa de suas relações sociais e comunitárias. O processo do reflexo psíquico da comunidade não era, muitas vezes, compreendido e nem considerado na ação comunitária, a não ser de forma distinta do contexto histórico-social do morador; uma separação entre indivíduo e meio que pouco atendia, por mais que se falassem de contexto, história, subjetividade, consciência e participação comunitária.

Esse foi o motivo para buscar um caminho através das nossas práticas extensionistas e das obras de Vigotsky, Freire, Loyello, Lane e Martín-Baró. Nelas, atividade e consciência se encontram enredadas entre si e na história, em um só processo de desenvolvimento do sujeito e de sua realidade.

Sabemos que as noções de atividade e consciência não são usuais em intervenções comunitárias, apesar de que, em geral, estão presentes de algum modo nas intervenções, como dois elementos distintos (um externo e fora do campo teórico do psíquico, e outro interno, próprio deste campo) e não como elementos que constituem um todo orgânico ou unidade no psiquismo, onde a atividade prática é atividade orientadora da consciência e orientada por esta.

Esses marcos teóricos deram mais clareza e resultados aos nossos estudos aplicados de Psicologia Comunitária, trabalhos esses centrados não no desenvolvimento da comunidade, mas sim no desenvolvimento do sujeito da comunidade, aí tomando como unidade de análise e de intervenção a atividade comunitária existente (ou criada na intervenção), pois sua interiorização por meio pedagógico (base de orientação ativa; diálogo problematizador; investigação-ação-participante; ação reivindicatória; e vivência) implica na reconstrução da consciência pessoal como consciência crítico-afetiva, assim como no desenvolvimento da comunidade e da própria atividade comunitária.

Partindo desse referencial e de uma *praxis* no Estado do Ceará, nordeste brasileiro, construímos um conceito e uma prática em Psicologia Comunitária a partir de um cotidiano que fala por si e sendo possível dialogar com ele. Isso por estarmos mergulhados até hoje em sua trama simbólico-concreta, no caso, a trama do cotidiano do povo cearense, uma realidade de 184 municípios e 7.000.000 de habitantes, em sua maioria excluídos sociais, carente de recursos básicos, tais como: alimentação, trabalho, moradia, saúde, escola, água, esgoto, luz, segurança, respeito, valorização e afeto.

Um pouco dessa caminhada está neste livro, que tem como eixo as duas experiências básicas que marcaram e definiram a Psicologia Comunitária no Ceará. A experiência do Pirambu e o início de uma Psicologia Popular; e a experiência de Pedra Branca e a tecitura intercomunitária e municipal.

Pretendemos neste livro mostrar, através de alguns artigos e conferências, os caminhos percorridos pelo autor na construção da Psicologia Comunitária através, principalmente, de duas experiências que serviram de base para o pensar e repensar a teoria e a prática da Psicologia Comunitária no Ceará, tanto no meio urbano de Fortaleza (Pirambu), como no meio urbano e rural do interior (Pedra Branca).

Além das duas experiências básicas, apresentamos alguns textos que têm também suas origens nas práticas do Pirambu e de Pedra Branca. São eles: História da Psicologia Comunitária no Ceará; O Paciente Pobre e Implantação dos CMDS no Ceará.

Atualmente, outros profissionais de Psicologia Comunitária atuam no Ceará, realizando importantes trabalhos em mobilização social, organização comunitária, planejamento municipal, atenção básica em saúde, saúde mental comunitária, orçamento participativo, diálogo prefeitura-comunidade, mobilização de juventude, trabalho e renda, formação de conselhos municipais, ação cultural em comunidade e desenvolvimento local. A todos o nosso apreço.

Três publicações devem ser aqui mencionadas: revista “Cadernos de Psicologia Comunitária”, organizado pelo NUCOM (1997 e 1998); o livro “Nos jardins da Psicologia Comunitária”, Edições UFC, 2000, organizado por Zulmira Bomfim (Profa. Dra. do Departamento de Psicologia da UFC) e Israel Brandão (Mestre em Sociologia e Assessor da Escola de Saúde da Família do Município de Sobral - Estado do Ceará), ambos ex-estagiários do NUCOM; e o livro “CMDS – História e Futuro”, Imprensa Universitária da UFC, 2000, do Professor e Mestre em Odontologia Social Flávio Prata Crisóstomo, ex-Pró-Reitor adjunto de Extensão da UFC e atualmente Secretário da Saúde do Município de São Gonçalo do Amarante, Ceará.

Esperamos que o presente livro, feito com simplicidade, mantendo os textos do mesmo modo com que foi escrito na época, possa contribuir com o estudo e a prática em Psicologia Comunitária. Que possa atender um pouco às necessidades teóricas e práticas das disciplinas de Psicologia Comunitária nos cursos de Psicologia e daqueles que atuam nos movimentos sociais e que sabem do papel da Psicologia Comunitária na luta do povo brasileiro por uma sociedade justa e solidária, realmente democrática.

Finalmente, queremos deixar, com este livro, um registro e uma contribuição a todos aqueles que, de alguma forma, participam desse importante processo de construção de uma nação democrática e biocêntrica em todos os seus aspectos de inclusão social e de desenvolvimento nacional, tendo a Vida e o Ser Humano como prioridades maiores do nosso país.

HISTÓRIA E PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NO CEARÁ

Texto apresentado no Encontro de Psicologia Comunitária da UFC/NUCOM - 1996

A trajetória da Psicologia Comunitária no Ceará teve seu ponto de partida no encontro entre Psicologia, Biodança, Alfabetização de Adulto e Compromisso Político-Pedagógico, em outubro de 1980, quando conheci Ruth Cavalcante em um curso de formação, que ela mesma ministrava, de Animador de Círculo de Cultura, com o objetivo de alfabetizar adultos na periferia de Fortaleza (Método Paulo Freire). O curso era realizado no Casarão Democrático, na Avenida da Universidade, atual sede do Partido dos trabalhadores – PT.

A Psicologia Comunitária começou como compromisso social da Psicologia, com a intenção de colocá-la a serviço da população excluída da riqueza da nação.

Durante o segundo semestre de 1980 e primeiro semestre de 1981, nosso trabalho de Psicologia no Pirambu era confuso e disperso, sem uma base teórica e metodológica - trabalhávamos com alfabetização de adultos e com jovens marginalizados nos Bairros Cristo Redentor (Pirambu) e Castelo Encantado (Mucuripe). Dessa época quero destacar cinco pessoas que muito contribuíram com a nossa prática: Ruth Cavalcante (Psicopedagoga do Centro de Desenvolvimento Humano), Raquel Balsalobre (ex-professora de Psicologia Social da UFC), Irmã Maria Montenegro (Freira que residia no Cristo Redentor), Gílton e Domingos Sávio (Lideranças da época). Foram importantes no início da Psicologia Comunitária no Ceará.

Esse trabalho se estendeu por todo o ano de 1981. Em 1982, continuamos o mesmo trabalho, agora mais abrangente e aperfeiçoado, com outros grupos, em uma casa da Paróquia do Bairro Nossa das Graças do Pirambu, tendo o apoio do Pároco, Padre Haroldo, que recém chegara. O Trabalho cresceu e a casa passou a ser a sede do Grupo Renascer, depois Grupo Libertação e, logo a seguir, Movimento Libertação.

Enquanto no Departamento de Psicologia da UFC, dávamos aulas e supervisão em Psicologia do Trabalho, através do Centro de Crescimento da Pessoa, depois Centro de Desenvolvimento Humano, trabalhávamos com Psicologia Popular no meio urbano de Fortaleza. Nossa Psicologia engajada era vista como uma ação política, “*trabalho de petistas*” (1981 a 1984), e não como uma tentativa de construção de uma Psicologia Social comprometida.

De 1982 a 1986, pensávamos a Psicologia como Psicologia Popular, uma Psicologia a serviço da população pobre. Nossa base teórica, ainda frágil, se constituía das idéias de Paulo Freire, Rolando Toro, Carl Rogers, Jacob Moreno, Frantz Fanon, Washington Loyello e Leonardo Boff.

O esforço realizado era o de compreender os moradores e suas práticas, como pessoa e cidadão, em seu lugar de moradia e convivência, além de facilitar processos de mudança social no bairro (vide artigos: *Por uma Psicologia Popular*, Revista de Psicologia da UFC, vol. 2, nº 1, Fortaleza, 1984; *O Paciente Pobre*, Revista de Psicologia da UFC, vol. 3, nº 1, Fortaleza, 1985). Vale aqui mencionar um outro artigo: *Consciência e Vivência*, Revista de Psicologia da UFC, vol. 3, nº 2, 1985, o qual trata da relação entre consciência e vivência, entendendo a última como ponto de partida para a regulação do ser e básica no desenvolvimento da consciência. Por isso a Biodança foi e é tão importante.

Somente em 1983 cadastramos nosso trabalho no Departamento de Psicologia e na Pró-Reitoria de Extensão da UFC, sob o título de *Projeto de Atendimento Psicossocial dos Moradores do Bairro N. S. das Graças do Pirambu*. Além dos estudantes e profissionais de várias áreas, cujo ponto de convergência era a Biodança, passaram a participar do projeto outros estudantes, cuja afinidade era com a Psicologia e suas novas propostas sociais.

Em 1983, para treinar a equipe de colaboradores e as lideranças locais, criamos um curso de formação de agentes externos e um outro de formação de lideranças democráticas (agentes internos), além de resgatar a disciplina optativa *Dinâmica de Grupo*, a qual refizemos em quatro módulos: Grupo de Trabalho, Grupo Terapêutico, Grupo Escolar e Grupo Popular. Como parte do último módulo, havia uma série de encontros entre estudantes da disciplina e moradores do . Essas dinâmicas grupais tanto se davam na própria sala de aula, como na sede do Grupo Libertação. Foram encontros marcantes de conhecimento e de vivência, aprendizado recíproco, integração entre saber científico e saber popular.

Outro fato a ser ressaltado, nesse mesmo ano de 1983, foi o processo de integração entre Curso de Psicologia, CA de Psicologia, Projeto de Psicologia Popular, Comunidade do Pirambu e Grupos Nordestinos de Biodança, quando da organização conjunta da 1ª Jornada Nordestina de Psicologia, realizada na UFC (primeiro encontro de Psicologia realizado no âmbito de Nordeste).

Na avaliação final da jornada foi aprovada a criação da Revista de Psicologia da UFC, levada a termo pelo Prof. José Telmo Valença, assim como a proposta de mudança do Currículo de Psicologia, no sentido de sua atualização, contextualização e prática social. Quero destacar aqui a grande contribuição das Psicólogas Ângela Arruda (UFPB - Campina Grande), Maria Alice (Lika, Universidade de Alagoas) e de Ana Lira (Recife), além do Prof. José Telmo Valença (Universidade Federal do Ceará), da Psicopedagoga Ruth Cavalcante (CDH) e de Laéria Fontenele (diretora do C.A. de Psicologia na época e atual Professora Dra. do Departamento de Psicologia da UFC).

De 1983 a 1986, a Psicologia Popular consolidou um campo de atuação, porém ainda tateava no esforço de teorização e de inserção no meio acadêmico do Curso de Psicologia. Em 1985 (primeiro ano sem Ditadura Militar), apresentamos a experiência do Pirambu na Semana do Psicólogo, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em Brasília. Foi recebida com muita atenção e considerada pelos participantes como algo importante nas novas buscas em Psicologia. Queriam conhecer mais do que estávamos realizando no Ceará.

Em 1986, apresentamos nosso trabalho de Psicologia Popular em Cuba, no 1º Encontro sobre Questões Epistemológicas, Teóricas e Metodológicas entre Psicanálise e Psicologia Marxista, realizado na Universidad de La Habana. Foi bem recebido por professores dessa universidade, dentre os quais, Glória Martinez que, inclusive, foi convidada pelo Projeto de Psicologia Comunitária - PSICOM para ministrar um curso no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará sobre Psicologia Marxista e Formação Moral da Criança (1988), tema de sua tese de doutorado pela Universidade de Moscou.

Foi a partir desse Encontro em Cuba que descobrimos um novo material teórico e metodológico, proposto pelos cubanos e soviéticos a partir das obras de Vygotsky, Leontiev, Luria, Smirnov e Rubinstein, que muito nos influenciaram. Com exceção de Vygotski, os outros já eram conhecidos do autor, quando de seus estudos de Fisiologia e Reflexologia da União Soviética.

Com a vitória eleitoral, em novembro de 1986, do Movimento Pró-Mudança, para o Governo do Ceará, na figura do candidato a governador Tasso Jereissati, o

coronelismo tradicional foi desmantelado e o interior se abriu às novas possibilidades de organização partidária e de mobilização social. Nesse novo clima, no início de 1987, o autor foi convidado, juntamente com outros companheiros do Movimento Pró-Mudança, a fazer parte de um pequeno grupo, tendo à frente o recém-empossado Secretário da Ação Social, José Rosas, que teria o papel de pensar uma proposta de ação social para o Estado do Ceará.

Durante o ano de 1987, trabalhando na UFC e assessorando a recém-criada Secretaria da Ação Social, contribuimos com a criação de uma estrutura administrativa e com uma nova prática organizacional, além de definir uma outra concepção de ação social, baseada na participação social. Funcionários e população tinham espaços para participar (mobilização organizacional e mobilização social). Conseguimos com isso contribuir para a redução de uma parte do forte clientelismo-assistencialismo reforçador dos currais eleitorais ainda existentes em nosso Estado.

Lamentavelmente, ao final de 1987, o governador Tasso Jereissati começou a ir noutra direção, rompendo com boa parte das propostas do Movimento Pró-Mudanças. Nos afastamos da Secretaria da Ação Social e seguimos desenvolvendo nossos trabalhos de Psicologia Comunitária na universidade.

Ainda em 1987, como parte da inserção acadêmica da Psicologia Comunitária, propusemos ao Departamento de Psicologia da UFC a disciplina optativa - *Atividade e Consciência* (baseada nos autores soviéticos), que foi aprovada para o horário noturno, assim, também, iniciando a oferta de disciplinas nesse horário.

Em 1988, apresentamos e, também, foi aprovada a disciplina optativa *Teoria da Vivência*, onde estudávamos Dilthey, Buber, Merleau-Ponty e Rolando Toro. Em 1989, nova disciplina, a de *Consultoria de Processo*; por fim, em 1991, a última disciplina proposta: *Introdução a Biodança*, necessária para o estudo da análise e da vivência da atividade comunitária em Psicologia Comunitária.

Nosso objetivo, além de contribuir na construção do sujeito da realidade e na sistematização de uma Psicologia Comunitária, era o de inserí-la no meio acadêmico e curricular (iniciado com a disciplina de Dinâmica de Grupo), e torná-la uma área profissional remunerada. Para isso tentávamos, desde 1987, criar a disciplina de Psicologia Comunitária no Curso de Psicologia da UFC, implantar o estágio profissional na área e realizar os Encontros Mensais de Psicologia Comunitária.

A disciplina foi proposta pela Profa. Ângela Pinheiro em 1988 e aprovada pelo Colegiado do Departamento como disciplina obrigatória. Quanto ao estágio, víamos que ainda precisávamos criar condições de profissionalização na área, sem as quais não se poderia avançar tanto. Conseguimos essas condições a partir de 1991, quando preparamos alguns alunos recém-formados para atuar em Psicologia Comunitária, assessorando, como prestação de serviços, Prefeituras e movimentos sociais.

Realizamos nos anos de 1987, 1988 e 1989, na Universidade Federal do Ceará, aberto aos outros cursos e ao público em geral, os Encontros de Psicologia Comunitária. Nessa época, publicamos um artigo que apresentava nossa compreensão da Psicologia Comunitária, que já vínhamos elaborando desde nosso regresso de Cuba, em 1986; dávamos ênfase na Psicologia Social de base latino-americana e na teoria histórico-cultural da mente (*Reflexões sobre Psicologia Comunitária*, Revista de Psicologia da UFC, vol. 6, nº 2, 1988).

À medida que avançava nosso trabalho, percebíamos que ele se afastava da Clínica Social e se integrava à Educação. Portanto, no ano de 1986, substituímos a expressão *Psicologia Popular* por *Psicopedagogia Popular*, a qual durou pouco tempo.

A influência dos autores soviéticos, de Paulo Freire, de Sílvia Lane (PUC-SP) e do criador da Biodança, Rolando Toro, foi grande e decisiva. Só assim conseguimos

caminhar com maior solidez nessa construção, ousando buscar uma especificidade, uma unidade de análise e um método próprio, enfim, a partir de 1987, substituímos o nome *Psicopedagogia Popular* por *Psicologia Comunitária*.

De 1987 a 1990, ampliamos nosso trabalho para outros bairros de Fortaleza (Tirol, Jardim Iracema e Carlito Pamplona) e para o interior do Ceará (Beberibe e Pedra Branca). Decidimos atuar, também, no interior do Ceará, principalmente no meio rural, face à grave situação do homem no campo.

Foi no Município de Pedra Branca que nossa concepção de Psicologia Comunitária ganhou nitidez teórica e prática, como também foi nesse lugar que iniciamos a elaboração de um método de ação municipal, baseado na construção da identidade comunitária e consolidado de diferentes formas nos trabalhos realizados em Beberibe (1987-1989), Quixadá (1992-1993), Itapajé (1992-1993), Itapiúna (1993-1994), Icapuí (1993-1995), e outros municípios do Ceará.

O Projeto Pedra Branca permitiu compreender a importância da dinâmica municipal (município) como básica nas dinâmicas comunitária e intercomunitária, bem como do papel de uma Prefeitura como facilitadora dessa dinâmica. A expressão chave da nossa estratégia de mudança social de hoje surgiu nesse município - *Juntar o velho e o novo numa perspectiva nova*.

Em 1995 e 1996 o método de ação municipal foi aperfeiçoado e utilizado pelo Instituto Participação na implantação do Projeto CMDS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável) e do Projeto CCSJ (Comissão Comunitária São José), em 92 municípios cearenses.

Podemos dizer que no Pirambu nos apoiávamos nas teorias do conflito e da confrontação, no distanciamento entre as classes e entre os moradores e os órgãos do Governo; com relação à Pedra Branca, nos apoiávamos nas contradições sociais e humanas e no diálogo entre as partes, preocupado com a participação social em um espaço de integração das diferenças e de diálogo Estado-Sociedade. Na época do Pirambu, estava em vigência a Ditadura Militar, como também a luta pela Anistia, pelo fim do AI-5 e pelas Diretas Já; no período de Pedra Branca, estava começando a Nova República, momento de intenso debate político, da presença, cada vez maior das forças progressistas no interior dos governos, em todos os níveis, assim como a busca de novas formas de diálogo e negociação entre capital e trabalho. Boa parte da esquerda cearense buscava um novo desenho da realidade sócio-política e o manejo das formas de cooperação, negociação e confrontação entre capital e trabalho, no interior dos movimentos sociais e no arco de alianças políticas que passava a ser uma demanda real no processo eleitoral. No caso do CMDS, víamos a possibilidade de uma ação mais abrangente para o fortalecimento do poder local e do controle social.

A Psicologia Comunitária no Ceará se construiu contextualizada e engajada; foi assim, dentro desse processo político de intensa participação social, que passou a crescer rapidamente tanto no meio acadêmico (Encontros de Psicologia Comunitária – 1987, 1988 e 1989), como no interior dos movimentos sociais do Ceará. Passamos a dar assessoria periódica aos movimentos populares e a proferir palestras sobre Psicologia Comunitária em Congressos, Simpósios e Encontros, nas áreas de Psicologia, Medicina, Enfermagem, Educação e Ciências Sociais, além de participar da SBPC (1988 e 1989).

Outro grande marco em nossa caminhada (julho de 1992) foi a instalação da sede do Projeto de Psicologia Comunitária – PSICOM (Centro de Humanidades da UFC, Bemfica, Área 2), o qual a partir desse momento passou a ser denominado de Núcleo de Psicologia Comunitária - NUCOM. Com um lugar próprio, o Projeto de Psicologia Comunitária virou Núcleo, com estrutura, planejamento e muitas atividades científicas, sociais, políticas e artísticas, procuradas por lideranças populares,

profissionais da área social, professores de outros cursos universitários e estudantes de outras áreas e da própria Psicologia. Profissionais de Educação, da Medicina, das Ciências Sociais e do Serviço Social, entre outros, buscavam conhecer o NUCOM, entre eles os da área da educação (vide artigo *Psicologia da Ruptura ou da Manutenção*, Revista de Educação, ano 23, nº 91, AEC - Associação de Educação Católica do Brasil, Brasília, 1994).

Conseguimos, ao longo do tempo, colher bons resultados, seja nos campos de intervenção - Pirambu, Pedra Branca (vide artigo: Pedra Branca - uma experiência em Psicologia Comunitária, *Revista Psicologia e Sociedade*, ano V, nº 8, ABRAPSO, Belo Horizonte, 1989), seja em apresentações nos congressos, encontros e salas de aulas; demos um salto de qualidade (Congressos da ABRAPSO em 1989, 1991, 1993 e 1995; Semana de Psicologia da UFC em 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994 e 1995; I Congresso Brasileiro de Trabalho Social e Comunidade, 1992, Belo Horizonte; III Conferência Internacional de Psicologia Comunitária - 1993, Universidade de Valência - Espanha; NUCOM-ARTE, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995).

Fruto de tudo isso foram os artigos já mencionados, as duas edições do livro *Noções de Psicologia Comunitária (1993 e 1994)* e vários outros trabalhos apresentados pelos estagiários em congressos regionais e brasileiros, e nos Encontros Estudantis promovidos pelas Pró-Reitorias de Extensão e de Pesquisa da UFC (desde 1991).

Em 1993, nosso planejamento foi um marco, principalmente por ampliar a estratégia de ação comunitária no sentido da ação municipal, bem como compreender que a Psicologia Comunitária se desenvolveria mais, quanto à sua teoria e metodologia nascentes, se se voltasse, ao mesmo tempo, tanto para o processo interno de uma comunidade, como para o processo entre as comunidades de um Município e, mesmo, se aproximando da dinâmica municipal. Foi um achado teórico e metodológico, além de encontrarmos aí um promissor caminho de construção de um mercado na área. Essas idéias foram refinadas a partir do Projeto Pedra Branca e depois no Projeto Icapuí.

Havíamos consolidado no NUCOM a extensão e o ensino, agora faltavam a pesquisa e toda uma sistematização que se fazia necessária, já iniciada com a publicação do livro *Noções de Psicologia Comunitária* e de vários artigos anteriores, que tentavam apresentar idéias e conceitos em Psicologia Comunitária.

Outro ponto importante no desenvolvimento da Psicologia Comunitária foi quando, ainda em 1993, nos aproximamos da Psicologia do Trabalho e da Etnografia, sem distanciar-se da Educação e da Biodança, mas sim integrando todas.

Nesse mesmo ano, o NUCOM fomentou e apoiou a realização do 1º Encontro Nordestino de Psicologia Comunitária, realizado pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com o apoio da ABRAPSO; nos anos seguintes (1994 e 1995), promoveu o 2º e o 3º (junto com o 5º Congresso Brasileiro de Psicologia Social - CONBRAPSO) e apoiou, em 1996, o 4º Encontro, realizado pelo C.A. de Psicologia e Pró-Reitoria de Extensão da Universidade da Bahia.

Ainda em 1993, criamos um espaço de assessoria profissional para os recém-formados que tinham interesse em atuar na área de Psicologia Comunitária. Com isso, passamos a treinar em serviço e alocar esses profissionais em projetos remunerados, em Prefeituras e Movimentos Sociais, evitando a dispersão dos estagiários para outras áreas da Psicologia, após se formarem, por necessidade de sobreviverem como Psicólogo, mesmo com as baixas remunerações das outras áreas.

No ano de 1993, a ação comunitária, a geração de trabalho e renda em grupos populares e o planejamento participativo municipal assinalavam a porta que se abria para que recém-formados em Psicologia (membros do NUCOM), entrassem no mercado

de trabalho na área social. O Núcleo de Psicologia Comunitária já havia se preparado para esse caminho, portanto foi, de certo modo, fácil atender as demandas que surgiam.

Em fins de 1994, vimos que os profissionais precisavam sair do NUCOM e atuar por conta própria no mercado profissional, porém sem dispersão. Para isso foi criada a *Bodega*, um embrião de uma cooperativa ou ONG, mesmo que no início se pensasse em algo privado, porém isso não fazia sentido em relação ao nosso compromisso social e científico. Alguns desses profissionais se juntaram a outros profissionais da área social e da Biodança, fundando o Instituto Participação, ONG de estudo, pesquisa e promoção do desenvolvimento humano e social (1995).

Um fato que, também, impulsionou a Psicologia Comunitária como profissão e como proposta de atuação municipal, foi a implantação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Ceará. O modelo e a metodologia de implantação e desenvolvimento dos fóruns da municipalidade, criados pelo autor, vinham atender à nascente política de participação social e desenvolvimento local do Governo Estadual, bem como fortalecer a atuação de profissionais (Instituto Participação) e de estagiários do NUCOM em diversos municípios cearenses.

Durante os anos de 1995 e 1996 conseguimos seguir o caminho traçado para o CMDS, porém, em meados do segundo semestre de 1996, mais uma vez, o Governo Tasso recuou da proposta de participação social. Frente a isso, nos retiramos do trabalho que, mesmo assim, continuou sem a nossa coordenação.

Por fim, junto com a Profa. Zulmira Bomfim (membro da coordenação do NUCOM) e por proposta desta ao Departamento de Psicologia, conseguimos criar (1995) e implantar (1996) o Estágio Profissional em Psicologia Comunitária.

Podemos dizer que nesses 16 anos construímos a Psicologia Comunitária no Ceará e um mercado de trabalho, além de boas condições de formação acadêmica na área e um interesse universitário e institucional por ela.

A Psicologia Comunitária no Ceará é fruto de todo um trabalho realizado por pessoas comprometidas e que acreditavam na mudança social e no potencial da área. Quero ressaltar o papel destacado de estudantes e profissionais de Psicologia e de outras áreas nessa caminhada: Ângela Angelin, Viviane, Bárbara Alencar, Suely Antunes, Terezinha Façanha, Tereza Cristina, Zulmira Bomfim, Goretti Antille, Aparecida Sobreira, Ana Ignez Belém, Verônica Moraes Ximenes, Luana Mourão, Gilza, Márcia Skibick, Luciana Lobo, Juliana, Ana Luísa Teixeira de Menezes, Juliana de Paula, Reginaldo Parente, Israel Brandão, Cristiane Façanha, Sílvia Barbosa, Altamir Aguiar, Ana Paula, Cléo, Betânia Moraes, Juliana, Ana Cristina, Idalice, Ana Roberta, Robério, Rogério Araújo, os atuais nuconianos e tantos outros mais.

O NUCOM foi importante nesse caminhar e continua sendo; ergueu-se a partir do Projeto de Psicologia Comunitária - PSICOM, o qual sempre teve o apoio e a colaboração do Centro de Crescimento da Pessoa (1981), do Centro de Biodança do Ceará (1982), do Centro de Desenvolvimento Humano (1982-atual), do Centro de Vivências (1985-1988), do Espaço Viver (1991-1993), do Instituto Participação (1995-1998) e do Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais (2000-2003).

Um reconhecimento do trabalho do NUCOM se encontra no livro “Psicologia Social Comunitária” (1996), organizado pela Professora de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Dra. Regina Helena F. Campos, publicado pela Editora Vozes. Nele, nosso trabalho e conceitos são mencionados por Sílvia Lane, Regina Helena e outros autores.

Queremos agradecer todo o apoio e reconhecimento dado ao NUCOM pelo Prof. Marcondes Rosa (ex-Pró-Reitor de Extensão da UFC), pelo Prof. Flávio Prata (Prof. de Odontologia Social e ex-Coordenador de Ação Comunitária da Pró-Reitoria de

Extensão da UFC), desde 1982; pela Profa. Elizabeth Bomfim (UFMG), desde 1986; e pela Profa. Sílvia Lane (PUC-SP), desde 1989. A eles o nosso respeito e admiração.

Diante desse breve quadro da trajetória da Psicologia Comunitária no Ceará, a que conclusão chegamos com relação ao seu futuro?

Ao nos determos em sua trajetória histórica, encontramos indicações para a sua caminhada. O futuro já está presente como embrião na história da Psicologia Comunitária no Ceará. Basta olhar o que se passa no Curso de Psicologia da UFC, em instituições governamentais e não-governamentais, em prefeituras municipais, nos movimentos sociais e nos programas econômicos e sociais, no que tange à preocupação com a participação social, com a vida comunitária e com a dimensão subjetiva dos processos sociais e econômicos.

As perspectivas que se abrem, tanto no interior da Psicologia e da própria Psicologia Comunitária, como no cotidiano social, são de mais desenvolvimento, tanto no campo acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), como no campo profissional (especialização profissional, oferta de trabalho e boa remuneração) e no campo social (facilitação de processos de mudança social no Ceará).

Encontramos hoje uma situação favorável, além de profissionais capazes de potencializar a Psicologia Comunitária, de torná-la, mais ainda, uma realidade tanto científica como profissional e social no Ceará. Porém, para não perdermos a caminhada promissora, é preciso enxergar tudo isso e considerar alguns aspectos quanto à sua construção atual. Por isso é preciso:

1. Intervir-pesquisando e pesquisar-intervindo. Significa investir nas metodologias qualitativas, na análise e vivência da atividade comunitária como método, na Etnografia, na Educação Biocêntrica e aprofundar a participação social no processo de investigação e de intervenção;
2. Aprofundar o conceito de municipalidade; compreender o potencial teórico e metodológico existente no conceito de municipalidade e desenvolvimento local;
3. Produção e publicação científicas. Sistematizar o material existente e seguir investigando;
4. Atentar-se para os espaços sócio-ambientais, para os assentamentos urbanos e rurais e integrar-se mais aos Movimentos Sociais. Estudar e intervir nesses campos. A Psicologia Comunitária não é restrita a uma classe, apesar de ter surgido assim e muitos profissionais terem feito uma opção pela classe pobre. É necessário estar mais próximo da Reforma Agrária e da Reforma Urbana, da Gestão de Cidades e das questões ambientais que afetam as comunidades e os municípios;
5. Integrar-se à Psicologia Ambiental, à Etnografia e à Psicologia do Trabalho;
6. Começar a estudar e a intervir nos campos municipais e comunitários que tem ou que terão grandes projetos econômicos, que produzem ou produzirão um forte impacto no entorno físico-social;
7. Investir nas Prefeituras Municipais e nas Políticas Públicas. O lugar mais próximo e mais concreto da dinâmica social é o município, por isso a municipalização, os programas especiais de desenvolvimento sócio-econômico dos municípios, os conselhos municipais e a própria organização popular de base. Isso significa ampliar o campo de estágio e de profissionalização na área;
8. Ampliar os campos de estágio profissional na área. Solicitar aos Psicólogos Comunitários que supervisionem estagiários da área.;

9. Atuar em saúde comunitária e promoção em saúde;
10. Elaborar um curso de especialização em Psicologia Comunitária, necessário para atender aos profissionais e instituições que procuram apreender o material teórico e metodológico da Psicologia Comunitária.

Por fim, chegamos ao final dessa apresentação. Agradeço a paciência dos participantes e que continuem a construir uma Psicologia Comunitária cujas raízes vão “*Do Regional ao Universal*” (Reitor Martins Filho - UFC).

Barcelona, dia das eleições municipais no Brasil, em 1996.

Um carinhoso abraço

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NO CEARÁ

*Apresentação feita no Curso de Doutorado em Influência Social, Processos e Efeitos
Departamento de Psicologia Social - Universidade de Barcelona, 1997*

BREVE HISTÓRIA

Sua história tem como ponto de partida as práticas de Psicologia junto à população pobre, denominadas de Psicologia Popular (Góis, 1984), uma psicologia comprometida com a luta comunitária e baseada em algumas concepções e métodos provenientes da Psicoterapia (Rogers, Moreno, Fannon e Loyello), da Educação (Freire), da Sociologia (Borda e Touraine), da Biodança (Toro, 1991; Góis, 1995), da Teologia da Libertação (Gutiérrez e Boff) e da nossa própria experiência na área.

Sua data de surgimento é outubro de 1980, data da realização do curso de formação de animadores populares para a alfabetização de adultos, cujo objetivo era o de criar dezenas de círculos de cultura nos bairros da periferia de Fortaleza no sentido tanto da alfabetização como da organização e luta comunitária.

A Psicologia Comunitária no Ceará começou como engajamento social do autor, de profissionais de educação e de outras áreas identificados com o tema, além de estudantes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, sob a nossa coordenação em conjunto com a educadora Ruth Cavalcante.

No início, seu objetivo era o de aproximar a Psicologia, assim como o Curso de Psicologia da UFC, da população pobre do Estado, neste caso, da periferia de Fortaleza (Pirambu). Os primeiros trabalhos foram de alfabetização de adultos e, logo a seguir, trabalhamos com grupos de jovens considerados marginais e dependentes de drogas.

Como já havíamos mencionado, nessa época denominávamos a nossa atuação de Psicologia Popular, uma psicologia mais prática que teórica. Pouco a pouco, transformou-se em Psicopedagogia Popular, uma integração entre Psicologia Popular e Educação Popular. Somente em 1987 passou a denominar-se propriamente de Psicologia Comunitária, aí integrando as idéias de Lane, Freire, Rogers, Fannon, Borda, Martín-Baró, Loyello, Vigotsky, Leontiev, Luria, Boff, Dussel e Toro, mais as idéias de Góis e Cavalcante, constituindo então, a partir daí, seu marco teórico e uma articulação entre teoria, prática e compromisso social.

A Psicologia Comunitária no Ceará se construiu contextualizada e foi, dentro do processo político de derrubada da Ditadura e da participação popular, que começou a crescer tanto no meio acadêmico (disciplina curricular de graduação, núcleo de Psicologia Comunitária, práticas de extensão) como no interior dos movimentos sociais urbanos e rurais do Estado (assessoria, facilitação de grupos de lideranças e treinamento em organização comunitária).

As palavras e expressões do quê fazer da Psicologia Comunitária no Ceará apontavam para modelos de participação social, mudança sócio-política e desenvolvimento do sujeito comunitário. Essas palavras-chave fazem parte do universo vocabular da nossa concepção de Psicologia Comunitária. Eis algumas delas: vida comunitária, espaço comunitário, processo comunitário, vivência comunitária, dramatização da vida coletiva, identidade comunitária e pessoal, atividade comunitária,

sujeito da comunidade, processo do reflexo psíquico do modo-de-vida da comunidade, cotidiano particular, representações sociais, apropriação, sentido de comunidade, níveis de consciência, conscientização, afetividade social, ideologia de submissão e resignação, valor e poder pessoais, caráter oprimido, ação instrumental, ação comunicativa, diálogo problematizador, corporeidade vivida, inserção, contextualização, desenvolvimento histórico-social da mente, materialidade do mundo, investigação-ação-participante, círculo de cultura, círculo de encontro, mudança sócio-política, ação político-pedagógica, ética, cidadania, desenvolvimento local compartilhado e auto-sustentável, análise e vivência da atividade comunitária, relações de dominação e opressão e exploração.

Ao longo de sua construção, a Psicologia Comunitária buscou dar respostas mais profundas à vida dos moradores das comunidades, respostas psicossociais ao drama comunitário, respostas à problemática sócio-econômica e ideológica, não no sentido de “psicologizar” essa realidade, senão fazer ver que há uma dimensão marcadamente psicológica na dinâmica comunitária e que se relaciona com o campo da Psicologia Social e da Psicologia Comunitária, como, por exemplo, o problema da identidade social de oprimido ou de excluído social, como também o problema da auto-estima, da consciência e da conscientização – as questões da subjetividade.

Enfim, construímos ao longo do tempo uma Psicologia Comunitária dentro do marco da Psicologia Social crítica latino-americana (*Martín-Baró, 1991; Montero, 1994; Lane, 1995*) e dos modelos de mudança social e de desenvolvimento humano (*Sánchez Vidal, 1991; 1996*).

CONCEITUANDO A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

O desenvolvimento de comunidade deve incluir, prioritariamente, o desenvolvimento do sujeito da realidade comunitária, não o seu ajustamento social à ideologia dominante e nem, simplesmente, a mudança instrumental da comunidade. Por isso a importância da Psicologia Comunitária como uma abordagem que se orienta por uma mudança social libertadora, a partir das próprias condições (atuais e potenciais) de desenvolvimento da comunidade e de seus moradores. Assim, o fundamental é a compreensão e realização de seus potenciais de desenvolvimento humano e social.

Conceber a Psicologia Comunitária nessa perspectiva, permite-nos tratar mais integralmente a relação entre práticas comunitárias e Psicologia, a relação entre atividade comunitária e funções psicológicas superiores, ou mesmo reconhecer a importância e aplicação da teoria da atividade (*Leontiev, 1982*), do conceito de zona de desenvolvimento próximo (*Vigotsky, 1993*), do conceito de desenvolvimento culturalmente diferenciado do pensamento (*Luria, 1990*), da base de orientação ativa – BOA (*Galperin, 1982*), da conscientização (*Freire, 1980*) e do método de investigação-ação-participante (*Salazar, 1992; Brandão, 1987*).

Outro aspecto importante a considerar na Psicologia Comunitária no Ceará é o modelo de articulação indivíduo-comunidade-municipalidade, o qual nos permite compreender o indivíduo e a comunidade em uma dinâmica intercomunitária própria da vida municipal. Aqui, o Município ocupa um lugar de destaque no desenvolvimento da comunidade e no fortalecimento da identidade pessoal e social dos moradores da comunidade. Vemos assim por entendermos que o município é um lugar vivo e concreto para as pessoas. Nele nascem, residem, se encontram, muitas vezes trabalham, casam e, também, morrem.

No município ocorre toda uma rede de interesses e de ações sociais, políticas, econômicas, afetivas e simbólicas, constituindo assim um espaço físico-social privilegiado para a construção de cidadãos e básico nas estratégias de desenvolvimento local (*Franco, 1995*). O município é um lugar de participação social direta, um lugar de mediações entre o indivíduo e sua realidade físico-social, entre pessoas e entre grupos; é um espaço visível de relações comunitárias e intercomunitárias, no interior dos movimentos sociais e com as próprias instituições locais.

Dentro dessa compreensão, apresentamos agora nossa concepção de Psicologia Comunitária, fruto de uma caminhada de 16 anos de estudos e de práticas nas comunidades urbanas e rurais do Ceará (práxis). Vejamos:

A Psicologia Comunitária é uma área da Psicologia Social voltada para a compreensão da atividade comunitária como atividade social significativa (consciente) própria do modo-de-vida (objetivo e subjetivo) da comunidade e que abarca seu sistema de relações e representações, modo de apropriação do espaço da comunidade, a identidade pessoal e social, a consciência, o sentido de comunidade e os valores e sentimentos implicados aí. Tem por objetivo o desenvolvimento do sujeito da comunidade, mediante o aprofundamento da consciência dos moradores com relação ao modo-de-vida da comunidade, através de um esforço interdisciplinar voltado para a organização e desenvolvimento dos grupos e da própria comunidade.

A Psicologia Comunitária estuda os significados e sentidos (*Vygotski, 1991; Leontiev, 1982; Luria, 1987*), assim como os sentimentos pessoais e coletivos acerca da vida da comunidade. Além disso, estuda o modo como o sistema de significados, sentidos e sentimentos, se encontra nas atividades comunitárias e nas condições gerais de vida dos moradores na comunidade, no município e no conjunto da sociedade.

Podemos dizer que a Psicologia Comunitária estuda o modo-de-vida da comunidade e de como este se reflete e muda na mente de seus moradores, para de novo surgir, transformado, singularizado, em suas atividades concretas no dia-a-dia da comunidade. Isto significa, também, compreender as necessidades dos moradores e a importância do compromisso que o Psicólogo Comunitário tem com a comunidade que estuda e/ou atua.

Portanto, a Psicologia Comunitária deve preocupar-se com as condições psicossociais da vida da comunidade (internas e externas) que impedem aos moradores construir-se como sujeitos de sua comunidade e as condições que os fazem sujeitos dela, ao mesmo tempo em que, no ato de compreender e compartilhar a vida comunitária com seus residentes, trabalhar com eles a partir dessas mesmas condições, na perspectiva da autonomia e liberdade dos próprios moradores.

O problema central, então, não é a relação entre saúde e enfermidade, prevenção e tratamento, mas sim a construção do morador como sujeito da realidade (*Lane, 1987*), neste caso, do sujeito da comunidade (*Góis, 1993; 1994*), isto é, aquele que se descobre (compreende e sente) responsável por sua história e pela história da comunidade, e que as constrói mediante sua atividade prática e coletiva no mesmo lugar em que vive e faz história de sofrimento, luta, encontro, realização e esperança.

Na construção do sujeito da comunidade está implicada a compreensão do morador de que ele é responsável pela realidade histórico-social na qual vive e que, também, é capaz de transformá-la em seu próprio benefício e no de toda a coletividade. Por reconhecer seu valor pessoal e seu poder pessoal (*Góis, 1984*), o morador-sujeito se

descobre capaz de influir no sistema de ação histórica (Touraine, 1980) de sua coletividade e da sociedade maior. O sujeito, aqui considerado, surge da atividade de superação das contradições sociais em que vive, como consequência do desenvolvimento de sua prática social local.

Para Vygotski, Freire e Lane, o indivíduo ao transformar a realidade se apropria cada vez mais dela e, por conseguinte, passa a conhecê-la muito mais, torna-se, assim, sujeito de sua história, de sua realidade, quer dizer, percebe-se responsável por seu caminhar, junto com os demais e, também, mediatizado por eles em sua relação com o mundo.

No ato de construir seu lugar de vida, descobri-lo, conquistá-lo, apropriar-se dele, mediante uma prática coletiva de cooperação, o morador consegue rasgar o véu que impede a conscientização e embota sua capacidade de aprofundar sua consciência no mundo. Sua prática passa a ter sentido, para ele mesmo e para os demais, ao ser por ele decodificada e depois recodificada com novos sentidos, mais seus, portanto, mais profundos, mais dinâmicos, mais transformadores, mais vivos. Isto significa passar da semi-intransitividade à transitividade da relação consciência-mundo.

O que distingue o sujeito da comunidade do indivíduo submisso e dependente que ali vive, é que o primeiro tem uma consciência transitiva que lhe permite compreender o modo de vida de sua comunidade e de si mesmo, além de reconhecer seu valor e poder para desenvolvê-la e desenvolver-se numa perspectiva dialógica e solidária, rompendo cada vez mais uma ideologia de submissão e resignação (Góis, 1984) construída por séculos de opressão e exploração. Frente às relações de dominação ele não se entrega, senão busca em cooperação com os demais moradores mudar a situação de suas vidas oprimidas. Por outro lado, o indivíduo submisso e dependente é aquele que tem uma consciência parcial da realidade, alienada (Mészáros, 1981), vive por meio da dependência e submissão às forças externas (naturais e sociais), sem compreender-se e sentir-se capaz de realizar mudanças pessoais e coletivas no sentido da autonomia de si mesmo e de sua comunidade. Não se reconhece capaz, tornou-se um indivíduo-objeto.

Reconhecemos que nossa concepção de Psicologia Comunitária contém, também, valores arraigados nas ciências sociais acerca do desenvolvimento humano e social em nosso país, valores baseados na história, no sofrimento e miséria de nosso povo, bem como numa ideologia de mudança social radical. Porém, isso não invalida o pensar científico nas ciências humanas e sociais, pois sabemos o lugar que esses valores e ideologia ocupam em nosso compromisso social e em nossa prática científica; além disso, está claro para nós que não há ciência social sem valores e ideologias, e nem por isto perde seu caráter e mérito científicos. O importante é que as questões relativas a este tema possam ser debatidas e clarificadas, não camufladas em uma aparente neutralidade e objetividade das teorias e concepções na área das ciências humanas e sociais.

“Hay siempre una incorporación y transmisión, directa o colateral (prescripción disfrazada de descripción), de valores e ideologías sociales determinadas; de opciones, posiciones y elecciones que van desde la temática elegida a los modelos y métodos utilizados (por no referirnos a los contenidos, conclusiones e interpretaciones resultantes. (...) En cualquier caso, la Psicología Comunitaria ha asumido, desde un principio, la importancia de los valores (‘su razón de ser – indica Rappaport, 1984 – es una

confrontación con los valores sociales y profesionales establecidos...(y) su seña de identidad la preocupación acerca de sus valores' p. 210), como un aspecto estructural clave del quehacer científico y social." (García González, 1989:70)

O sentido último da Psicologia Comunitária, a nosso ver, é a contínua busca da humanização por parte dos moradores de uma comunidade, pois esta nos parece ser a vocação do sujeito por reconhecer-se incompleto e capaz de superar-se como ser humano que de fato o é (Freire, 1980).

Por fim, construir a Psicologia Comunitária é ter como objetivo contribuir com a construção de sujeitos comunitários em uma luta por identidade e autonomia pessoal e comunitária (Arango, 1996), além de contribuir para a justiça social e por uma sociedade democrática, onde novas relações sócio-econômicas forneçam condições para a formação e desenvolvimento do indivíduo, de um novo ser humano.

Os modelos teóricos em Psicologia são quase todos elaborados a partir de estudos realizados na classe média e na classe alta e, além disso, grande parte originária dos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte. Creio que a ideologia que subjaz a muitos desses modelos e práticas é a mesma que orientou a ação dos colonizadores da América Latina, Ásia e África.

Não estamos com isso negando a validade universal da pesquisa científica, mas sim procurando demarcar a presença e a importância da cultura e das variáveis específicas dos diversos segmentos de uma sociedade de classes, subdesenvolvida e explorada. Queremos alertar e debater sobre a função social e política da Psicologia Comunitária e, particularmente, sua forma de ação no Nordeste.

A reflexão e a prática contidas em nossos trabalhos revelam uma necessidade e uma possibilidade de a Psicologia Comunitária estar presente no esforço de transformação das condições sócio-econômicas e psicológicas da população.

Por outro lado, fazer extensão em nossa universidade é extremamente difícil e, mais ainda, quando nos propomos a atuar numa área em que a Psicologia pouco se desenvolveu. Preocupados com isso, buscamos atingir quatro grandes objetivos: introduzir no curso, através da disciplina de Psicologia Comunitária, uma Psicologia contextualizada e comprometida; abrir espaços na realidade social para a ampliação do ensino de Psicologia através da extensão; mergulhar a Psicologia na vida das comunidades urbanas e rurais do Ceará; desenvolver conceitos e métodos em Psicologia Comunitária, criar o estágio profissional e um mercado para profissionais da área.

Hoje, contamos com o apoio de um bom número de estudantes de Psicologia e com o interesse de instituições, de diversas prefeituras, sindicatos e comunidades de Fortaleza e do interior. Não temos condições de colaborar com todas, mas acompanhamos em muitos momentos as suas lutas.

A dificuldade de um projeto em Psicologia Comunitária também se relaciona com a própria estrutura de opressão da realidade local. Muitas vezes, ao longo do tempo, fomos pressionados a desistir por aqueles que não aceitam o despertar da consciência dos moradores, da individualidade crítica, do sujeito da realidade social.

Ainda há muita controvérsia acerca da Psicologia Comunitária, sua base epistemológica, seu método, seu papel, mas uma coisa é certa: já é reconhecida como disciplina curricular, como área da Psicologia Social e como uma área profissional emergente no âmbito das profissões em Psicologia.

**PROPOSTA DE UM CAMINHO PARA
A PSICOLOGIA JUNTO À CLASSE OPRIMIDA
POR UMA PSICOLOGIA POPULAR
- Bairro Nossa Senhora das Graças do Pirambu -**

Revista de Psicologia da UFC, 1984

Trata da tentativa de compreender as relações entre as condições sócio-econômicas de sobrevivência e a formação e manutenção de uma estrutura psicológica que o autor denominou de caráter oprimido ou caráter alienado. Evidencia elementos de submissão e resignação como constituintes de uma ideologia voltada para a manutenção e reforçamento da repressão ao núcleo de vida do oprimido e enfatiza o caminho da restauração do valor pessoal e do poder pessoal, através dos pequenos grupos populares, como essencial para a libertação da classe oprimida. Relata, também, a aplicação da Psicologia Popular através de um projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará, no Bairro Nossa Senhora das Graças do Pirambu.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho surgiu da busca de uma Psicologia que pudesse estar mais presente na vida do oprimido. É um projeto de extensão universitária voltado para um esforço profundo e engajado na busca de uma transformação individual e social da classe oprimida.

O que apresentamos aqui é um esboço teórico e prático, visando compreender melhor a situação psicossocial e econômica do oprimido, a partir de nossa prática no Pirambu. Nosso mundo psíquico está cheio de "*fantasmas psicológicos*" que servem bem mais a uma elite intelectual e a um exercício simbólico desvinculado do drama social e humano do nosso povo. É preciso fazer com a Psicologia o mesmo que Pichón-Rivière fez com a Psicanálise — levá-la às ruas. Só assim poderemos estar mais próximos da nossa realidade.

A Psicologia tem um importante papel a desempenhar, mas, de um modo geral, está-se omitindo. Não iremos discutir as razões disso e creio que não é necessário nesse momento. O que propomos - esse artigo serve para isso - é tentar discutir um caminho para uma Psicologia Popular.

Nosso povo "... *precisa de uma Sociologia, uma Psiquiatria, uma Psicologia, uma História e uma Antropologia que o ajudem a enfrentar o sistema ideológico dos opressores. Esse mesmo povo está nos dizendo do fundo das favelas, das fábricas, dos cárceres e dos manicômios: "De que lado estão vocês?... a quem servem?... aos exploradores... ou a nós."* (Moffatt, 1980:11).

Queremos continuar nessa linha de estudo, realizar novas investigações que venham refinar ou refutar as ideias e práticas contidas nesse trabalho e decorrentes de toda uma experiência com psicoterapia corporal e com grupos populares vivida pelo autor em Brasília, no Nordeste e, especificamente, no Pirambu.

Pretendemos debater, investigar, praticar e, para isso, necessitamos expor nossas ideias e práticas, mesmo sabendo que estamos entrando numa área delicada, academicista e neutralista ou "*apolítica*".

1. INTRODUÇÃO

As instituições públicas de saúde mental atendem a população pobre através de um amplo programa de prevenção e provenção comunitária?

Penso que não.

Não existem condições econômicas, ideológicas, nem justiça social suficiente dentro desse sistema sócio-econômico para levar a psicoprofilaxia às populações pobres de maneira séria, abrangente e efetiva. Os serviços públicos, de um modo geral, estão comprometidos com a ideologia de dominação.

Dentro dessa perspectiva social e desumana só resta uma saída para o povo: ser responsável pela sua organização, decidir seu rumo, exigir os seus direitos e impor sua autoridade para governar.

Sob esse prisma é que encontro o caminho para uma Psicologia Popular.

Essa Psicologia nasce da força das interações humanas no meio popular, do poder que elas têm de integrar ou de desintegrar radicalmente o indivíduo e a comunidade.

Sabemos que a "patologia mental", bem como o conflito de vizinhança, a apatia e a alienação individual e coletiva através da droga, da capangagem e das novelas e outros programas de rádio e televisão, possuem suas bases numa dinâmica social exploradora, cujo prisma central é a dominação através de fortíssimas estruturas autoritárias que se reproduzem em todos os níveis da sociedade.

A patologia individual e social, assim como a saúde, são expressões da realidade social, cuja dinâmica poderá contribuir mais para a enfermidade do que para a saúde e o bem-estar da população.

Sampaio (1983) cita a seguinte classificação de sociedades:

"a. Sociedades Anônimas – são embrionárias e oferecem poucas referências para a solução de grande parte das situações-problemas colocadas por ela mesma;

"b. Sociedades Heteronômicas – são divididas em classes e oferecem inúmeras referências para a mesma situação-problema, na maioria das vezes antagônicas e excludentes;

"c. Sociedades Autônomicas – são harmonicamente desenvolvidas, que oferecem substanciais referências para resolver situações-problemas, prevendo e provendo soluções com flexibilidade".

Numa sociedade dividida em classe, como a nossa, não há prevenção e provenção de condições para a resolução dos problemas da classe oprimida, a não ser aquelas condições para uma maior dominação e exploração. Essa ação é facilitada através dos meios de divulgação, pela escolarização, pela religião, pela própria família e por outros meios, reproduzindo o autoritarismo e a submissão nas suas formas mais violentas e alienantes.

Strotzka, citado por Sampaio (1983), "falando sobre acumulação de esquizofrenias, psicoses orgânicas e psicoses senis nas classes sociais inferiores, pergunta se isto é devido a uma descida social em consequência da doença ou uma tensão específica das classes inferiores". A maioria dos autores conservadores concorda com a primeira hipótese, mas *Fanon (1983)* afirma que:

"No mundo colonial, a afetividade do colonizado se mantém à flor da pele como uma chaga viva que evita o agente cáustico. E o psiquismo se retrai, se oblitera, despeja-se em demonstrações musculares que

levam os eruditos a dizer que o colonizado é um histérico” (p. 42)

Sampaio (1983), também, enfatiza a situação de opressão e o papel das elites quando diz:

"As classes dirigentes atuam sobre o mundo com a intencionalidade manifesta de controlar as leis sócio-econômicas, o inconsciente e as leis naturais, assim semeando de interdições, promiscuidade, menosvalia e sentimentos de culpa, a vida dos oprimidos. Sociedades autoritárias, consumistas, individualistas, competitivas, imediatistas, objetivos e excludentes, engendram as patologias da violência e da manipulação, as patologias do poder, da opressão e dos terrorismos do egoísmo e das chantagens, infantilmente regressivas" (p. ver Zélia).

Arthur Jores (*in Toro, 1991*), inovador da Medicina Psicossomática, pesquisando para a Organização Mundial de Saúde - O. M. S., elaborou um catálogo geral de patologias. Classificou 2.000 doenças existentes, sendo 1.500 manifestas apenas nos seres humanos e as 500 restantes manifestas nos seres humanos e nos animais.

No grupo das 500 doenças estão as de origem traumáticas, virógenas, bacterianas, parasitárias e carenciais. Quanto ao grupo das 1.500 doenças, chamadas antropogenéticas, ele é exclusivo dos seres humanos e representa o preço que temos de pagar por vivermos em uma sociedade repressiva e produtivista. Essas 1500 doenças foram denominadas por Jores de “Doenças de Civilização”, delas fazendo parte determinados tipos de enfermidades, tais como: neuroses, psicoses, psicopatias, doenças psicossomáticas, doenças cardíacas e circulatórias, transtornos endócrinos, desequilíbrios da termoregulação, doenças articulares, renais e hepáticas, alteração da resposta sexual, síndromes neurológicas (nevrite, hemicrania, enxaqueca), alterações da percepção sensorial e da motricidade (cansaço crônico), rigidez musculares, etc.

A classe dirigente faz frente a essas 2.000 doenças de diversas formas, inclusive com psicoterapia e medicamentos, pois tem recursos e opções. Quanto à classe oprimida, esta não possui recursos e opções efetivas. Fica entregue à própria sorte. Mas o pobre não se imobiliza por completo, reage como pode, principalmente através da violência e do servilismo.

Queremos ressaltar que as expressões: "pobre" e "oprimido" são empregadas no texto para designar pessoas que vivem na periferia das cidades, sem condições de moradia e saneamento e ganhando no máximo, quando empregadas, (em 1984) quatro salários mínimos. É comum encontrar, num bairro pobre, desagregação familiar e individual; conflito de vizinhança; alcoolismo; violência; suicídio; toxicomania; servilismo; angústia; depressão; banditismo; fanatismo religioso e crença na salvação; aceitação do trabalho explorador. Por outro lado, além dos aspectos destrutivos, também encontramos linguagem própria; arte e festas; bondade; vontade de ser querido e valorizado; espírito de luta e busca de orientação.

Tudo isso é encontrado no bairro pobre. São forças psicossociais intensas e radicais a serem facilitadas para a integração e desenvolvimento do indivíduo e da comunidade. Forças que servirão para delinear um novo tecido psicológico e social.

Refazer a cultura, criar novos valores, tecer um novo tecido social e econômico, enriquecido de organização comunitária, participação política, solidariedade, intimidade e justiça social, é o caminho que a classe oprimida poderá criar numa luta social justa e popular.

2. A SITUAÇÃO DA CLASSE OPRIMIDA

A situação atual de dominação e exploração do oprimido revela um drama de destruição jamais visto. É um extermínio sem sucesso, pois a cada dia aumenta mais a população pobre e diminuem as elites.

Para onde vai a humanidade nesse rumo da miséria e do contraceptivo, onde os pobres têm muitos filhos e nenhuma riqueza, e os ricos têm poucos filhos e muita riqueza? Existem dois caminhos: a socialização econômica e política ou o extermínio planejado e aplicado antes e depois do nascimento para manter um nível populacional adequado aos interesses econômicos e políticos da classe dirigente.

Atualmente a tecnologia do controle e do extermínio é sofisticada, permitindo uma ação mais abrangente e profunda sobre a classe oprimida. É necessário rompermos com essa tendência e atuar com o oprimido em busca do caminho da socialização econômica e política. Caminhar para modificar a situação da classe oprimida não só beneficiará a ela, mas a toda a humanidade que busca a justiça social e uma vida melhor em nosso planeta.

Os dados revelam a concentração de renda no mundo, o aumento geométrico da pobreza e, mais sério ainda, o aparecimento de uma sub-raça física e mental. Não podemos, como Psicólogos, ficarmos omissos, como se esses problemas não fossem nossos problemas ou o problema básico da humanidade. A estrutura psíquica não se forma por geração espontânea, mas como resultado da força genética facilitada e moldada pela realidade onde o ser humano está mergulhado.

2.1. Alguns Dados Sobre a Região Nordestina

Loyello (1983) cita trechos da II Declaração de Havana para mostrar a situação sócio-econômica e as condições de saúde da América Latina. Vejamos:

"Neste Continente morrem de fome, de enfermidades curáveis ou velhice 4 pessoas por minuto, 5.500 por dia, 2 milhões por ano e 10 milhões cada 5 anos... (e segue paralelamente) da América Latina são retiradas para as multinacionais uma corrente contínua de dólares: 4.000 dólares por minuto, 5 milhões por dia, 2 bilhões por ano e 10 bilhões cada 5 anos. Para cada mil dólares que partem da América Latina ganhamos uma morte; este é o preço da nossa dependência econômica. Mil dólares por cada morte, quatro vezes em um minuto"(p. 50-51).

Pesquisa realizada pelo Prof. Angelo de Souza, da Fundação Getúlio Vargas (*in Loyello, 1983*), constatou que o Brasil possui 30 milhões de pessoas em estado de "pobreza absoluta", sem condições de ter o mínimo necessário à alimentação. Esses 30 milhões subiriam bastante se fossem corrigidos pelo índice de concentração da nossa renda interna.

Se esses índices fossem tomados apenas nas regiões mais pobres da América Latina e do Brasil, como no Nordeste, por exemplo, teríamos um índice de pobreza absoluta quase próximo da totalidade populacional dessas regiões.

Vieira da Silva (1983) relata os seguintes dados sobre a miséria do Nordeste:

- 79,4% dos nordestinos passam fome;
- 54,2% dos nordestinos das cidades ganham menos de 1 salário mínimo;
- 82,3% dos trabalhadores rurais do NE ganham menos de 1 salário mínimo.

Óbitos e coeficientes de mortalidade por enterite e outras doenças diarréicas em algumas capitais do Brasil -1977 (Rouquayrol, 1983)

CAPITAIS	N.º DE ÓBITOS	CO E F. P/ 100.000
São Luís	516	169,7
Teresina	304	111,0
Natal	578	174,2
João Pessoa	309	112,4
Maceió	1040	336,3
Salvador	1265	106,9
Rio de Janeiro	1246*	26,5*
São Paulo	4502	60,9
Curitiba	780	91,9
Porto Alegre	158	15,4

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico 1979 - (*) Dados de 1974 para o Rio de Janeiro.

Gurgel (1982), citado por residentes em greve (1984) do Hospital das Clínicas da UFC, revela que 28,86% das crianças que morrem antes do 1º ano de vida não chegam a ter assistência médica.

Domicílios com canalização de água do abastecimento público em algumas capitais em 1970 (Rouquayrol, 1983)

CAPITAIS	DOMICÍLIOS LIGADOS À REDE/N.º	
Fortaleza	21.082*	14,0* (20% - 1982)
Recife	129.508	43,0
Salvador	98.469	51,2
Rio de Janeiro	1.051.136	70,9
São Paulo	1.011.081	60,5
Porto Alegre	208.964	67,4

FONTE: IBGE — Anuário Estatístico, 1978

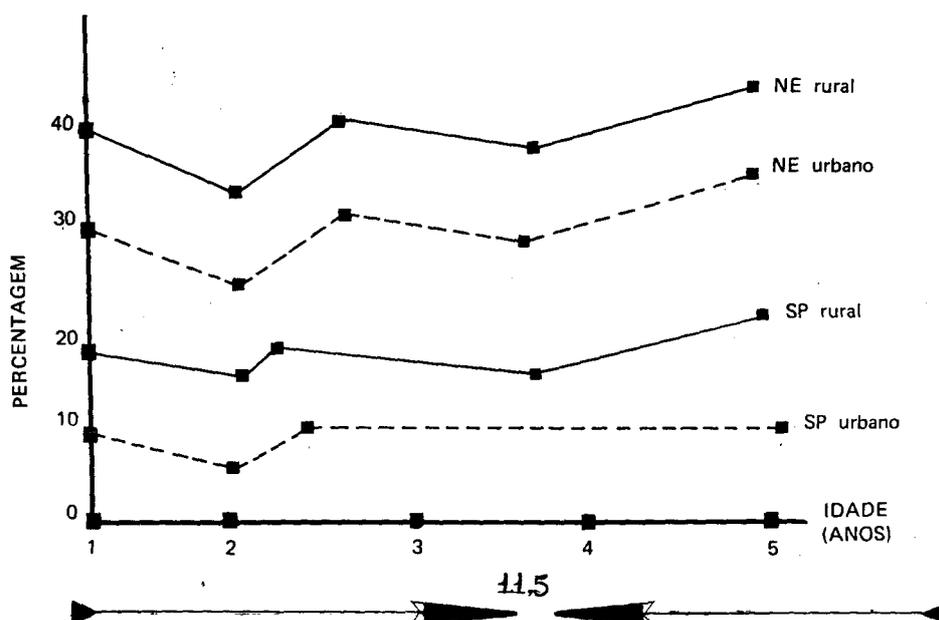
(*) "Dados atuais de Fortaleza indicam que apenas 20% das casas estão ligadas à rede de água do serviço público." (Rouquayrol, 1983).

Quantidade de alimentos consumidos nas regiões sul e nordeste do Brasil - 1975 (Rouquayrol, 1983)

Amostra de Alimentos	Quantidade ingerida por comensal/dia (em gramas)	
	Região III -Sul	Região V — Nordeste (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA)
Legumes e verduras	91	38
Carnes e pescados	110	89
Ovos, leite e queijos	184	89
Farinha de mandioca	9	110

FONTE: IBGE Anuário Estatístico, 1979

Porcentagem de crianças com nanismo nutricional no Nordeste e em São Paulo de acôrdo com a zona rural e urbana (Rouquayrol, 1983).



Fonte: IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de crianças e mães no Brasil.

Souza (1977), citado por Rouquayrol (1983), em um estudo comparativo entre estado nutritivo e inteligência global, "em estudantes de escolas públicas e privadas de Fortaleza", encontrou "elevados índices de déficit mental além de baixo peso e nanismo entre as crianças de escolas públicas da periferia".

Picanço e Cols., in Sampaio (1983), "... fazem um balanço da assistência psiquiátrica hospitalar em Fortaleza, cujas principais conclusões ainda continuam válidas:

- São precárias as condições sócio-econômicas da população;
- A hospitalização garante o papel de doente e assegura recursos para a sobrevivência (alimentação e licença-saúde);
- As famílias não têm condições de amparar o paciente, por falta de recursos e de pessoas disponíveis, e pelo despertar de culpas e ansiedades paranóides;
- Ocorrem altas precoces ou antecipadas, para satisfazer obrigações contratuais do INAMPS;
- Inexistência de programas de reabilitação.

Sampaio e Moura Fé (1980), citados por Sampaio (1983), pesquisaram sobre saúde mental no bairro de Messejana, em Fortaleza, constatando que a doença mental é responsável por metade dos benefícios previdenciários por motivo-doença.

"De modo geral os doentes mentais são encarados como fardo do destino, punição por erro ou pecado cometido, crueldade da natureza" (Sampaio, *idem*).

"Onde se pode apreciar a injustiça de nossos sistema econômico é no fato que, para um mesmo tipo de sintomas, para um mesmo grau de perturbação mental, nas classes altas, tem-se um tratamento curto com reintegração social (sempre que não exista alguma razão dolosa para ocorrer o inverso, como, por exemplo, uma herança), enquanto

que na classe operária o mesmo caso de delírio leva a um destino de aniquilamento. Uma situação parecida ocorre nos casos de delito: aquele que rouba para comer vai preso e aquele que rouba milhões é um respeitável e poderoso cavalheiro que viaja seguidamente para a Europa". (MOFFATT, 1980: 53-54).

Além desses dados, que falam por si, podemos confirmar no nosso cotidiano as consequências da miséria estrutural do Nordeste, através de levas de flagelados da seca invadindo armazéns e depósitos de alimentos, além da legião de desempregados circulando nas ruas, angustiados e desesperados, incertos quanto ao amanhã.

Essa miséria não é só Nordestina, é também a miséria e o sofrimento do povo brasileiro.

2.2. A Violência Contra o Núcleo de Vida do Oprimido

Hoje em dia há uma grande discussão a respeito da violência, inclusive com propostas de legalização da pena de morte.

Quero enfatizar aqui a violência contra a classe oprimida, oficializada através de uma instituição pública com a cumplicidade da Psiquiatria e da Psicologia. Vejamos o que nos diz o relatório da Comissão Teotônio Vilela (1984):

"Num mesmo pátio estão 187 mulheres: oligofrênicas, esquizofrênicas e epiléticas (mulheres cujos problemas são diferentes e que jamais poderiam estar vivendo no mesmo espaço); há jovens, adultos e velhos (a maioria parece idosa, mas não é possível saber se a velhice é real ou efeito do internamento); as mulheres, confinadas e sem referências temporais, não sabem sua própria idade, nem há quanto tempo ali estão; nuas, esqueléticas ou obesas, algumas "vestidas", sentadas ou deitadas no chão; umas choram, outras riem ou gritam quando nos vêm, aproximam-se, tocam-nos, desejam falar e serem ouvidas — solidão, carência de afeto, desespero, medo, tudo isso nos olhos e na fala. Outras se afastam e outras permanecem indiferentes. Uma estava sentada no chão comendo vômito, enquanto outra comia fezes; uma outra, que fabricou com barro uma espécie de cachimbo, chora pedindo fumo. A miséria, o confinamento traça a linha de suas vidas. Prossegue o relatório: "Sujeira nas cozinhas, moscas cobrem panelas e caldeirões, pratos e talheres, enquanto o cheiro fétido de urinas e fezes inunda o refeitório mal iluminado e mal arejado. A promiscuidade dos banheiros e latrinas se estende aos dormitórios: camas encostadas uma nas outras, dormem no escuro e sob efeito de remédios (se 'muito agitadas'). Qual o ser humano que não se agitaria nessas condições? As pacientes nos disseram que há mortes por lutas, e agressão muitas vezes insufladas por funcionários (em 1983 morreram 125 internas). "Os urubus são a limpeza do mundo e não se pode matar eles". Com essa afirmação atordoante, uma interna explica porque urubus rondam pelos telhados e pelos pátios da colônia. Vimos alguns repartindo vômitos com pacientes, outros bicando seus corpos nus em abandono, outros passeando entre as mulheres". (trecho do Relatório da visita da Comissão Teotônio Vilela* ao Juqueri, S. P. - 1984, publicado na Folha de São Paulo de 12.01.84). * A Comissão Teotônio Vilela é formada por: Senador Severo Gomes, Padre Agostinho Duarte de Oliveira, Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, Jornalista Fernando Gabeira, Dr. Fernando Milian, Dr. Hélio Bicudo, Dr. Hélio Pelegrino, Dr. João Batista Breda, Deputado José Gregori, Sra. Margarida Genovois, Sra. Maria Helena Gregori, Profa. Marilena Chaui e Prof. Paulo Sérgio Pinheiro.

Esse relato leva-nos a muitas conclusões e a um profundo sentimento de dor e indignação.

Onde está o núcleo de vida inerente a todo ser humano? Encontra-se enraizado nas profundezas dessas mulheres renegadas, sem nenhuma possibilidade de se manifestar e desabrochar. A desorganização psíquica chegou a tal ponto (devido às vivências psicossociais de cada uma em seu meio sócio-econômico miserável e, no presente, às condições absurdas desse hospital psiquiátrico), que a reversão dos quadros psicológicos é praticamente impossível de ser alcançada.

Por que se chegou a essa tão dramática e violenta situação "humana"?

Acreditamos que as razões não poderão ser encontradas apenas no funcionamento do Juqueri. Elas devem ser procuradas nas condições sócio-econômicas que envolvem a classe oprimida e nos mecanismos de opressão, exploração e reprodução de estruturas psíquicas. Exploradas, perseguidas, acuadas, essas mulheres representam a classe oprimida na sua trajetória subhumana.

Essa "loucura" do Hospital Psiquiátrico de Franco da Rocha (Juqueri) é o estágio final, como a penitenciária e o cemitério, de um processo de destruição da identidade do oprimido, do seu valor pessoal e do seu poder pessoal. Um processo iniciado no útero materno, na fome crônica, na miséria e na violência.

Toda a energia psicossocial e econômica necessária à formação e ao desenvolvimento de milhões de seres humanos é transformada em dólares para o benefício da classe dirigente nacional e internacional.

O que resta do oprimido? Se sobreviver, um corpo maltratado, carregado de raiva e de medo caracterológicos, que representam uma reação primária de defesa mal canalizada e desvirtuada para a destrutividade do indivíduo e de sua classe. Quando essa destrutividade ultrapassa os limites da classe oprimida, são intensificadas ações repressivas e alienantes, utilizando-se o poder opressor de policiais, padres, psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, economistas, educadores, médicos, etc. Dessa forma surge "*a morte das possibilidades de organização autônoma, a letargia cultural, a petrificação das pessoas*". (Fanon, in Loyello, 1983).

Manter o corpo petrificado (tensões musculares crônicas), inconscientemente, é a solução encontrada pelo núcleo de vida do oprimido para protegê-lo, pelo menos precariamente, das condições psicossociais e econômicas adversas. Na maioria das vezes, essa proteção contribui para a desorganização da família e do bairro, como também para a sua prisão, loucura ou morte por infecção ou assassinato.

Assim, o núcleo de vida continua enquadrado numa existência desumana e sem futuro, onde a vida é violentamente negada ou sucumbe pela própria destruição do organismo. Carl Rogers (1983) diz que "*a tendência realizadora pode, evidentemente, ser frustrada ou desvirtuada, mas não pode ser destruída sem que se destrua também o organismo*". Isso é um fato e o sistema opressor procura, realmente, além de enquadrar, também destruir o oprimido.

3. UMA LINHA DE AÇÃO PARA A PSICOLOGIA POPULAR

As relações psicossociais assentadas em um quadro de exploração e miséria como esse são desastrosas para a formação e o desenvolvimento do indivíduo e da população. Como a dinâmica familiar influenciará na formação e desenvolvimento de cada membro de uma família, cujo pai desempregado é alcoólatra, a mãe trabalha como operária da castanha, têm oito filhos e moram num barraco de dois cômodos, numa rua

enlameada, sem esgotos e sem água potável? Como cada um expressará a exploração e a injustiça social? Como ocorrerão as relações psicossociais entre eles?

Essa situação é comum no Pirambu.

Em Fortaleza temos aproximadamente 300 favelas (Arquidiocese de Fortaleza, 1982), além de uma grande população praticamente sem recursos, desempregada, subempregada ou ganhando no máximo quatro salários mínimos.

Apenas no Pirambu, um bairro que se subdivide em duas paróquias, Cristo Redentor e Nossa Senhora das Graças, temos uma população por volta dos 30.000 habitantes (dados do Conselho Paroquial do Bairro Nossa Senhora das Graças).

O Bairro Nossa Senhora das Graças do Pirambu apresenta uma população de aproximadamente 13.000 pessoas, carente dos recursos básicos, como alimentação, emprego, moradia, saúde, escola, água, esgoto, luz e segurança, assim como de respeito, valorização e afeto.

Tais condições psicossociais e econômicas geram problemas de diversas ordens, como: desagregação familiar, alcoolismo, toxicomania, violência, transtornos mentais, conflitos de vizinhança e alienação individual, familiar e social. Por outro lado, esses problemas mantêm o círculo vicioso entre a miséria e a desorganização psicossocial do bairro, dos quarteirões, das famílias e das pessoas.

Só porque são pobres devem ser "curados" ou "enquadrados" com alienação, cadeia, internação ou cemitério?

Loyello (1983), analisando as condições do pobre, propõe uma "Psiquiatria Libertadora". Apresenta um relato da pobreza e pergunta: "É possível uma Psicoterapia Popular?" Sua resposta é afirmativa:

"É evidente que os esquemas referenciais e as técnicas de verbalização sofisticadas, aplicadas e aplicáveis nas classes média e alta, são inoperantes na maioria da classe pobre. Quando encaramos a psicoterapia popular somos obrigados a reformular e ampliar o conceito da psicoterapia. Necessitaríamos também superar a artificial histórica dicotomia entre prevenção e tratamento, entre os cuidados à saúde e à doença. Não podemos nos limitar ao alívio dos indivíduos isoladamente sem ao mesmo tempo destruir os 'fatores de tensão' que constituem, em última análise, as condições patogênicas nas quais vivem as populações pobres. Ou nos conscientizamos dessa exigência ou estaremos nos enganando, voluntária ou involuntariamente. Não é possível pensar em psicoterapia do pobre quando as condições concretas lhes negam a comida, a habitação, a estabilidade e a instrução. (...).

Oferecer cuidados psicoterápicos, exclusivamente aos indivíduos, escotomizados no contexto social condicionante, além de representar uma posição ingênua, é frustradora e ineficiente; significa o mesmo que tentar eliminar os efeitos, deixando intatos e perpetuando-se os germes causais e determinantes dos efeitos. Não é mais possível na altura dos nossos conhecimentos sobre a causalidade e a dinâmica do fato psiquiátrico, escotomizar a verdade, isto é, ocultar que a situação conflitual dos indivíduos produz-se na dialética ininterrupta do sujeito e o mundo social. O mundo da pobreza possui também instrumentos estabilizadores e recuperadores dos desequilíbrios psíquicos, que precisam ser mobilizados numa estratégia psicoterápica popular. É utilizando todos os mecanismos estabilizadores da personalidade, respeitando os fundamentos culturais, que a nossa ação poderá ser profícua e alcançar o grande número de necessitados. Consideramos e defendemos a tese segundo a qual o mecanismo estabilizador, por excelência, do psiquismo das camadas pobres, consiste na organização popular e militância reivindicatória em favor do atendimento de suas necessidades básicas de salários condignos,

condições de trabalho humanizadas e melhorias constantes na qualidade de suas vidas.

A atividade coletiva e associada aos autênticos e sentidos objetivos mobiliza os pobres na direção do futuro e empresta-lhes a sensação de esperança, em dias melhores, conquistados por suas próprias forças e potências". (p. 14).

A organização comunitária, os grupos de jovens, as hortas comunitárias, as atividades de reflexão e ação comunitária, o mutirão, as lutas reivindicatórias, as reflexões existenciais e emocionais em grupo, o esporte, a cultura e o lazer, são formas concretas da ampliação do conceito e da prática psicoterápica e onde se integram os conceitos de prevenção e tratamento. São também atividades que estabelecem ou restabelecem as condições de crescimento pessoal e comunitário. Formam o espaço onde deve ser teorizada e praticada a Psicologia Popular.

Atuar no contexto psicossocial e econômico do oprimido, buscando resgatar, fortalecer e criar relações culturais, sociais, econômicas e psicológicas saudáveis, facilitando o esforço de organização da população e de sua luta contra a opressão são ações que devem fazer parte da atuação do Psicólogo Popular.

Um estudo mais aprofundado deve ser realizado a respeito da ideologia de submissão e resignação, do caráter oprimido, do valor pessoal e do poder pessoal e das formas de atuação psicossocial junto à classe oprimida. Para isso propomos:

- Criar uma relação de confiança com a classe oprimida;
- Estudar e vivenciar as suas condições de vida;
- Levantar, com os moradores, toda a situação de dificuldade em que vivem e as formas de solução;
- Facilitar a formação de pequenos grupos populares nas áreas de interesse das pessoas;
- Estudar os elementos ideológicos de submissão e resignação, o caráter oprimido e as formas de resgatar o valor pessoal e o poder pessoal;
- Facilitar o crescimento individual, a organização psicossocial e a luta reivindicatória e política, através de Grupos de Encontro, Grupos de Vivência, Círculos de Cultura, Comissões Reivindicatórias e Mobilizações Maiores.

Pode-se pensar que isso não é Psicologia, pois estaria voltada, também, para uma ação política, ou estaria o Psicólogo Popular atuando como um Educador, um Sociólogo ou um militante político. Quero enfatizar que a ideologia de submissão e resignação, o caráter oprimido e o valor pessoal e o poder pessoal são componentes estruturados no mundo psicológico do oprimido e não se isolam do contexto responsável por eles, o qual precisa ser mudado. Lançar mão de conhecimentos e de experiências da Educação, Sociologia, Antropologia, Medicina, Direito, Política, História, etc., além da própria Psicologia, visando à restauração do núcleo de vida ou tendência realizadora da classe oprimida é a tarefa de uma Psicologia Popular.

Pesquisar, adquirir novos conhecimentos e práticas, criar métodos de trabalho psicossocial para modificar ou reduzir essa situação, utilizando-se principalmente das forças vivas desse segmento social, é de vital importância.

Creemos que há uma responsabilidade de todos nós profissionais de Psicologia com a situação do oprimido. A omissão ou a utilização de modelos teóricos inadequados servirão apenas para manter as condições de dominação e exploração nos rótulos da Psicologia e da Psiquiatria.

A maioria de nós estudou em Universidades Públicas, sustentadas pelo próprio povo. Sustentadas pelo suor e pela miséria do nosso povo, em vez de serem sustentadas pelo lucro e riqueza das classes dominantes. Esse dinheiro, que vem do governo ou dos acordos internacionais, como FMI e Banco Mundial, é dinheiro do nosso povo, cujas veias abertas estão sangrando para o capital nacional e internacional.

O nosso compromisso é com uma Psicologia Popular onde se organizam os conhecimentos e práticas psicossociais voltadas para a:

- Autonomia individual e de grupo;
- Integração e participação comunitária e política;
- Justiça social.

4. ALGUNS COMPONENTES CONCEITUAIS

No estudo e na convivência com a classe pobre verificamos a existência de uma rede ideológica voltada para o seu aniquilamento, a qual denominamos de ideologia de submissão e resignação. Observamos, também, a presença de certas características psicossociais e corporais que denominamos no conjunto de *caráter oprimido*, isto é, uma estrutura psicológica orientada para proteger o oprimido, mas, ao mesmo tempo, impedindo a expressão do seu valor pessoal e do seu poder pessoal.

Queremos expor aqui o que pensamos sobre esses conceitos: Ideologia de Submissão e Resignação; Caráter Oprimido e Valor Pessoal e Poder Pessoal.

4.1. Ideologia de Submissão e Resignação

A sociedade humana sofre o peso de uma estrutura autoritária massacrante e em todos os níveis sociais, sendo a classe oprimida a mais atingida. Essa estrutura mantém o nível de tensão social bastante alto, o qual, por sua vez, precisa ser controlado. A submissão e a resignação, na classe oprimida, exercem essa função, através do reforçamento do caráter oprimido.

Constatamos a existência de uma ideologia de submissão e resignação que dá o elemento de sustentação e reforço da repressão ao núcleo de vida do oprimido. Ela está presente nas condições de vida e na própria estrutura psíquica dessa classe social. Começa a se formar a partir das vivências do oprimido no útero materno, onde o estado crônico de fome e de tensão da mãe vai produzindo os primeiros sinais de submissão e resignação, pelo simples fato de o feto necessitar de nutrientes e não recebê-los satisfatoriamente durante os nove meses de gestação. O feto vai-se adaptando a isso e a uma presença mais constante dos hormônios de defesa imediata e mediata, aos remédios que a mãe toma para se livrar das infecções constantes e que, circulando na corrente sanguínea da mãe, também circulam na do feto, além das *misturas* que muitas vezes toma para abortar e não consegue.

O núcleo de vida é agredido violentamente e *enquadrado* bem antes do nascimento. As crianças nascem com graves deficiências, muitas vezes irreversíveis. No passar dos anos, se sobreviverem além dos três anos de idade, vão, cada vez mais, se enrijecendo e se alienando, até chegar a um jovem ou a um adulto hostil e ou servil.

A ideologia de submissão e resignação vai-se fazendo presente em quase toda a prática do oprimido. Seja em casa, na relação mãe-filho, na descrença de que as coisas podem mudar, na aceitação de um destino, na sonegação de informações pela classe dirigente, no ensino das escolas de periferia, na influência de grupos de catequese e evangelização, na falsa promessa dos políticos e das instituições, na permanência

durante gerações da ausência de alimentos, água potável, condições de moradia, de esgotos, falta de emprego ou péssimas condições de trabalho, na violência ostensiva da polícia, etc. Manifesta-se diariamente, tanto pela ação dos opressores, como pela expressão do caráter oprimido, ou seja, quando o oprimido rompe com as relações familiares ou com a sua vizinhança, através do isolamento ou das agressões; quando parte para a droga, assalto ou assassinato. Por outro lado, também, está presente quando se submete à inferiorização cultural, social e econômica; quando aceita o seu lugar ou obedece cegamente ao patrão, como empregado ou capanga; quando acredita que só no céu poderá viver bem ou quando imagina que a sua situação é desejo de Deus. Também se manifesta quando ignora a realidade em que vive e acredita que só as autoridades podem resolver os seus problemas, ou quando tenta ser o próprio opressor.

Todos esses fatores formam no cotidiano a rede estrutural e funcional da submissão e resignação, presentes numa ideologia tecida ao longo do tempo para manter o oprimido afastado da vida, impedindo-o de acreditar no seu potencial de realização humana e a agir com consciência e autonomia.

4.2. Caráter Oprimido

O caráter é o modo de a pessoa estar no mundo; é a sua posição existencial frente às situações de vida e a maneira como responde às solicitações internas e externas a si mesma.

Ao falarmos de caráter, estamos falando de algo visível e observável, o comportamento da pessoa, seu modo de agir, falar, etc. Quando essa maneira de responder torna-se repetitiva ou estereotipada, podemos dizer que estamos diante de um caráter neurótico.

No livro *Análise do Caráter*, Reich (1979) relata que a formação do caráter neurótico é produzida pela repressão da energia libidinal, pela fixação das situações pré-genitais. Nesse caso, em torno do Ego, vai-se formando uma blindagem para protegê-lo do conflito e permitir um *modo estável de viver* frente as angústias e aos medos. Essa blindagem psíquica é uma couraça que se forma no âmbito da musculatura, modelando um caráter para a pessoa.

O caráter neurótico não depende das condições específicas de uma classe social, mas da própria sociedade como um todo. Isso quer dizer que encontramos esse caráter em pessoas de qualquer classe social.

A formação e o desenvolvimento da estrutura psíquica depende das forças internas e das forças externas à pessoa. A maneira como essas forças se combinam vai resultar numa determinada estrutura psíquica. Se elas se integram através do fluxo natural de trocas entre sistemas, o psiquismo se estrutura de modo saudável e consistente; se essas forças internas e externas atuam sob condições de competição e repressão constantes, como sistemas fechados, a estrutura psíquica se enrijece, criando um envoltório protetor ou blindagem de caráter, ou caráter neurótico. Para Reich, a repressão atuaria para impedir o fluxo natural da energia libinal; para nós, seria a repressão dos potenciais evolutivos de vitalidade, sexualidade, criatividade, afetividade e transcendência (Toro, 1982), e o reforçamento de comportamentos dissociados, inadequados às condições de autonomia, intimidade e consciência pessoal.

Vale ressaltar que a repressão, segundo Toro (*idem*), é:

“Uma estrutura que infiltra a existência em todos os seus detalhes, em toda circunstância e nas mais variadas formas. Está presente na arquitetura e no urbanismo, na distribuição dos móveis da casa, na vestimenta, nos livros, no trabalho, na escola, nos gestos, nos movimentos, nos alimentos, etc. A repressão é uma dimensão ativa que intervém nas relações sociais, afetivas, políticas e culturais. A estrutura de repressão está instalada na pessoa em forma de couraça muscular, tensões viscerais, padrões de respostas bioquímicas e em cada uma das expressões do mundo cultural.” (vol. I, p. 143-146)

Essa seria a condição geral de formação e de desenvolvimento da estrutura psíquica de uma pessoa de qualquer classe social. Por outro lado, existem condições específicas que delinham de forma particular a estrutura psíquica de cada um. Além das condições específicas individuais, numa sociedade de classe, acreditamos, também, nas condições específicas de classe.

A classe oprimida está mergulhada profundamente na questão da sobrevivência. Enquanto a estrutura psíquica da classe dirigente se forma e se desenvolve fora da sobrevivência sócio-econômica, na classe oprimida ela está diretamente submetida a essas condições. O mundo do oprimido é a realidade da miséria, da ignorância e da marginalização, situações que não encontramos no mundo da classe dirigente. A opressão e a exploração são cruéis e atuam desde a vida intra-uterina. Enquanto a classe dirigente tem, como condição para a formação e desenvolvimento de sua estrutura psíquica, situações de vida voltadas para a satisfação de necessidades de desenvolvimento pessoal, a classe oprimida tem, como condição, situações diretamente voltadas para a satisfação das necessidades primárias de sobrevivência, nas quais se fixa cronicamente durante gerações e gerações.

A estrutura psíquica da classe dirigente se enraiza nas condições de desenvolvimento onde o fator sobrevivência é menos decisivo. Na classe oprimida, ela se enraiza em condições de sobrevivência, miséria e alienação; a questão da sobrevivência é central e todo o seu mundo psicológico se estrutura e se orienta para isso, sob muitos aspectos na forma de caráter oprimido.

O caráter oprimido surge das condições específicas da classe oprimida. Ele é formado pelo bloqueio do potencial evolutivo ou núcleo de vida que se manifesta através das vivências de vitalidade, sexualidade, criatividade, afetividade e transcendência, realizado pelas condições psicossociais e econômicas de sobrevivência e reforçado por uma ideologia de submissão e resignação. Não é um caráter neurótico e sim um caráter alienado. Isso quer dizer que o caráter oprimido é fruto do subdesenvolvimento e não de uma psicopatologia. Suas manifestações mais características são as expressões de hostilidade e servilismo presentes nas ações do oprimido, no pensar, no sentir e no agir.

Em Biodança, temos o bloqueio, a dissociação e a desorganização, como conceitos que tratam da repressão ao potencial evolutivo da pessoa. O bloqueio não é uma psicopatologia, mas sim um fenômeno de obstrução da vida, enquanto a dissociação e a desorganização podem ser consideradas como psicopatologias.

O caráter oprimido é um modo de sobrevivência encontrado, inconscientemente, pela classe oprimida, para reduzir sua angústia e sofrimento frente à miséria e à violência, para não ser eliminada psíquica e fisicamente. É uma tentativa de resistir ao

caminho de vida imposto pela classe dirigente, cujo final é representado pela penitenciária, manicômio ou cemitério.

Resistindo através desse caráter, o pobre não consegue se desvencilhar da opressão e mais a reforça, pois o caráter oprimido não é uma solução viável de luta e crescimento pessoal e social, mas um reflexo da opressão que se torna opressão.

Trabalhar o caráter oprimido não é fazer um trabalho de desencouraçamento psicológico, como o realizado nos grupos de psicoterapia, nem tampouco *sociologizar* as relações do oprimido, desqualificando ou minimizando a sua estrutura psíquica, como é comum nos trabalhos de educação popular. Nem por um lado, nem pelo outro os esforços são suficientes. Acreditamos que as condições de desencouraçamento e desenvolvimento pessoal da classe oprimida estão intimamente ligadas à criação de um clima psicossocial de mudanças individual e social que favoreça a expressão do valor pessoal e do poder pessoal. Isso quer dizer que a eliminação da estrutura do caráter oprimido não pode ser feita apenas por meios psicológicos, e sim também por meios sociais e políticos.

4.3. Valor Pessoal e Poder Pessoal

Para o autor, o valor pessoal é um sentimento de valor intrínseco que se manifesta quando a pessoa entra em contato com o seu núcleo de vida, uma tendência natural para a realização. Sentir-se capaz de viver, gostar de si mesmo, acreditar na sua capacidade de conviver e realizar trabalho são expressões do valor pessoal.

Quanto ao poder pessoal, é a capacidade de influir na construção de relações saudáveis com os outros e com a realidade. É a potência com que se vive a cada momento, buscando o crescimento de si e de outro.

O valor pessoal e o poder pessoal são expressões da própria identidade, que se formam ou se restauram nas relações sociais.

Carl Rogers (1983) cita a congruência das idéias, sentimentos e ações, a aceitação de si e do outro e a capacidade de sentir o outro, como fenômenos geradores de crescimento individual e grupal. Acrescentamos a esses a organização comunitária e a luta reivindicatória e transformadora da realidade, como fenômenos que completariam o universo a ser trabalhado pela Psicologia Popular para a restauração do valor pessoal e do poder pessoal na classe oprimida.

Quando o oprimido passa a exercitar-se como pessoa, percebe que as suas mãos são construtoras de si mesmo e de sua realidade. Começa a enfrentar a opressão com entusiasmo e se alegra com as suas próprias ações de solidariedade e luta.

A percepção de si mesmo se modifica, melhora suas relações na família e na vizinhança, passa a participar ativamente da organização do seu bairro e das comissões reivindicatórias e políticas, dando importância ao conselho comunitário, a associação, ao sindicato e ao partido político.

Uma direção de comunidade, de sindicato ou de partido, que não for sensível ao valor pessoal e ao poder pessoal de cada participante, acreditando apenas no paternalismo, na força ideológica ou na *força das massas*, contribuirá para a eliminação ou enrijecimento do organismo popular, perdendo o rumo da luta e dificultando a associação, a sindicalização e a participação política do oprimido. Dessa forma o oprimido continua sendo *massa de manobra*, o seu valor pessoal ignorado e o seu poder pessoal não utilizado.

Acreditamos que as direções surgidas dos pequenos grupos populares, onde o valor pessoal e o poder pessoal são os elementos básicos para a comunicação essencial

entre as pessoas, poderão encaminhar a luta popular com maior força, objetividade e respeito pelos companheiros e pelos outros grupos de base.

5. UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Defendemos o caminho da expressão do núcleo de vida do oprimido, através da restauração do valor pessoal e do poder pessoal, da eliminação ou redução da ideologia de submissão e resignação e do caráter oprimido. Para isso é preciso criar um clima psicossocial favorável ao crescimento pessoal e social, através dos pequenos grupos populares.

5.1. Criação de um Clima Psicossocial de Crescimento Pessoal e Social

Consideramos seis as condições básicas para favorecer o crescimento psicossocial da classe oprimida. São condições utilizadas, há muito tempo, em psicoterapia, educação popular e ação política.

A proposta desse trabalho é a de que possam ser praticadas de modo integrado num esforço de Psicologia Popular.

As condições básicas para a criação de um clima de crescimento psicossocial são:

- Congruência;
- Aceitação;
- Empatia;
- Diálogo;
- Organização Comunitária;
- Luta reivindicatória e política.

. *Congruência, Aceitação e Empatia*

Os indivíduos possuem dentro de si vastos recursos para a autocompreensão e para a modificação de seus autoconceitos, de suas atitudes e de seu comportamento autônomo. Esses recursos podem ser ativados se houver um clima, passível de definição, de atitudes psicológicas facilitadoras.

Há três condições que devem estar presentes para que se crie um clima facilitador de crescimento. Estas condições se aplicam indiferentemente à relação terapeuta-paciente, pais-filhos, líder e grupo, administrador e equipe. Estas condições se aplicam, na realidade, a qualquer situação na qual o objetivo seja o desenvolvimento da pessoa. Já descrevi essas condições em outros trabalhos. Apresento aqui um pequeno resumo do ponto de vista da psicoterapia, mas a descrição se aplica a todas as relações mencionadas.

O primeiro elemento poderia ser chamado de autenticidade, sinceridade ou congruência. Quanto mais o terapeuta for ele mesmo na relação com o outro, quanto mais puder remover as barreiras profissionais ou pessoais, mais a possibilidade de que o cliente mude e cresça de um modo construtivo. (...) Portanto, dá-se uma grande correspondência, ou congruência, entre o que está sendo vivido em

nível profundo, o que está presente na consciência e o que está sendo expresso pelo cliente.

A segunda atitude na criação de um clima que facilite a mudança é a aceitação, o interesse ou a consideração — aquilo que chamo de 'aceitação incondicional' Quando o terapeuta está tendo uma atitude positiva, aceitadora, em relação ao que quer que o cliente seja naquele momento, a probabilidade de ocorrer um movimento terapêutico ou uma mudança aumenta. O terapeuta deseja que o cliente expresse o sentimento que está ocorrendo no momento, qualquer que ele seja - confusão, ressentimento, medo, raiva, coragem, amor ou orgulho. Esse interesse por parte do terapeuta não é possessivo. O terapeuta tem uma consideração integral e não condicional pelo cliente.

O terceiro aspecto facilitador da relação é a compreensão empática. Com isso quero dizer que o terapeuta capta com precisão os sentimentos e significados pessoais que o cliente está vivendo e comunica essa compreensão ao cliente. (...) Este tipo de escuta ativa e sensível é extremamente raro em nossas vidas. Pensamos estar ouvindo, mas muito raramente ouvimos e compreendemos verdadeiramente, com real empatia. E, no entanto, esse modo tão especial de ouvir é uma das forças motrizes mais poderosas que conheço.

De que modo este clima que acabo de descrever leva à mudança? Resumidamente. eu diria que se as pessoas são aceitas e consideradas, elas tendem a desenvolver uma atitude de maior consideração em relação a si mesmas. Quando as pessoas são ouvidas de modo empático, isto lhes possibilita ouvir mais cuidadosamente o fluxo de suas experiências internas. Mas à medida que uma pessoa compreende e considera o seu eu, este se torna mais congruente com suas próprias experiências. A pessoa torna-se então mais verdadeira, mais genuína. Essas tendências, que são a recíproca das atitudes do terapeuta, permitem que a pessoa seja uma propiciadora mais eficiente de seu próprio crescimento. Sente-se mais livre para ser uma pessoa verdadeira e integral." (Rogers, 1983: 38 e 39).

. O Diálogo

"O diálogo é este encontro dos homens mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu". (...) "Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumano continue. Se é dizendo a palavra com que, 'pronunciando' o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens.

Por isso, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem com buscar a verdade, mas com impor a sua. Porque é encontro de

homens que pronunciam o mundo, não deve ser doação de pronunciar de uns a outros. É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens." (Freire, 1979: 93).

. Organização Comunitária e Luta Reivindicatória e Política

É comum encontrarmos nos bairros pobres uma grande desorganização psicossocial aliada à miséria. Pequenas casas contíguas, com um, dois ou três compartimentos, onde moram muitas vezes dez pessoas, formam os quarteirões, os quais estão repletos de crianças e jovens.

As pessoas são resistentes à mudança e acreditam que as coisas não mudam a não ser se uma autoridade quiser. Repetem em demasia o papel do opressor, no individualismo e nos conflitos de vizinhança. A forte religiosidade do oprimido é muito contaminada com a fé alienada, deturpando valores fundamentais da verdadeira dignidade humana, como justiça social, solidariedade, liberdade e, inclusive, da própria religiosidade.

O valor pessoal e o poder pessoal são escassos nas relações psicossociais e na crença em um futuro melhor. A sensação é a de que o oprimido está esperando ou já se desiludiu há muito tempo.

De um modo geral, não encontramos a vida comunitária, mas sim a desorganização e a desagregação individual e social. Mas, no meio dessa situação, encontramos pessoas vivas e brilhantes, fazendo esforços para a vida se modificar.

Essas pessoas podem formar um pequeno grupo e trabalharem em conjunto, bem como descobrirem novos moradores e conhecer pessoas (que não pertencem a mesma classe social) possuidoras de um forte sentimento de amor e justiça social, que ajudarão nessa caminhada. Acontecendo isso, novos grupos poderão ser formados e assim a ação comunitária se desenvolverá com força e profundidade. O bairro se organizará em torno de uma associação de moradores ou de um conselho comunitário. Essa prática conjunta dos moradores gera um sentimento de força e coesão, de coragem e de vontade de lutar e renascer.

Como está escrito aqui, parece simples e fácil de se realizar. Não é assim. Existem muitas dificuldades para se chegar à organização e à luta popular. É comum o fracasso aparente, a frustração e a desistência dos moradores, mas aqueles grupos que resistem a tudo isso podem frutificar em verdadeiras comunidades.

A organização comunitária se forma na base, o povo decidindo e agindo em comum acordo. Os moradores pensando juntos, decidindo juntos e praticando juntos, num esforço solidário de verdadeira caminhada individual e social.

A classe oprimida organizada e participando de lutas reivindicatórias e políticas, através das associações, dos seus sindicatos e dos seus partidos políticos, poderá caminhar em direção à sua libertação.

5.2. O Grupo Popular

Aceitamos a força dos grupos, a sua capacidade de transformar e integrar o indivíduo e a comunidade. O pequeno grupo, onde as interações são face-a-face,

propicia o aparecimento de um clima psicossocial favorável ao crescimento individual, grupal e social.

As psicoterapias já confirmaram o valor do pequeno grupo nas mudanças individual e grupal. Quanto ao seu valor para a mudança social, basta ver a força das CEBs, dos Sindicatos atuantes e o exemplo dado pelas grandes manifestações Pró-Diretas Já, realizadas recentemente. Foi clara a integração de centenas ou milhares de pequenos grupos organizados em torno de um ideal comum. A homogeneidade e coesão das ações de uma multidão calculada em 1 milhão de pessoas em São Paulo, brotadas do seio dos pequenos grupos, em função de uma vontade comum. Essa é a força do pequeno grupo, capaz inclusive de organizar e dar um só rumo à multidão, buscando refazer o tecido social, econômico e político.

O pequeno grupo popular é aquele em que o objeto de trabalho são as condições psicossociais do grupo e a transformação delas pelo próprio grupo, sejam elas de natureza individual ou social. O grupo, nesse caso, é trabalhado nas suas forças interacionais internas e nas suas forças interacionais com o meio sócio-econômico e político.

As forças interacionais internas tratam dos componentes de estruturação, organização e desenvolvimento dos membros e do próprio grupo como um todo. Implicam na sustentação e apoio sócio-emocional, no fortalecimento de interações psicológicas nutritivas, na comunicação aberta, no compromisso e na responsabilidade com as decisões e ações do grupo, na participação efetiva e na formação de uma consciência crítica.

As forças interacionais externas dizem respeito às relações de busca, cooperação e luta no meio-ambiente social, econômico e político. Trata da análise da realidade e dos modos de modificá-la em função das necessidades do grupo, do bairro e da classe oprimida.

O pequeno grupo popular integra-se a outros grupos do bairro, ou fora dele, no sentido de cooperar e criar uma estrutura de sustentação e desenvolvimento comunitário, bem como facilitar a participação dos seus membros em sindicatos e partidos políticos.

Existem diversos tipos de grupos populares e todos eles são importantes para o desenvolvimento de uma comunidade. Os moradores procuram os grupos que estejam de acordo com os seus interesses, como: teatro, música, oração, esporte, festa, política, mutirão, etc. Todos esses grupos formam a comunidade e representam unidades potenciais de mudanças individual e social, bastando apenas estruturá-los de acordo com os modelos de encontro (*Rogers, 1979*), de vivência (*Toro, 1982*) e de círculo de cultura (*Freire, 1979*). Esses modelos facilitam o aparecimento das condições necessárias à criação de um clima psicossocial, onde a ideologia de submissão e resignação perde a sua força e influência, cedendo lugar às expressões de valor pessoal e de poder pessoal, isto é, permitindo o retorno do oprimido ao fluxo natural da realização humana.

Esses modelos de grupos podem ser caracterizados da seguinte maneira:

Grupo de Encontro - Facilita o compartilhar de dificuldades e realizações pessoais, de sentimentos, de frustrações e de conflitos, assim como favorece a aceitação, o apoio e a proteção psicossocial. Permite a descoberta de si e do outro como seres sensíveis e autênticos — pessoas.

Grupo de Vivência — Estrutura-se de modo não-verbal, através de músicas e de movimentos sensíveis e harmônicos, facilitando a regulação entre a tensão

e a relaxação, a aceitação do corpo e de novas formas para vivê-lo, isto é, de viver a si mesmo sem medo, culpa ou inferioridade.

Círculo de Cultura — Grupo estruturado para favorecer o diálogo, a descoberta da realidade e a maneira de modificá-la. Baseia-se no método VER-JULGAR-AGIR, onde a realidade é decodificada e codificada através de palavras geradoras, levantadas pelo próprio grupo e sendo representativas do meio em que os participantes vivem. Contribui para a conscientização, a organização comunitária e a ação política.

6. O PIRAMBU

Surgiu na década de 30 e se consolidou legalmente em 1962, mediante pressão de seus moradores realizada através da Grande Marcha do Pirambu. Mesmo assim, somente em 1996, os títulos de posse foram entregues aos moradores.

O Pirambu situa-se na parte oeste de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, Nordeste do Brasil, à beira-mar, distando aproximadamente 2 km do centro da cidade. Tem uma população estimada em 60.000 habitantes, a maioria oriunda da migração interiorana, ocasionada pela seca e pela miséria estrutural do sertão. Pirambu é um peixe que havia em abundância no lugar e que hoje é escasso por ali.

Sua população é maior do que muitos dos municípios cearenses. Em geral, é constituída de pescadores, artesãos, pedreiros, operários, ambulantes, comerciantes, pequenos comerciantes, biscateiros e desempregados, que são muitos. Apresenta um alto índice de prostituição, violência e consumo de droga.

Por sua localização e beleza de paisagem litorânea é bastante cobiçado pela especulação imobiliária e redes de hotel.

A Grande Marcha resultou na desapropriação da área do Pirambu pelo Governo Estadual. Como esta era grande, foi dividida em dois Bairros: N. Sra. das Graças e Cristo Redentor, cada uma com sua paróquia.

De 1962 a 1984, o Bairro Nossa Senhora das Graças, teve quatro párocos. O primeiro Padre, Hélio Campos, foi o responsável pelo início da organização do Pirambu, desde antes de sua divisão, quando ainda era areal de praia. Foi o mentor da Grande Marcha, ainda hoje lembrada com saudade e alegria. Padre Hélio é um símbolo para os moradores dali, sempre lembrado com carinho, respeito e devoção. Os dois padres seguintes, da ala paternalista da igreja, facilitaram a acomodação dos moradores pela omissão e assistencialismo.

Nessa época, grupos assistencialistas ganharam bastante espaço de atuação, apoiados pelo pároco, inclusive os formados por jovens, assim contribuindo, ainda mais, para a alienação dos moradores do lugar. Além disso, com o crescente desemprego, a violência cresceu e a repressão policial tornou-se cada vez mais parte dessa violência. Os serviços públicos mantinham-se ausentes ou precários demais, fazendo com que o Pirambu ficasse à margem dos benefícios públicos, assim como os demais bairros pobres de Fortaleza.

Em 1982 chegou o quarto padre, Padre Haroldo, pertencente a ala progressista da Igreja. Contribuiu muito com a diminuição do assistencialismo, através do apoio que buscava para seu trabalho de educação popular.

Ainda hoje a Igreja Católica tem grande influência no bairro, em razão da forte religiosidade dos moradores e por ser a gestora oficial do terreno do Pirambu.

Nesse contexto, convivemos com os moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças do Pirambu, durante seis anos (1981-1987), realizando trabalhos de

alfabetização de adultos, método Paulo Freire (1981), grupos de crescimento com jovens marginalizados e usuários de drogas (1982), assim como com jovens e adultos de um modo geral (1983-1987).

Em outubro de 1983, iniciamos o trabalho com um grupo de jovens denominado Grupo Renascer, depois transformado em Grupo Libertação, em função dos novos rumos que o grupo tomava.

De um início voltado para a compreensão e apoio a jovens marginais e usuários de drogas, o grupo ampliou seus objetivos e modo de atuar, no sentido da organização comunitária e da luta reivindicatória e política, congregando para isso jovens e adultos, membros católicos e protestantes, homens e mulheres, inclusive criando espaço para as crianças.

Em janeiro de 1983, o trabalho transformou-se em um projeto de extensão universitária denominado “Atendimento Psicossocial de Jovens e Adultos do Pirambu”. Isso não implicou no apoio efetivo da universidade, salvo algum apoio pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará.

Estávamos ainda no período da Ditadura Militar, época bastante difícil para o trabalho popular problematizador, assim como para o trabalho ser aceito no Departamento de Psicologia da UFC como um trabalho de Psicologia Popular, tentativa esta de colocar a Psicologia a serviço da população oprimida.

Nessa época, a Universidade tateava tímida e receosamente quanto a se voltar para a população pobre com um compromisso de cidadania e democracia. O apoio externo e institucional ao projeto praticamente não existia. Por isso, quando surgia na comunidade necessidades de recursos materiais e financeiros, os moradores se reuniam e promoviam festas, bingos, sorteios e coleta entre eles, bem como organizavam comissões para exigir, junto aos órgãos públicos, soluções para os problemas do bairro.

O Grupo Libertação representou um importante papel na nova caminhada do Pirambu, rompendo com o assistencialismo anterior bastante disseminado pelos grupos católicos e por Assistentes Sociais da Prefeitura de Fortaleza e do Governo do Estado. Cada vez mais ocupou um espaço significativo na construção do movimento comunitário, mobilizando um grande número de moradores em suas ações. A partir daí transformou-se em Movimento Libertação.

A estrutura do movimento era bastante participativa, constituída pelos Conselheiros, Coordenadores e Colaboradores. Os primeiros eram moradores do bairro, coordenadores ou não, com a função de direção geral do grupo; os Coordenadores eram, também, moradores do bairro e exerciam a função de coordenar uma das atividades comunitárias do movimento e os Colaboradores, eram pessoas de fora do bairro, como o autor, que colaboravam nessa caminhada de libertação.

Toda essa estrutura seguia as decisões da Assembléia Geral, constituída por todos os Conselheiros, Coordenadores e moradores atuantes e constantemente presentes nos trabalhos e nas reuniões. Cada atividade comunitária era animada por uma coordenação formada por um coordenador eleito em assembléia geral, animadores e dois colaboradores, atuando diária ou semanalmente junto aos outros moradores.



Fig. 9-A — Casa do Grupo Libertação.

6.1. Atividades Comunitárias

- Círculo de Cultura e Ação;
- Organização de quarteirões;
- Horta Comunitária;
- Alfabetização de Adultos;
- Educação Política;
- Círculo de Mulheres;
- Círculo de Encontro e Biodança;
- Conversa Individual;
- Posto de Alimento;
- Treinamento de Lideranças;
- Grupo de Idosos;
- Educação e Lazer com as crianças;
- Jornal do Pirambu.

. Círculo de Cultura e Ação

Às noites de segunda-feira eram realizados encontros de reflexão e ação, círculos de cultura propostos por Freire (1979), mas, em vez da alfabetização, buscava-se o aprofundamento de temas geradores para se chegar a uma decisão que levaria à ação comunitária pertinente ao tema debatido.

Discutiam-se os problemas do bairro e o por que de tais problemas, qual a responsabilidade dos moradores a respeito e como podiam se organizar para superá-los ou minimizá-los. A reflexão era alegre e participativa, viva, fraterna, com um número de moradores que variava entre 50 a 70 pessoas toda semana.

Cada vez mais aumentava a integração e a profundidade das reflexões, diminuindo a inibição e a desconfiança para falar. Daí surgiu um clima psicossocial de força, alegria, integração e ajuda mútua entre os moradores, os quais percebiam o valor

de cada um, como estavam vivendo e as causas desse quadro social. Havia uma atmosfera de enriquecimento individual e grupal, de autenticidade e empatia.

Muitos temas geradores foram propostos pelos moradores, entre os quais destacamos: Violência policial e de moradores; falta de água (encanada e nos chafarizes) e taxa do IPTU; transferência de moradores da Rua Santa Inez para o Conjunto das Goiabeiras, forçada pelas Assistentes Sociais da PROAFA, órgão do Governo Estadual; necessidade de quebra-mar; lixo nas ruas e calçamento; creches para as mães trabalhadoras; emprego e alimento; alcoolismo e droga; analfabetismo, questões familiares e desorganização dos quarteirões.



Fig. 1 – Reunião de reflexão e ação comunitária de moradores do bairro N. S. das Graças do Pirambu.

. Organização de Quarteirões

Essa atividade surgiu, como as outras, das reflexões do Círculo de Cultura e Ação, como conseqüência da compreensão de que a organização do bairro e a maior mobilização e ação dos moradores começam pelo espaço social mais imediato, de maior visibilidade, ou seja, a vizinhança ou quarteirão. Ficava claro que o quarteirão é base do trabalho comunitário urbano e um deflagrador de muitas caminhadas realizadas por todo o bairro.

Todas as terças-feiras, quartas-feiras e sábados, realizavam-se os encontros de quarteirão. Uma vez na semana, oito a dez quarteirões faziam seus encontros, em um dos dias assinalados anteriormente. À medida que a caminhada avançava, novos quarteirões começavam a participar. Esses encontros seguiam o mesmo processo adotado no Círculo de Cultura e Ação, mas as temáticas, em geral, eram próprias do quarteirão. Os temas de cada quarteirão, em sua grande maioria, eram semelhantes, portanto, aos temas do bairro.

Várias vezes as reflexões desembocavam em ações junto ao bairro ou dirigidas aos órgãos públicos. Comissões eram formadas e estas mobilizavam os moradores para reivindicarem, na Prefeitura ou no Governo do Estado, melhorias das condições de vida no quarteirão ou no bairro. A alegria e o espírito festivo estavam presentes nessas comissões reivindicatórias quando se dirigiam aos órgãos públicos, seja a pé ou de ônibus. Era um sentimento de valor pessoal e de poder pessoal que florescia e

contagiava a todos os participantes. No trajeto, cantavam músicas religiosas progressistas e, muitas vezes, cantavam com orgulho, identificando-se com a Grande Marcha, o Hino do Pirambu, antes esquecido e logo retomado pelo Movimento Libertação.

Foi criado pelo Padre Geraldo Campos em janeiro de 1962, especialmente para a Grande Marcha do Pirambu. Ficou todo esse tempo esquecido e, no trabalho do Movimento Libertação, foi ressuscitado e usado como bandeira de luta e de organização comunitária, bandeira de valor e de identificação entre os moradores.

Hino do Pirambu

*Vem ver ó Fortaleza
O Pirambu marchar
Somos pessoas humanas
Temos direitos que ninguém pode tirar
Somos cristãos que não temem
Cristo é o nosso ideal
Por Ele todos faremos
A Reforma Social
Pirambu marchar
Pirambu marchar
Por um mundo melhor vamos lutar*



Fig. 4 – Círculo de Cultura da Rua Marcílio Dias, usando como tema gerador o problema de esgoto do quarteirão.

. Horta Comunitária

Considerada uma atividade voltada para a complementação alimentar, assim como para a mudança de hábitos alimentares. As verduras pouco faziam parte do cardápio das famílias.

A primeira horta foi feita no quintal da sede do Movimento Libertação, servindo de estímulo e orientação técnica para a sua propagação nos quarteirões.

Adultos e jovens participavam da atividade, limpando o terreno, preparando os canteiros com tijolos, semeando, cultivando e colhendo. Plantavam feijão, cebolinha, alface, coentro, milho, tomate e cenoura, os quais eram divididos entre os membros dessa atividade e o excedente, oferecido a outros moradores.

A atividade da horta comunitária não teve êxito quanto aos seus objetivos, ficando como algo sem importância para os moradores. Durante um breve período a horta da sede deu bons resultados, mas não se propagou pelos quarteirões. Logo depois, ela mesma foi relegada.



Fig. 3 – Moradores fazendo uma horta comunitária.

. Alfabetização de Adultos

A razão dessa atividade foi o alto índice de analfabetos, aproximadamente 30% dos moradores adultos. Ficavam à margem, dentre outras coisas, da cultura letrada. Por outro lado, o ingresso no mundo das letras era motivo de orgulho e alegria, para alguns até de choro.

A atividade era realizada por animadores treinados no Método Paulo Freire, pertencentes ao bairro e de fora dele (os colaboradores). O método permitia uma alfabetização rápida. Em poucos meses se dava o processo de aprendizagem.

Penetrar na cultura letrada significa uma conquista para compreender melhor a dinâmica social, informar-se melhor e se preparar para uma maior autonomia no cotidiano. Descobrir o significado, por exemplo, da palavra Pirambu, foi descobrir a história, a realidade e as perspectivas dos que vivem no bairro, assim como encontrar caminhos para realizar mudanças na realidade do lugar.

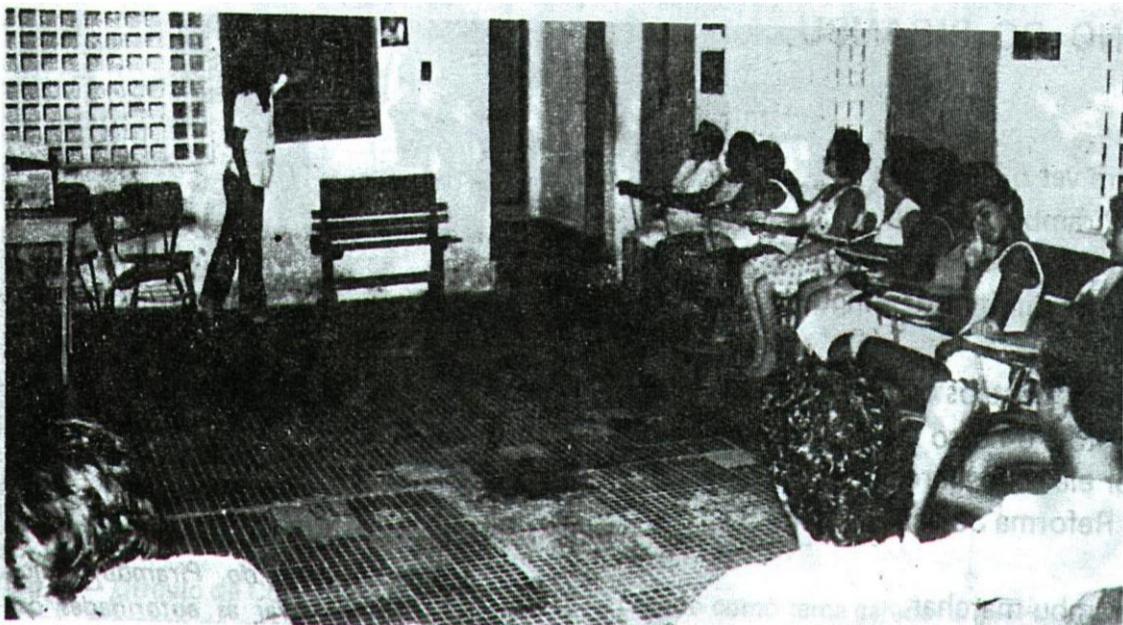


Fig. 6 – Alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire.

. Educação Política

Com o desenvolvimento das atividades e do próprio Movimento Libertação, a educação política tornou-se uma atividade necessária devido às preocupações a respeito dos novos rumos do trabalho comunitário.

Visava desenvolver, mais ainda, nos conselheiros, coordenadores de atividades, representantes de quarteirões e novos colaboradores, uma visão crítica sócio-político-econômica das realidades do Brasil, do Ceará e do próprio Bairro N. Sra. das Graças do Pirambu, assim como uma visão crítica acerca do próprio trabalho comunitário, realizado por eles no bairro.



Fig. 9-B – Reunião de Coordenadores de Atividade e Colaboradores.

. Círculo de Mulheres

Das atividades existentes, era a mais recente. Surgiu a partir de depoimentos das mulheres no Círculo de Cultura e Ação, como na Conversa Individual, os quais tratavam de suas dificuldades no trabalho, com os maridos, de seus problemas íntimos, de saúde e, mesmo, sobre a educação dos filhos.

Como as outras atividades, acontecia uma vez na semana. Não era vetada a presença de homens, mas apenas um deles participava, já que foi aceito pelo grupo de mulheres.

. Círculo de Encontro e Biodança

Os encontros davam-se às quintas-feiras, em um ambiente fechado, tranquilo e protegido de interrupções. O que se buscava era o compartilhar existencial, as relações com o mundo das emoções, a intimidade e as vivências em Biodança, propiciando assim um clima de crescimento individual e grupal.

Era evidente o sentimento de valor humano, de amizade, de solidariedade, de descoberta de novas formas de viver, de estar no mundo como sujeito da realidade e não como coisa.



Fig. 8 – Exercícios de fluidez corporal baseados na teoria da Biodança.

. Conversa Individual

Não foi iniciada de modo sistemático, porém ocorria sempre que um morador buscava algum dos colaboradores para compartilhar de sua intimidade. Eram conversas íntimas sobre uso de drogas, briga familiar, dificuldades financeiras e de emprego, inibição, vergonha, conflitos em casa ou com os companheiros, solidão, mágoa, medo, etc. Os moradores não tinham muito com quem compartilhar esses momentos, desabafar, chorar e contar suas dificuldades. Falar em grupo para muitos era difícil. Além disso, a culpa e a deformação religiosa interiorizada bloqueavam o processo de

auto-descoberta e renovação existencial, necessitando eles, então, de uma outra pessoa que pudesse ouvi-los, falar-lhes e se expressar com empatia, autenticidade e aceitação (Rogers, *idem*).

Foram momentos de grande significação psicossocial. O pobre quase não é ouvido em nossa sociedade. Não é respeitado e nem sempre compreendido. A carga que carrega de desqualificação social é perversa.

. Posto de Alimento

A necessidade surgiu da extrema miséria de uma boa parte dos moradores, principalmente daqueles da área mais próxima da praia, assim como das grandes dificuldades que, em geral, todos eles viviam. Muitos estavam desempregados, subempregados ou empregados, ganhando no máximo um salário mínimo.

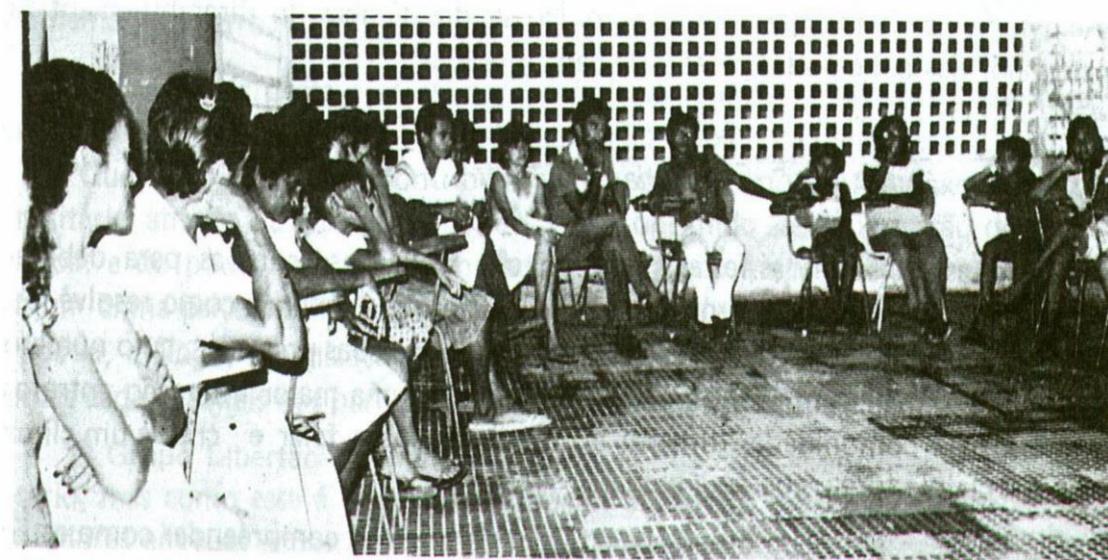


Fig. 2 – Discussão sobre a formação de uma comissão de moradores para reivindicar um posto de alimento da CODAGRO, para o bairro.

Em um dos encontros para pensar o Posto de Alimento, uma senhora relatou que “trabalhava o dia inteiro, saía pela manhã e voltava à noite”. Nesse ínterim, suas crianças ficavam trancadas em casa, se alimentando apenas de farinha e água.

A subnutrição era grande, gerando inúmeras enfermidades, como a tuberculose, gripe, diarreia, vários tipos de doenças. A fome compunha um quadro social perverso, juntamente com a angústia, depressão, crise explosiva, violência, alcoolismo, dependência de droga, prostituição, religiosidade deformada, anomia e alienação.

O Posto de Alimento foi inaugurado por uma multidão, em grande festa e com um culto ecumênico. O próprio Governador do Estado, Gonzaga Mota, compareceu à celebração.

A Secretaria de Agricultura do Estado, através de sua Companhia de Desenvolvimento Agropecuário (CODAGRO), mantinha um Programa de Venda de Alimentos mediante “tickets”, os quais estavam concentrados nas mãos dos vereadores de Fortaleza. As associações manipuladas por vereadores eram as beneficiadas por esse órgão.

A luta que se deu para a conquista do Posto de Alimento, a ser coordenado pelos próprios moradores, foi demorada e difícil, pois os moradores queriam ter uma relação direta com a CODAGRO, sem interferência de vereadores. A luta foi grande e bem sucedida. Não havia “ticket” dos vereadores, o alimento chegava de caminhão direto para a sede do Movimento Libertação. Aí, em dias e horários definidos pelos moradores, era feita a venda de uma certa quantidade de alimentos, a preços mínimos, para cada família, mediante a apresentação de uma carteira feita pelo próprio Movimento e a assinatura em uma lista, a qual comprovaria a venda do alimento naquele mês para determinada família.

Vendia-se arroz, feijão, macarrão, óleo, açúcar e rapadura, pela metade do preço de mercado. Tudo era controlado pelo Conselho do Movimento Libertação, que seguia as decisões da Assembléia dos Moradores. Além disso, mensalmente, o Movimento prestava contas do alimento a CODAGRO, onde havia um funcionário encarregado dessa relação direta com o Movimento Libertação.

. Treinamento de Lideranças

Periodicamente, em fins-de-semana fora do Pirambu, em sítios, em casas de praia ou casas religiosas, eram realizados cursos para as lideranças comunitárias do bairro. Constavam de vivências de integração, debate político, avaliação do movimento comunitário, organização popular, trabalho de grupo, criatividade, coordenação de reuniões, exposição de um assunto, desinibição, processo democrático de tomar decisões, ouvir e falar no momento adequado, fazer síntese do desenrolar de uma reunião, forma de participar estimulando a reflexão dos outros e outros temas de interesse geral do grupo.

Era visível o despreparo das lideranças. Havia motivação e engajamento, porém faltavam habilidades e técnicas necessárias ao desenrolar dos trabalhos e ao crescimento do Movimento. Como estavam submetidos a uma estrutura de autoritarismo-submissão, tendiam a reproduzi-la se não exercitassem uma prática democrática.

O tipo de líder mais comum na sociedade brasileira é o autoritário. Tanto nas Instituições como nos Movimentos Sociais é comum encontrar o líder autoritário e o liderado submisso. Modificar essa situação é um dos grandes desafios para a construção da democracia brasileira.

. Grupo de Idosos

Aos sábados à tarde, os idosos se reuniam na sede do Grupo Libertação (depois Movimento Libertação) para compartilhar histórias de vida, resolver seus problemas e realizar animadas festas. A alegria e o ânimo, no conversar e no agir, refletiam o vigor de moradores que não tinham espaço psicossocial no bairro, a não ser ir à missa e rezar em casa. Alguns idosos se sentiam relegados no bairro, inclusive por membros da própria família.

Nesses encontros, as mulheres estavam em maioria; eram mulheres casadas, viúvas ou separadas. Era maior o número de mulheres casadas, algumas inclusive vinham acompanhadas dos seus maridos.

Um dos momentos de grande emoção no grupo foi o da realização de um grande sonho de todos eles: ir a Canindé, distante 105 Km de Fortaleza, no sentido do Sertão. Conseguiram um micro-ônibus com a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade

Federal do Ceará, que os levou, em um dia de sábado, a essa cidade de romaria dos nordestinos que vão pedir graças e render louvor a São Francisco de Assis.

. Educação e Lazer com Crianças

A atividade foi criada quando os membros do Movimento Libertação perceberam a constante presença das crianças nos encontros de jovens e adultos. As mães traziam seus filhos por não terem com quem deixá-los e, também, para passear “naquele lugar agradável”. Uma outra questão enfocada era a inexistência de creche para as mulheres trabalhadoras, fazendo com que deixassem seus filhos trancados em casa ou perambulando nas ruas.

Além das escolas, limitadas em número de alunos e fracas no ensino, e dos grupos de catequese, nada mais havia para as crianças. O lazer era apenas perambular pelas ruas. Daí surgiu o Grupo de Crianças, espaço de integração e desenvolvimento voltado durante todos os dias para o estudo e alimentação (merenda escolar), sendo os sábados ou domingos usados para passeios, jogos, brincadeiras, pintura, Biodança, arte popular, festas, psicomotricidade e outros.



Fig. 12 — Momento da merenda sob a Coordenação de um jovem do Movimento Libertação.



Fig. 10 — Exercício de respiração com crianças.

. Jornal do Pirambu

Atividade que durou pouco tempo. Havia muita dificuldade material para realizá-la. Não se conseguiram os meios, como mimeógrafo e estêncil, para a feitura do pequeno jornal. Alguns números foram feitos de modo bastante precário.

6.2. Considerações Finais

Após seis anos de convivência com os moradores e de facilitação psicossocial no Bairro N. Sra. Senhora das Graças (1981-1987), de um início confuso, tanto para nós como para os próprios moradores, vemos o movimento comunitário no bairro (Movimento Libertação) como um movimento bem sucedido, principalmente em seus aspectos de participação social, organização popular, formação de lideranças, elevação da auto-estima, fortalecimento de vizinhança, construção de amizades, maior apropriação do espaço sócio-ambiental, construção de uma identidade social (de grupo) e de reivindicações conquistadas, tais como: esgotos de quintal, luz, água, calçamento, participação nas ações de saúde no bairro, conquista de terrenos para moradia e outras.

Dá surgiram novas associações e, depois, com o avanço do movimento comunitário, surgiu a Grande Entidade, a qual integrou todo o movimento comunitário do Pirambu, sonho de uma grande liderança local - o querido companheiro Gilton, que tanto contribuiu com o Movimento Libertação e com todo o movimento comunitário do Pirambu.

Por fim, o Movimento Libertação deu lugar a outras organizações comunitárias, deixando uma história de luta e aprendizagem, esperança e amizade entre muitos que compartilharam daqueles dias difíceis de Ditadura e de Nova República, em defesa e construção do Bairro N. Sra. Senhora das Graças do Pirambu.



Fig. 5 – Círculo de Cultura da Rua 7 de Setembro, usando como tema gerador o problema do calçamento do quarteirão.

O PACIENTE POBRE

Revista de Psicologia da UFC, 1985

Trata de uma reflexão psicossocial acerca da necessidade de uma maior aproximação humana e técnica dos profissionais de Psicologia e Psiquiatria com relação à maioria do povo brasileiro. Procura também enfatizar a importância das Ciências Sociais e da prática popular como fontes conceituais, metodológicas e instrumentais para o repensar da psicoprofilaxia e da psicoterapia.

Quero falar aqui do pobre, da classe oprimida, moradora dos bairros periféricos, das penitenciárias, dos manicômios, dos asilos e dos cemitérios. Falar da sua vida, de sua existência, que, sob certos aspectos, não lhe pertence. Ela é fruto da manipulação institucional e econômica. Sua trajetória de vida é definida do nascer ao morrer dentro da miséria, da ignorância, da violência e da marginalização social, política e econômica. Nasce na miséria, vive na perseguição e morre no anonimato ou na indignação. Sua pobreza é geral – lhe tiram a chance de viver e de desfrutar dos bens e alimentos; procuram destruir sua voz e sua capacidade de transformar a si mesmo e a realidade em que vive.

É desse “mundo absurdo” que vem a maioria dos “loucos” dos nossos manicômios. Vem da pobreza dos bairros periféricos e das favelas, da miséria do sertão, das penitenciárias, das FEBEM e orfanatos. Vem da fome e da violência que se abate sobre o povo pobre do mundo. Vem de um lugar humilde, de uma casa pequena e abarrotada de gente, dormindo num confuso entrelaçamento de redes. Vem da fé alienante e da exploração nas fábricas. Vem do fundo do poço social.

Surge de uma subcultura de sobrevivência, de um meio social onde criam estratégias para sobreviver nas piores condições a que um ser humano pode ser submetido. Essa é, em geral, a origem da maioria “louca” das nossas instituições psiquiátricas.

O pobre torna-se louco e passa a ser o único responsável por sua “doença”. “Ele é louco, é responsável por sua loucura, deve ser tratado por esse pecado num lugar frio e descaracterizado de humanidade, com drogas, choques, camisas-de-força, confinamento e psicoterapia” - essa é a acusação dos dominantes. A loucura é diagnosticada e o pobre é numerado com a máxima eficiência, de acordo com o “Grande Código da Psiquiatria”. Assim, o pobre é transformado em louco e passa a se chamar “PACIENTE”, isto é, aquele que é conformado, que é resignado. Daí para frente perde seu próprio rumo e passa a ser um código manipulado pelo poder psiquiátrico. Tiram-se-lhe a comunicação, o espaço, o tempo, a intimidade, a sexualidade e a própria noção de ser (*Moffatt, 1980*).

O contexto do pobre, sua cultura, suas raízes, seus costumes, seus símbolos, mitos e crenças, sua casa, seu bairro, seus valores, são rejeitados e substituídos pela cultura psiquiátrica ou de “tratamento”, caracterizada pela frieza das relações, pelo individualismo, pela competição entre profissionais, pelo distanciamento, onde o espaço e o tempo desaparecem. É nesse contexto de hegemonia psiquiátrica que o pobre vai ser “tratado” e “curado”.

Não queremos negar a existência de transtornos mentais na classe oprimida, mas evidenciar a ruptura agressiva e desumana entre a origem e o contexto do pobre e a “cultura psiquiátrica”. Evidenciar, também, a impropriedade do diagnóstico e do

tratamento da psiquiatria oficial, pois esta não considera os códigos existencial, cultural e comunicacional do oprimido. Negando ou desqualificando esses códigos, o que se perpetua é o controle e o aniquilamento de sua identidade, realizados pelo poder psiquiátrico. A consequência é o aparecimento de um “estado paciente”.

A razão de tudo isso não pode ser creditada apenas à Psiquiatria e à Psicologia, mas a toda uma lógica de dominação e destruição da classe oprimida. Mas não é por isso que o psicólogo e o psiquiatra devem permanecer omissos.

1. O QUE FAZER?

Penso que, em termos específicos, seja necessário repensar os modelos e práticas psicológicas e psiquiátricas, bem como perguntar se estamos sendo justos na relação e na convivência com o pobre transformado em “louco”.

Em termos gerais, penso que o caminho é a luta pela socialização econômica e política, na qual até o “paciente psiquiátrico” pode participar dentro das instituições em que estão. Por outro lado, o repensar de modelos e práticas psicológicas requer a simultaneidade da luta pela socialização econômica e política, em razão dos dois esforços estarem cada vez mais entrelaçados entre si.

Dessa forma, é possível compreender a presença maciça e concreta de uma lógica maior que necessita ser modificada em seus alicerces. O desemprego e o alcoolismo, assim como a violência e a loucura do pobre, decorrem em boa parte do *totalitarismo de mercado*,* do tipo de formação profissional que hoje os profissionais recebem na universidade e da maneira de prestar serviços das instituições.

É uma lógica quase perfeita e profundamente contraditória, inclusive para o próprio sistema hegemônico, pois gera tensão, violência e ruptura em círculos cada vez mais dramáticos, tanto para a classe pobre como para as demais classes.

Estamos chegando a uma situação de tal forma grave que as soluções específicas vão perdendo cada vez mais a capacidade de modificar alguma coisa. Quando chegarmos ao ponto crítico (se já não estivermos), as soluções terão de ser profundas e abrangentes em todo o sistema social, político e econômico.

Não quero com isso dramatizar a situação do pobre. Quero unicamente apresentar uma realidade que se radicaliza e se espalha por toda a vida nacional.

O que realmente os profissionais de Psicologia e Psiquiatria estão fazendo? Creio que muito pouco em termos de eficácia. Existem inúmeras dificuldades institucionais e financeiras para um empreendimento novo na pesquisa e na aplicação de seus resultados, principalmente aqueles voltados para um melhor preparo desses profissionais com o fim de lidar com as condições psicossociais do povo brasileiro.

Verificamos também o desinteresse de nossas instituições em permitir e financiar profissionais comprometidos com a busca de meios mais eficazes para lidar com o quadro psicossocial que se apresenta em suas práticas diárias. Além disso, a maioria dos profissionais de Psicologia e Psiquiatria está atrás de doenças e sintomas, tratamentos e curas, não enxergando a cristalinidade dos fatos sociais e históricos geradores de problemas psicossociais, que não podem ser reduzidos a conceitos de personalidade, de psicopatologia ou de psicoterapia, nem tampouco solucionados a nível, apenas, do próprio indivíduo.

O analfabetismo, a fome crônica, o nanismo nutricional, a limitação intelectual, o desemprego, a inferiorização cultural, a violência policial, a omissão dos serviços

* Expressão que caracteriza a definição e o controle das nossas instituições, das nossas leis e das próprias pessoas, por aqueles que detêm o poder econômico.

públicos, a exploração imobiliária, a falta de moradia, a deformação da realidade por grupos religiosos, são situações reais formadoras da subjetividade do pobre, de sua estrutura psíquica, de sua personalidade, de seus comportamentos submissos e violentos, da sua própria “loucura”.

A repressão psicossocial, econômica e política, instalada no cotidiano e no ser do oprimido, não é compreensível no nível da sexualidade familiar e nem na moral de classe média e de classe alta. Requer para isso, novos instrumentos de análise psicológica, combinada a outros instrumentos como a luta de classes. Esta não é um instrumento ideológico fruto de uma doutrina que serve unicamente à causa comunista. É um método científico de análise social, extraído da realidade dos países cuja sociedade é organizada em classes. Segundo *Oliveira (1984)*:

... a teoria da luta de classes pertence ao discurso analítico, como qualquer teoria sociológica. Ela mostra que nas sociedades de classes (aquelas onde a divisão social do trabalho permite que um grupo se aproprie do produto do trabalho de outro) a ordem social é imposta pela classe dominante; toda sociedade de classes tem, pois, pelo menos, dois grupos com interesses antagônicos: as classes dominantes (que se apropriam do produto do trabalho) e as classes dominadas (aquelas cujo produto é expropriado). Para que uma sociedade de classes continue existindo é preciso que as classes dominantes consigam impor de maneira estável sua dominação. Isto implica que elas recorram não só à violência policial e militar, mas, principalmente, que elas obtenham o consentimento dos dominados à ordem social estabelecida.

Quando aplicamos a teoria da luta de classes – e não a teoria de estratificação e mobilização social – é porque desejamos conhecer as contradições fundamentais de uma dada sociedade, aquelas que explicam sua estrutura e dinamismo. É ela que nos permite ver a sociedade como rede de relações entre os diversos grupos sociais, cada um com sua força econômica, política, moral e militar, e todas buscando ordenar – a seu modo e conforme seus interesses – o conjunto social. Ao adotar a teoria das classes sociais, optamos por uma análise do conflito, das contradições – que interessa aos perdedores do jogo social. Se, ao contrário, estariamos optando por uma análise de equilíbrio – que interessa a quem está ganhando neste jogo.” (p. 14).

Além disso, precisamos trazer para a nossa prática psicológica ou psicossociológica, o pensar de Paulo Freire, as reflexões e práticas das Comunidades Eclesiais de Base, as representações sociais da classe oprimida e reconhecer a importância da cultura e do saber populares.

2. O QUE ESTAMOS FAZENDO

Segundo essa linha de ação, estamos realizando um trabalho de extensão universitária no Bairro Nossa Senhora das Graças do Pirambu, em Fortaleza, no qual adotamos, como proposta teórica, as reflexões de Paulo Freire, Rolando Toro e Carl Rogers. Apoiados nessas idéias e em experiências de base da educação popular, dos partidos políticos, das CEBs e das nossas próprias experiências no Pirambu, facilitamos grupos populares formados por: 1. Lideranças Jovens; 2. Conselheiros Comunitários provenientes do Movimento Libertação; 3. Representantes de Quarteirões; 4. Outros moradores.

Nesses grupos, se exercitam as intimidades verbal e não-verbal, assim como a consciência de si e da realidade sócio-econômica, através das estruturas do Grupo de Encontro (*Rogers, 1979*) e do Círculo de Cultura (*Freire, 1979*), dentro de um clima psicossocial de espontaneidade, aceitação, empatia, diálogo e ação comunitária e política.

O que buscamos com esse trabalho? Antes de tudo, a profilaxia psicossocial através do desenvolvimento pessoal e comunitário. Pretendemos contribuir para:

- . Aumento da auto-estima e influência pessoal dos participantes dos grupos;
- . Fortalecimento da comunicação interpessoal e intergrupar;
- . Atuação positiva dos participantes na organização dos bairros e do Conselho Comunitário;
- . Ações reivindicatórias e políticas, coordenadas pelos participantes dos grupos.

A proposta de atuar com grupos populares, em seu próprio local de moradia, prende-se ao fato de ser o seu meio social a base de sua sustentação psicossocial. Desta forma, passamos a conviver e a compreender as relações que se produzem entre os moradores, suas representações sociais, seu código comunicacional, suas tentativas de sobrevivência, seus valores e crenças, enfim, a sua realidade psicossocial e econômica.

Creemos nesse esforço como um dos suportes psicossociais que ajudarão o oprimido a romper com sua trajetória de vida, definida pelo poder hegemônico, cuja desembocadura é a prisão, morte por assassinato, fome ou infecções fáceis de cura e loucura.

PEDRA BRANCA

UMA CONTRIBUIÇÃO EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Revista Psicologia e Sociedade da ABRAPSO, 1989

Projeto de extensão universitária (Pró-Reitoria de Extensão, Departamento de Psicologia e Projeto PSICOM – Universidade Federal do Ceará).

Título

Desenvolvimento da consciência social e individual mediante a atividade comunitária, numa perspectiva de fortalecimento da cidadania e da municipalidade.

Objetivos

- . Contribuir para o fortalecimento da individualidade crítica e de práticas comunitárias e de cidadania;
- . Colaborar na formação e desenvolvimento de grupos comunitários e intercomunitários;
- . Colaborar na participação crítica e comunitária dos moradores na vida social, econômica e política do município.

Justificativa

O projeto procura se inserir no processo sócio-econômico do município de Pedra Branca, através da atividade comunitária e como resposta às solicitações dos trabalhadores rurais e da Prefeitura do município à Universidade Federal do Ceará. Busca contribuir com a luta que o nordestino empreende contra a exploração e a miséria, no esforço para libertar-se de séculos de dominação e de desrespeito ao homem.

Reconhecemos essa luta, assim como a força e a grandeza do povo, do seu valor e de seus motivos para ir mais à frente em seu desenvolvimento coletivo e individual, buscando tornar-se agente de seu próprio crescimento e de sua própria história.

É um esforço sobre-humano que o nordestino realiza para, pelo menos, sobreviver. Além das adversidades climáticas, séculos de latifúndio e de exploração do homem, procuram mantê-lo numa fé alienada e alienante, no automatismo social, numa esperança passiva e na caridade, como bem dizia Quintino Cunha, jornalista cearense do início do século: "O cearense nasce na fé, vive na miséria e morre na caridade".

1. INTRODUÇÃO

1989. Dez anos de uma Psicologia Social que se propôs romper com a herança e a continuidade colonial, leito tradicional por onde prossegue boa parte dos Psicólogos e da própria Psicologia na América Latina. Em 1979, durante o Congresso da Sociedade

Interamericana de Psicologia (SIP) realizado em Lima (Peru), um grupo de psicólogos sociais propôs uma séria revisão da Psicologia em seus elementos básicos, ao fazer as seguintes perguntas: De que homem tratamos? De qual sociedade falamos? Que Psicologia fazemos? (Lane, 1987).

O confronto estabelecido pode ser considerado um marco na Psicologia latino-americana, principalmente em Psicologia Social. Quero deixar aqui o reconhecimento pela atitude científica e política desses companheiros contra o arcabouço idealista e positivista, estados-unidenses, da Psicologia na América Latina.

Nesses dez anos, a Psicologia Comunitária avançou, progressivamente ocupou espaços que lhe restituíram sua verdadeira base - a Psicologia Social, bem como possibilitou distingui-la, não tão claramente, da Clínica Social e da Psicologia na Comunidade (prestação de serviços). Desenvolve-se no interior da Psicologia Social e responde a uma necessidade social. Por outro lado, esse avanço produziu uma diversidade de dados e informações, além de algumas categorizações, pouco contribuindo para sua maior objetivação; penso que por dois motivos: a própria imprecisão do objeto da Psicologia (Sève, 1979) e a enorme influência que o modelo médico e o modelo técnico-assistencialista exercem sobre uma boa parte dos Psicólogos que atuam na área.

O Psicólogo ao se debruçar sobre o pretense (ou pretendido) objeto de estudo, revela incerteza quanto a realmente poder descrevê-lo com nitidez e especificidade. Lidamos com uma multiplicidade de dados, eventos, informações, conceitos, etc., relativos a Psicologia, assim como nos aproximamos ora da Fisiologia, ora da Educação, ora da Sociologia, ora do Serviço Social, ora da Psiquiatria, e mesmo da Política. Essa aparente confusão não é consequência de erro ou de "ideologização".

Imaginar a objetivação da Psicologia pela fragmentação do indivíduo em categorias parciais que passam a explicá-lo na totalidade ou pela sua descontextualização e negação de sua multiplicidade, pouco ajuda na compreensão do sujeito concreto, histórico e social.

O nosso objeto é o psiquismo, mas como especificá-lo? Como delimitá-lo, se o cérebro é o seu órgão e o mundo que lhe rodeia a sua fonte? (Rubinstein, 1979). A interpenetração da Psicologia com outras disciplinas sociais e biológicas é uma exigência do objeto de estudo e da nossa própria interação com esse objeto.

Ao problematizar a Psicologia como uma ciência em busca de maturidade, não significa situá-la sem rumo, mas apenas evidenciar algumas controvérsias que se arrastam ao longo da sua existência. Além do mais, sabemos das controvérsias acerca do que seja a Psicologia Comunitária e não temos a intenção de resolvê-las. Pretendemos apenas esboçar alguns conceitos básicos (Psicologia Social, Comunidade, Atividade e Consciência) que nos orientam na compreensão e na prática de uma Psicologia Comunitária.

a. Psicologia Social: "É um ramo da investigação científica, surgido no limite compreendido entre a Psicologia Geral e a Sociologia. Como a Psicologia Geral, estuda os processos do reflexo ativo da realidade objetiva nos fenômenos específicos do psiquismo. Sem dúvida, estuda os estados e processos psíquicos, e as propriedades da personalidade dos indivíduos em relação com a pertinência destes últimos a determinados sistemas sociais (sociedade, grupos sociais, etc). Estuda os mecanismos da consciência e a conduta das comunidades sociais, dos grupos e dos indivíduos, suas relações interpessoais, o determinismo social e o papel destes mecanismos nas distintas esferas da sociedade e em diferentes situações." (Predvechni e Sherkhovin, 1986: 26).

b. Comunidade: "É um grupo humano, vivendo em área geográfica contígua, caracterizado por uma trama de relações e contatos íntimos, possuindo a mesma tradição e os mesmos interesses, mais a consciência da participação em idéias e valores comuns. Ressaltam, nessa conceituação, o aspecto geográfico, isto é, a base territorial, o agregado populacional que atravessa todos os processos de nascimento, morte e migração; o aspecto psicossocial, isto é, o sistema de relações, de expectativa de comportamento, atitudes e hábitos entre os grupos participantes; o aspecto cultural, isto é, os valores e idéias. Cada um desses aspectos liga a comunidade a um conjunto mais amplo no qual se encontra inserida." (Rios, 1987: 59).

c. Atividade e Consciência: Constituem, juntamente com a Personalidade, as categorias básicas da Psicologia (Leontiev, 1981). São fundamentais para a compreensão do psiquismo. Não aparecem separadas entre si e nem das condições objetivas de vida, por isso mesmo não se explicam por si mesmas. Os objetos da realidade, apropriados no decurso da atividade humana, ressurgem, contraditoriamente, na forma de imagens na consciência, com sentido e significação (ao mesmo tempo históricas, universais e singulares).

No processo de transformação do real em ideal (e vice-versa), pela atividade humana, o homem apropria-se da realidade e modifica-se através dela para transformá-la e novamente apropriar-se e modificar-se. Constrói-se e constrói seu mundo de modo cada vez mais consciente. A atividade é um sistema de ações ligadas ao objeto da realidade, uma interação com o objeto e não simplesmente uma ação sobre ele, nem tampouco uma reação. A atividade é o processo pelo qual se realizam as transformações mútuas entre sujeito e objeto.

"A psicologia humana se ocupa da atividade de indivíduos concretos que transcorre nas condições de uma coletividade aberta; entre as pessoas que a formam, conjuntamente com elas e em integração com elas, ou diretamente com o mundo dos objetos em redor - ante o torno de um ferreiro ou detrás de uma escrivanina. Sem dúvida, em quaisquer condições e formas que transcorra a atividade do homem, qualquer estrutura que adote, não se deverá considerar como abstraída das relações sociais, da vida da sociedade com todas as suas peculiaridades e sua particularidade. A atividade do homem aparece como um sistema incluído no sistema de relações da sociedade; a atividade humana não existe em absoluto fora destas relações." (Leontiev, 1979: 11).

A questão central da atividade humana, para a Psicologia, é a consciência, a qual organiza, regula e dá sentido à atividade psíquica e à própria atividade externa que, por sua vez, fornece a substância da consciência. Esta é a propriedade do psiquismo formada sob determinadas condições da atividade prática e do próprio psiquismo, a partir de ações instrumentais e comunicacionais, que permite ao indivíduo apreender a realidade através de sua inserção cada vez mais profunda e intencional no mundo, iniciada na infância e perdurando por toda a vida. Não surge da adaptação, mas do processo de apropriação da realidade (uso de instrumentos e da linguagem). A consciência é o co-conhecimento do mundo objetivo e de si mesmo. Implica numa atitude cognoscitiva frente ao objeto que se pretende apreender (Rubinstein, 1979), seja da realidade objetiva, seja da própria atividade psíquica.

Paulo Freire (1979) fala de três estágios da consciência: 1. Estágio da semi-intransitividade ou mágico, da consciência dominada, onde o indivíduo não consegue objetivar a realidade para conhecê-la; 2. Estágio da transitividade ingênua, em que a consciência se reveste de simplicidade (superficialidade) na interpretação da realidade; 3. Estágio da transitividade crítica, onde a consciência é inquieta e problematizadora.

O desenvolvimento da consciência (ou passagem de um estágio para outro) implica no livre trânsito indivíduo-mundo, no processo de aprofundamento da tomada

de consciência mediante a atividade prático-reflexiva. O contrário é a alienação, processo de parcialização da realidade por uma consciência dominada, fundada na divisão (não) racional do trabalho.

2. PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

É um ramo da Psicologia Social que estuda os processos, formações e propriedades psicológicas decorrentes da vida comunitária, seu sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, atitudes, hábitos, expectativas, sentimentos e valores, a identificação e pertinência dos membros aos grupos comunitários e à própria comunidade, na perspectiva do desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários. Seu campo de atuação é a comunidade, um espaço geográfico que também é social e econômico, significativo e básico da vida em sociedade. Não é como muitos a consideram, uma Psicologia na Comunidade (*Bender, 1978*), uma extensão da clínica (*Vasconcelos, 1987*) ou uma tecnologia social (*Rodrigues, 1981*).

O objeto da Psicologia Comunitária é o processo do reflexo psíquico da vida comunitária, isto é, a imagem ativa das relações comunitárias no psiquismo dos seus moradores e o aprofundamento da consciência a partir das condições de vida da comunidade. Seu problema central não é a relação entre saúde e doença, prevenção e tratamento, mas o desenvolvimento do indivíduo como sujeito histórico, social e comunitário. Está voltada para o desenvolvimento da consciência, da personalidade e da educação psicossocial, como decorrência da atividade comunitária dos indivíduos e das condições sócio-históricas da comunidade.

A atividade comunitária é o eixo em que se realiza e se desenvolve a Psicologia Comunitária. É o processo pelo qual o indivíduo se apropria da realidade (da própria vida em comunidade), transforma a comunidade e aprofunda sua consciência no mundo.

Em nossa conceituação de Psicologia Comunitária, entendemos a atividade comunitária como um conjunto de interações entre indivíduo ou grupo e as condições objetivas da comunidade e do município, numa prática coletiva e solidária em benefício do desenvolvimento da comunidade e de seus moradores.

Entre as atividades e como ponto de integração dessas mesmas atividades, temos o Círculo de Encontro, espaço onde se fundem, crítica e vivencialmente, a história social com a história individual, a coletividade com a individualidade. Visa ao encontro entre seus membros e à compreensão crítica das relações que constroem entre si e com o mundo, e dos laços sócio-emocionais que os unem e os diferenciam como sujeitos históricos, sociais e comunitários.

3. PEDRA BRANCA

Pedra Branca é um Município serrano do Sertão Central do Ceará, espalhado desde uma altitude de 600 metros na Serra de Santa Rita, até uma baixa altitude na região seca do Sertão dos Inhamuns. Sua sede leva o mesmo nome e situa-se na Serra de Santa Rita, numa elevação antigamente denominada Tabuleiro da Peruca. Está a 260 Km de Fortaleza, quando se vai por Boa Viagem.

A sede tem sua origem por volta do ano de 1871, em um local que servia de encontro e de descanso para os vaqueiros da região, lugar onde havia uma grande pedra chamada pelos vaqueiros da região de “Pedra Branca”. Essa pedra se encontra hoje por detrás da Igreja Matriz, sem nenhum cuidado público. Em 1938, tornou-se cidade, um município a mais entre os 172 Municípios do Ceará. Tem classificação de porte médio

e, por isso, recebe do Fundo de Participação do Município (FPM) recursos na ordem de Ncz\$ 75.000,00 (março de 1989).

Apresenta uma população de 38.000 habitantes, onde dois terços vivem na zona rural. Tem um alto índice de subnutrição, quase 80% da população.

O problema principal que aflige a todos é a falta de água. As estiagens e as secas racham o solo e matam a vegetação e os animais, deixando o povo sem saída, a não ser migrar para o Estado de São Paulo. De cada cinco famílias, uma tem um ou mais membros residindo no interior de São Paulo ou na capital paulista.

Existem inúmeros açudes e mais podem ser construídos, porém não há irrigação. O principal deles, que abastece a cidade, é o Açude do Povo, construído no início do século pelo próprio povo em regime de mutirão. Para sua construção “Minha mãe carregava pedra na saia e meu pai no chapéu”, conta um morador de 82 anos de idade.

A agricultura pouco atende ao mercado, sendo de subsistência. Predomina o minifúndio de no máximo 200 hectares. A produção agrícola se concentra no milho, feijão, mandioca e mamona, enquanto a pecuária é de animais de pequeno porte (suíno, ovino e caprino). Há pouco gado leiteiro. No caso da atividade comercial, esta se resume aos armazéns de atacado de produtos agrícolas da região, mercearias, bares, armarinhos, algumas lojas de material de construção, várias farmácias e casas de varejo diversificado, além de dois postos de gasolina. Esse comércio é feito por pequenos comerciantes. Com relação à indústria, Pedra Branca tem: uma fábrica de calçado, que foi inaugurada ao final de 1988 (um compromisso de campanha), sendo de propriedade do atual prefeito (1989); um alambique fechado; e uma pequena olaria. Juntas, absorvem pouca mão-de-obra, um total de 55 empregados.

O desemprego é elevado, sendo a Prefeitura do Município quem mais emprega (1100 funcionários). Seus salários variam de Ncz\$ 10,00 ao salário mínimo (1989). O objetivo do Prefeito eleito é estimular a geração de emprego e renda em iniciativas individuais e comunitárias para, ao mesmo tempo, iniciar um processo de desligamento dos funcionários públicos desnecessários. Desse modo, pensa em fortalecer a economia da região e reduzir o desemprego e a subnutrição.

A saúde da população é precária, predominando verminose, amebíase, giardíase, doenças diarreicas, equistossomose e doenças de pele. A sede possui um pequeno hospital da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância – APAMI. O atendimento é precário, tanto no hospital como nos postos de saúde da zona rural, os quais não têm condições práticas de atendimento, inclusive para servir de referência na atenção básica em saúde.

A educação se concentra no ensino básico e apresenta um alto índice de repetência e de evasão escolar. Nas épocas do plantio e da colheita, há grande evasão escolar. O calendário das aulas foi refeito para se adequar a esses momentos, mas o problema não foi solucionado. É o principal problema na educação. A cidade conta com duas escolas de 2º grau, voltadas para a formação pedagógica e contabilidade.

O lado cultural do Município é rico de manifestações populares, como o Reizado, a Festa de São Gonçalo, o Maneiro-Pau, o Boi-de-Careta, as Pastorinhas, o Repente, o Aboiador, o Contador de Estórias, o Violeiro, o Acordeonista, o Tocador de Rabeca e o Forró. Por outro lado, o lazer se resume nas festas de fins-de-semana no clube (raras), no banho de açude, em tomar cachaça, ver televisão e jogar baralho. As festas tradicionais são a do Padroeiro São Sebastião (“Mártir Santo”), realizada em janeiro, e as Vaquejadas, realizadas em julho.

A população vive com simplicidade, é humilde, ao sabor do tempo, prisioneira de suas necessidades primárias de subsistência e da falta de horizonte. Mesmo assim, é bastante hospitaleira e afetiva.

A história política de Pedra Branca é marcada por um alto desinteresse governamental e das elites políticas do Município em beneficiar a região. O assistencialismo e o cabresto eleitoral andam de mãos dadas. Com o atual prefeito, há uma tentativa tímida de reverter o quadro, estimulando e criando condições para uma participação popular na gestão da coisa pública municipal.

4. PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES

O início da construção de uma estrutura de participação se deu com o apoio da APAMI em 1987; depois, em começo de 1989, recebeu o apoio da Prefeitura. A participação se realizava através de atividades comunitárias nas áreas de educação, saúde, cultura e geração de emprego e renda. Todas essas atividades eram facilitadas mediante os Círculos de Cultura e de Encontro, Biodança, Reuniões, Treinamentos e Eventos.

No primeiro momento, trabalhamos grupos (em separados) de jovens do meio urbano e de trabalhadores rurais. Logo depois, em 1988, se deu a integração, através de um ponto em comum - as bibliotecas da APAMI e do Sítio Quietos.

Os moradores do meio urbano e do meio rural passaram a participar e a criar uma estrutura de ação popular com atividades diversificadas e integradas através de uma estrutura de participação e representação. Noventa e seis localidades realizaram encontros em separado e cada uma escolheu seu representante no Encontro Regional mais próximo, promovido em nove das 12 regiões em que se dividiu o Município.

Os Encontros Regionais objetivavam, além de fomentar a participação popular, mobilizar e integrar os moradores da região na busca de seus direitos, no atendimento de suas necessidades e no reconhecimento mútuo entre eles, fortalecendo e desenvolvendo o valor pessoal, o poder pessoal e a identidade comunitária. Nesses encontros, foram criados os Conselhos Comunitários Regionais, cujas reuniões eram facilitadas através do Círculo de Encontro ou do Círculo de Cultura, conforme a situação. Cada Conselho Comunitário Regional escolheu dois representantes para participarem do Encontro de Integração na sede do Município, saindo daí uma Coordenação Geral composta por moradores urbanos e rurais.

Tudo isso se deu a partir de um pequeno grupo de trabalhadores rurais e de alguns poucos jovens da cidade (APAMI - 1987), desembocando em uma relação mais efetiva entre Conselheiros Comunitários, Prefeitura Municipal, APAMI, Pró-Reitoria de Extensão e Projeto de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará.

O trabalho foi realizado no período que vai de janeiro de 1987 a janeiro de 1990, três anos de aprendizado em Psicologia Comunitária no Município de Pedra Branca.

4.1. Círculo de Encontro

É um processo de grupo incluído na estratégia de desenvolvimento dos Conselhos Comunitários. Devido as suas características, se diferencia sob certos aspectos do processo grupal conduzido pelos próprios conselheiros em seus encontros, não significando com isso uma invasão do espaço e do modo dos moradores conduzirem suas dinâmicas grupais. Há uma aceitação e uma inserção progressiva e integrativa dos círculos de encontro.

Nesse processo os participantes lidam com as condições socio-psicológicas do grupo e a transformação delas. Diz respeito às interações internas e externas do grupo e o modo de compreender e lidar com elas nas dimensões sócio-políticas e sócio-psicológicas. Trata dos comportamentos de estruturação, organização e

desenvolvimento dos membros e do próprio grupo a partir das atividades comunitárias (relações de busca, cooperação e realização) e do papel que exercem nas comunidades e no município. Trabalha-se aí o diálogo libertador, o discurso reflexivo, a história social e biográfica, a integração interpessoal e grupal, a circulação de idéias e informações, a desinibição e o companheirismo, o apoio sócio-emocional e o cotidiano de cada um, assim resgatando a força histórica, social e cultural da comunidade.

O Círculo quer dizer a distribuição das pessoas em círculo, face-a-face; a palavra e o gesto circulam por entre todos, valorizando e enriquecendo cada participante. Encontro significa uma prática comunitária pelo diálogo e pelo gesto, na qual os membros se entendem e se ajudam, se identificam uns com os outros. No encontro, a palavra e o gesto constituem o ato de fazer e de representar a vivência concreta do lugar e das necessidades e motivos de cada um.

O Círculo de Encontro é uma tentativa de introduzir no processo grupal dos Conselhos Comunitários conceitos e práticas desenvolvidas por Paulo Freire, Pichòn-Rivière, Moreno, Rogers e Rolando Toro.

4.2. Conselho Comunitário Regional

É responsável pelo desenvolvimento de uma região, abrangendo um conjunto de localidades e associações da área. São ao todo nove conselhos regionais e 120 conselheiros. Realizam encontros mensais de fins-de-semana.

Todos foram criados em um processo participativo, numa base de autonomia frente ao prefeito, aos vereadores e aos partidos políticos, sem deixar de construir uma nova relação com eles. Como disse um dos conselheiros: “Nossa organização é o poder que faltava. Tem a Prefeitura, o Vereador, o Juiz e, agora, tem nós.” (Executivo, Legislativo, Judiciário e o Poder Popular).

Na fase atual, os conselhos levantaram as necessidades prioritárias das diversas localidades, a partir de reuniões locais, negociando com o prefeito um plano geral de melhoria das comunidades. São eles: Lages, Sítio Novo, São Francisco, Baixio, Tróia, Mineirolândia, Santa Cruz do Banabuiú, Mineiro e Sede.

1. Região de Lages

Conselheiros: 13 Localidades: 11

Extrema I, Oiticica, Riacho Verde, Camarôa, Curiu, Boqueirão, Santa Clara, Lages, Pombinhas, Curiusinho e Livramento.

2. Região do Sítio Novo

Conselheiros: 13 Localidades: 13

Sítio Novo, São Gerônimo, Mugumbé, Laranjeira, Oiti, Bom Jesús, Vista Alegre, Amargoso, Extrema II, Pedra D'Água, Mata Lavrada, Pau-Ferro e Baixa Verde.

3. Região de São Francisco

Conselheiros: 10 Localidades: 10

Cana Brava, Pau D'Água, Alto dos Jacintos, Baixio, Alto Belém da Senna, Baixo S. Francisco, Lagoinha, Monte Alegre, Cocos e Bom Lugar.

4. Região do Baixio

Conselheiros: 14 Localidades: 14

Baixio, Poço Danta, Sítio Barra, Riacho, Barro Vermelho, Arisco, Sítio Estrela, Santa Rosa, São Gonçalo, Timbaúba, Olho D'Água dos Soares, Mata, Pendência e Estrada.

5. Região da Tróia

Conselheiros: 10 Localidades: 08

Tróia, Passagem do Meio, Nambí, Poço de Pedra, Lagoa do Cristóvão, Barra, Mendes e Açude.

6. Região da Mineirolândia

Conselheiros: 17 Localidades: 17

Quatir, Dois Rios, Mato Grosso, Sítio Brejo, Volta Almeida, Volta Germano, Nova Olinda, Sítio Ouro, Manoel. José, Netos, Sítio Volta I, Sítio Volta II, Bela Vista, Degredo, Estreito, Sítio Lopes e Silvestre.

7. Região de Santa Cruz do Banabuiú

Conselheiros: 15 Localidades: 13

Santa Cruz do Banabuiú, Bálamo, Fazenda, Riacho, Garapinha, Riachão, Garapa, Bananeira, Tapera, Feiticeiro, Coelho, Tuá e Capitão-Mor.

8. Região do Mineiro

Conselheiros: 10 Localidades: 08

Mineiro, João de Souza, Ipú, Pimenteira, Alívio, Feijão Flores, Santa Rosa e Arvoredo.

9. Sede

Conselheiros: Cada um dos 06 bairros terá seus conselheiros.

Está sendo iniciada a criação dos Conselhos de Bairro.

4.3. Atividades Comunitárias

a) Geração de Trabalho e Renda

- . Casa de Farinha comunitária (02 em construção);
- . Grupos de produção de couro (01), coxim (02), plástico (01), confecções (01) e tricô (01);
- . Cooperativa de 80 pequenos agricultores (em conversação);
- . Roçado comunitário (sendo preparado).

b) Saúde

- . Grupos de gestantes (02 grupos funcionando);
- . Centro de atenção à criança (em planejamento)
- . Formação do Conselho Popular de Saúde (em discussão);
- . Orientação sobre sôro caseiro às mães nas comunidades (03 localidades);
- . Campanha contra a droga e prevenção da AIDS (em andamento).

c) Educação

- . Formação de associações comunitárias (04 em andamento);
- . Construção, pelos moradores, de centros comunitários com verbas do Plano de Combate à Seca do governo estadual (02 concluídos);
- . Utilização das escolas municipais como centros comunitários (12 escolas);
- . Encontros de lideranças comunitárias (06 realizados);
- . Reciclagem técnica e política das supervisoras escolares (1 realizada);
- . Palestras para os jovens (05 realizadas);
- . Reuniões com os idosos (06 realizadas);
- . Implantação do Pré-Escolar (em andamento);
- . Alfabetização de 200 trabalhadores rurais (concluída);
- . Integração escola-comunidade (em começo);
- . Formação de grêmios estudantis (em andamento);
- . Creches comunitárias para 500 crianças (em planejamento).

d) Cultura

- . Arborização da cidade (em andamento);
- . Grupo de Teatro (organizado);
- . Coral de Pedra Branca (4 vezes, em atividade);
- . Jornal da Juventude (em atividade);
- . Encontro Municipal dos Artistas Populares (1 realizado);
- . Semana do Município (em preparação).

4.4. Quadros de Necessidades Comunitárias de algumas Regiões

Região de Santa Cruz do Banabuiú

Coordenação Local: Sônia

ÁREAS LOCALIDADES	SAÚDE	EDUCAÇÃO	TRABALHO
SANTA CRUZ DO BANABUIÚ	Esgoto na Rua Comércio, Calçamento na Rua do Chafariz, Reforma de Praça, médico, Casa de Parto Dentista, Posto de Saúde.	Professora, biblioteca. Sala de aula Regularizar 2º grau	Recuperação da Estrada, Ampliação da Energia, Semente. Financiamento
BÁLSAMO	Posto de Saúde Vacinação	Professora, Grupo Escolar Biblioteca	Energia Elétrica Casa de Aviamento, Armazenamento
FAZENDA	Assistência médica Remédio, Açude.	Grupo Escolar, Professora	Energia Elétrica
RIACHO		Grupo Escolar	Energia Elétrica

GARAPINHA	Posto de Saúde, Açude, Médico, Vacinação, Remédio.	Grupo Escolar Professora, Biblioteca, Escola noturna para adultos.	Máquina para arar
RIACHÃO	Açude, Posto de Saúde, Médico, Vacinação, Remédio.	Grupo Escolar, Biblioteca, Material Escolar, Salário Digno.	Recuperação da estrada, Energia Elétrica.
CAPITÃO-MOR	Casa de Parto, Médico e Dentista, Posto de Saúde, Calçamento.	Professora capacitada, Curso para professoras, Biblioteca.	Estrada, Armazenamento, Máquina p/ arar, Pulverização, Energia Elétrica Horta Comunitária.
BANANEIRA		Grupo Escolar, Professora.	
TAPERA		Grupo Escolar	Recuperação da Estrada, Energia.
FEITICEIRO	Vacinação, Ambulância.	Grupo Escolar	Energia Elétrica
COELHO	Açude, Remédio, Posto de saúde.	Grupo Escolar, Professora.	Armazenamento, Máquina para arar.
CONCEIÇÃO	Açude.	Terminar Grupo, Curso de Capacitação de Professoras.	Recuperação da Estrada.
JUÁ	Conclusão do Açude (Barragem)	Campo de Futebol	Recuperação da Estrada, Energia

Região de Sítio Novo

Coordenação Local: Maria de Lourdes

ÁREA LOCALIDADE	SAÚDE	EDUCAÇÃO	TRABALHO
SÍTIO NOVO	Equipar o Posto de Saúde, Medicamento, Assistência Médica e dentária uma vez por semana, lavanderia e		Energia Elétrica, Casa de Farinha, Mini-posto Agrícola, Ferramentas.
SÃO	Poço Profundo	Grupo Escolar	
MUGUMBÉ	Poço Profundo, Chafariz, Recuperação do Açude.	Grupo Escolar equipado	Casa de farinha
LARANJEIRA		Grupo Escolar equipado	
OITI	Posto de Saúde, Açude, Chafariz	Grupo Escolar	Casa de Farinha
EXTREMA	Açude	Sala de Aula equipada	
BOM JESUS		Sala de aula equipada, quadra de futebol	Melhorar a estrada Bom Jesus a Baixa Verde.
VISTA ALEGRE	Poço Profundo	Grupo Escolar	Energia Elétrica
AMARGOSO	Açude Comunitário	Grupo Escolar	Estrada com passagem molhada
PEDRA D'AGUA	Açude	Sala de Aula equipada	

MATA LAVRADA	Reconstruir o açude, chafariz	Bica para o grupo, 2 filtros	Melhorar a estrada.
BAIXA VERDE	Açude		Melhorar a estrada Bom Jesus a Baixa Verde.

REGIÃO DE TRÓIA

Coordenação Local: Antônio Francisco

ÁREA LOCALIDADE	SAÚDE	EDUCAÇÃO	TRABALHO
TRÓIA	Terminar calçamento Ampliação do Posto de Saúde, Sala de Parto, Poço profundo, Açude em Malhada.	Quadra de Esporte Ensino Grau	Obras Públicas: Absorver a mão-de-obra do lugar, melhoria na estrada Limoeiro-Tróia, Energia Elétrica.
PASSAGEM MEIO	Açude, Posto de Saúde Cisterna na Vila Nova		Melhoria da estrada Limoeiro-Tróia Planejamento agrícola Trator, aproveitar a mão-de-obra da região.
NAMBI	Barragem no Rio Capitão-Mor Cisterna, Cacimbão, Açude	Grupo Escolar	Projeto de irrigação, melhoria da Estrada Limoeiro-Tróia, aproveitar mão-de-obra do lugar.
POÇO DA PEDRA	Ampliação do Açude		Irrigação, melhoria da estrada Limoeiro-Tróia.
LAGOA DO CRISTÓVÃO	Posto de Saúde Açude	Grupo Escolar	Abrir uma estrada Tróia- Lagoa, aproveitar mão-de-obra do lugar
BARRA	Ampliação do Açude	Grupo Escolar	Ampliação da estrada Limoeiro-Tróia, Energia Elétrica, Aproveitar mão-de-obra do lugar.
MENDES	Açude, Posto de Saúde, Conclusão de Barragem, Apoio ao grupo de gestantes.	Reforma do grupo escolar	Ampliação da estrada Limoeiro- Tróia, Energia Elétrica em Limoeiro-Tróia, aproveitar Mão-de-obra do lugar.
AÇUDE	Açude	Grupo escolar	Melhor planejamento agrícola, Melhoria da estrada Limoeiro-Tróia Formação do Comitê de Agricultura, Aproveitar a mão-de-obra do lugar.

5. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROJETO

As condições objetivas da região (desemprego geral, falta de alimento, assistencialismo, pregação mágica da fé, ausência de informações, dispersão da população, agricultura de subsistência precária e em regime de meia, analfabetismo, cabresto eleitoral, predomínio do poder familiar, seca, ausência de meios de comunicação e precariedade das estradas e transportes, locais de difícil acesso e impossível de se chegar em época de chuva, etc) produzem um forte anestésico da atividade e da consciência. O indivíduo é reforçado desde criança ao automatismo social (pela família, escola, igreja, chefes políticos), ficando sua consciência limitada à rotina da sobrevivência num quadro "imutável" de miséria, sofrimento, dependência dos "poderosos" e receio dos "comunistas".

A precariedade e a limitação do trabalho (numa relação pré-capitalista, quase feudal) empobrece a ação transformadora do sujeito, reduz o fluxo à consciência da realidade objetiva. Com pouca substância, a consciência limita-se aos seus elementos simbólicos primários e à semi-intransitividade. Há uma aparente petrificação em alguns e uma real petrificação nos demais (automatismo social). O trabalhador é um "condenado da terra" (*Fannon, citado por Loyello, 1983*), "deixado" viver por caridade e com uma única obrigação: "Não se construir".

Quando se anima o indivíduo através da atividade comunitária, num contexto solidário, dialógico e apoiador, onde sua própria prática é plena de significado e reconhecimento na construção do trabalho libertador, e o resgate histórico de sua vida e de sua comunidade é tomado por base, a realidade em que vive passa a ser (por ele) decodificada, manejada dentro de uma nova interpretação, mais aprofundada.

No ato de encontrar o trabalho, descobri-lo, conquistá-lo, fazê-lo seu, em ação com os outros, o indivíduo rasga o véu do automatismo social e constrói um nível de consciência inquieto, indagador, faminto de reconhecer e mudar a si e o mundo com os demais. Rompe-se a semi-intransitividade da consciência (representações mágicas).

É lenta a passagem do nível semi-intransitivo ao nível crítico e nas palavras de um trabalhador rural de Pedra branca *"É como uma árvore, cresce e ninguém vê crescer; só quando está grande é que todo mundo vê."*

A relação entre atividade comunitária e história e realidade opressora do lugar é extremamente desigual, desfavorecendo a primeira. Por outro lado, com a abertura democrática da Prefeitura e com a determinação de um grupo de lideranças de trabalhadores, presenciamos um rápido avanço do trabalho comunitário e dos indivíduos que já participavam e dos que começaram esse ano.

Uma nova correlação de forças está sendo criada no município; nesse ano ganha consistência a construção de um poder comunitário, capaz de mobilizar indivíduos e grupos no esforço de fazer de suas comunidades, e do próprio município, um espaço sócio-econômico em condições mínimas de favorecer o desenvolvimento da individualidade crítica e da consciência social (municipalidade).

Por outro lado, fazer extensão em nossa universidade é extremamente difícil e, mais ainda, quando nos propomos a atuar numa área em que a Psicologia pouco se desenvolveu. O modelo médico é quase monopolista em nosso curso de Psicologia e a teoria freudiana hegemônica.

O Projeto Pedra Branca é parte de uma estratégia maior que se orienta por quatro objetivos: introduzir no curso, através da disciplina de Psicologia Comunitária, uma Psicologia de base materialista dialética e histórica; abrir espaços na realidade social

para a ampliação do ensino de Psicologia através da extensão; mergulhar a Psicologia na vida das comunidades rurais do interior do Ceará; e desenvolver conceitos e métodos em Psicologia Comunitária. Perseguimos esses objetivos há sete anos e, hoje, contamos com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão, de um bom número de estudantes de Psicologia e com o interesse de diversas comunidades de Fortaleza e do interior. Não temos condições de colaborar com todas, mas as acompanhamos em muitos momentos de suas lutas.

A dificuldade de um projeto dessa natureza também se liga à própria configuração opressora da realidade do município. A cada instante somos pressionados a desistir por parte de vereadores e de outros que não aceitam o despertar da consciência dos moradores, da individualidade crítica. O prefeito anterior, deposto por corrupção, enviou uma carta para o Reitor da Universidade denunciando a equipe como interessada em fazer "politicagem"; acusava-nos de "Comunistas que vieram para perturbar a vida de Pedra Branca", quer dizer, para nós, perturbar a vida dos que oprimiam e exploravam a população pobre.

Nesse ano, mesmo com o apoio do atual prefeito ao nosso projeto, houve uma sessão na Câmara de Vereadores onde a maior parte dos vereadores se pronunciou contra a nossa presença no município. Diziam: "O povo tem de ficar na nossa mão, no cabresto curto"; "Não tem esse negócio de invadir a região dos meus eleitores"; "Associação é coisa de comunista". Eram frases ditas pelos vereadores tanto na Câmara como em conversas pelas ruas. Além de vereadores, chefes de família acostumados no domínio da localidade e pregadores evangélicos e carismáticos, reagiam negativamente ao nosso Projeto de Extensão.

Não estamos interessados na negação do Poder Legislativo e a população reconhece a importância desse poder. O que não se aceita é o modo de os vereadores atuarem, apenas em interesse próprio e de grupos.

É clara para nós a reação contrária à consciência. O homem é boi, é boiada, pode ser o que for, mas a única coisa que não pode ter é uma consciência desenvolvida, aprofundada no mundo. Essa é a violência maior, a base de toda a dominação e exploração - a negação do próprio sujeito.

A estrutura de opressão e de negação da individualidade, do homem que se faz sujeito, permeia as instituições e age através dela no indivíduo, marcando-o, modelando-o, na família, na escola, na igreja e no próprio trabalho. Reproduz-se através do sujeito-objeto, do não-sujeito. Não há violência maior.

Nesse final quero deixar meus agradecimentos à Ruth Cavalcante (Educadora) pela sua efetiva e importante colaboração, assim como à Ana Maria, Secretária da Educação do Município de Pedra Branca que, por dois anos, coordenou os trabalhos da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Pedra Branca - APAMI, e ao "Seu" Pascoal, trabalhador rural que há 20 anos vem caminhando (literalmente) pelo Município, subindo e descendo serra, reconhecido por alguns e perseguido e ridicularizado por outros e, contudo, aos 65 anos, continua caminhando com esperança e determinação para o dia de amanhã.

Em Pedra Branca, através desse trabalho, que se estendeu de 1987 a 1989, a Psicologia Comunitária ampliou-se no sentido de compreender que a atividade comunitária precisava estar entrelaçada a uma dinâmica municipal. Esse é o motivo pelo qual buscamos uma maior fundamentação dos conceitos de municipalidade e de municipalização em nossos trabalhos, e atuado nesse sentido.

“Navegar é preciso!”

MÉTODO DE AÇÃO MUNICIPAL-MAM/CE

Implantação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável no Ceará – CMDS - 1995/1996

Texto entregue a Secretaria do Governo do Estado do Ceará - 1996

1. INTRODUÇÃO

Nossa preocupação com o desenvolvimento municipal encontra-se na constatação das dificuldades que um planejamento centralizado tecnicista e não-participativo tem para alcançar resultados significativos em um município. Por outro lado, os esforços em fomentar a participação popular esbarram numa postura técnica e/ou política dos dirigentes municipais, onde a população é vista como instrumento e não como sujeito da realidade. Além disso, o próprio despreparo da população e das lideranças sociais em participarem de modo efetivo e significativo é evidente nas diversas associações comunitárias e nos conselhos instituídos nas áreas de saúde, educação e outras.

De cima para baixo, impõem-se normas legais e condições para a participação popular e criação de conselhos de saúde e outros, como a da liberação de verbas somente quando de suas implantações. Frente a essa imposição, o resultado é criar uma associação ou conselho, de qualquer modo e às pressas, nitidamente vazios de participação, representatividade e resultados. Provoca-se uma corrida municipal ou comunitária para criá-los, tal como aconteceu com o Programa do Leite da gestão do ex-presidente José Sarney (85-89) e com o Programa de Apoio ao Pequeno Agricultor.

As verbas são necessárias, mas quando repassadas de um modo que possibilite a construção orgânica dessas estruturas de participação e alavanque, de fato, atividades sociais e econômicas dentro de uma estratégia global de desenvolvimento municipal ou regional e de participação popular. Em vez disso, em geral, os recursos são pulverizados através de relações fragmentárias, personalizadas ou burocratizadas, seja com associações, conselhos setoriais ou lideranças locais. Muitas vezes os recursos adquiridos geram frustrações e desencantos para a população em geral.

Legalizar estruturas de participação e representação da sociedade, onde Estado e Sociedade se confundem, é um erro, que transparece no funcionamento, no processo decisório e na ausência de resultados. Essas estruturas transformam-se em lugares de reuniões normatizadas, manipuladas, esvaziadas e apáticas, de pouco valia e cheia de aparências e enganos, cumprindo unicamente uma proposição normativa ou cartorial, tanto para o Estado como para a própria Sociedade. Sem o povo ter informações e aprendizado para lidar com esse tipo de estrutura, os planos municipais, como os de saúde e de educação, são aprovados à revelia ou com manipulação dos representantes populares, e o governo faz de conta e divulga que houve participação.

Para nós, o importante é a criação por parte da municipalidade e com o apoio da Prefeitura, de uma estrutura que articule, oriente e acompanhe as ações municipais, de uma estrutura representativa e participativa quanto a definir os rumos e os modos de desenvolvimento do município, em parceria com a prefeitura e a câmara municipal.

Assim, o município poderá caminhar no sentido de uma estratégia global de municipalização e desenvolvimento, baseada na visão de futuro da coletividade, na participação orgânica, afetiva e efetiva da população e no preparo do executivo

municipal, das lideranças sociais e dos vereadores, no intuito de uma atuação democrática, dialógica, integrativa e produtiva, onde cada participante se reconheça e reconheça aos outros como sujeitos da realidade municipal e não coisas.

Entendemos que esse caminho de mudança social, baseado na participação popular e na integração das diferenças, requer uma maior expressividade do humano em um estado permanente de mobilização, identificação e integração com a vida municipal. Um caminho de articulação entre subjetividade e municipalidade.

Com essa preocupação, trabalhar em parceria com as prefeituras municipais e com a população dos municípios, visando facilitar a criação e a implantação de Fóruns da Municipalidade, mesmo sabendo dos enormes desafios que surgem ao se pretender percorrer por esse sendeiro delicado que é a parceria entre Governo e Sociedade, haja vista as histórias de perseguição, manipulação, clientelismo e assistencialismo, é um importante desafio que, inclusive, mexe com os nossos próprios valores e ideologias.

“Conseguir o necessário sentido crítico para manter sob controle o influxo dos próprios valores é, portanto, um dos problemas de mais difícil solução que enfrenta o psicólogo que pretende trabalhar a área da política.” (Martín-Baró, 1991: 45)

Propomos para isso o Método de Ação Municipal, uma estratégia psicossocial e pedagógica que leva em consideração uma determinada visão de município e de identidade municipal, além das condições políticas e sócio-econômicas do atual momento por qual passa o Estado.

2. MUNICÍPIO E IDENTIDADE MUNICIPAL

O município é um lugar dinâmico e concreto para a vida das pessoas, no qual nascem, moram, se encontram, muitas vezes trabalham e morrem. Nele se dá toda uma rede de interesses e de ações sociais, políticas, econômicas, afetivas e simbólicas. Constitui-se como um espaço físico-social privilegiado para a construção de cidadãos e básico para o desenvolvimento de um país. Um lugar concreto para uma participação social direta, efetiva e afetiva.

A vida municipal é essencial na construção do sujeito da realidade que, por sua vez, faz a vida municipal. É o espaço concreto da dialética construção do sujeito x desenvolvimento social, um lugar de mediações diretas entre sujeito e realidade, entre pessoas, entre membros de um grupo e entre grupos, de relações comunitárias e intercomunitárias, de instituições locais, de movimentos sociais locais, de relação mais visível dentro e entre as categorias sociais. Um espaço de cotidiano, visível e próximo como o da comunidade, porém mais complexo e mais evidente para a compreensão e construção do sujeito da realidade, assim como para o desenvolvimento de uma sociedade. Enquanto a comunidade é um lugar de mediação entre a família e a vida municipal, esta é a referência das dinâmicas comunitárias e intercomunitárias, faz a mediação entre comunidade e sociedade.

A vida municipal gera a identidade municipal, uma variável não considerada no planejamento social (maior ou municipal) ou nas intervenções sociais e econômicas derivadas de políticas públicas e das necessidades próprias dos movimentos sociais, porém nossa experiência demonstra que ela exerce grande influência na direção, grau e modo de desenvolvimento sócio-econômico de um município.

A identidade municipal é um aspecto da identidade social (*Tajfel, 1981*), é o sentimento e a noção que o indivíduo tem de pertencer a um certo espaço físico-social (município) que o faz e que por ele é feito, e de compreender esta relação como de integração e de diferenciação de si mesmo em relação a sua coletividade municipal, implicando aí o significado histórico, cultural, valorativo e vivencial dessa pertinência. Contém a consciência do modo de vida do lugar e a capacidade de apropriação desse espaço físico-social.

Esse tipo de consciência é uma instância da identidade que reflete, explica e transforma com intencionalidade a vida cotidiana do lugar, em seus aspectos geográficos, históricos, culturais, sociais, econômicos, simbólicos e ideológicos. Implica em uma atitude cognoscitiva do sujeito diante de seu cotidiano. Por sua vez, a capacidade de apropriação do espaço físico-social é a capacidade que o indivíduo tem de interiorizar e atribuir significados ao seu entorno, ao mesmo tempo, que o transforma, que é transformado por ele e que o ocupa e defende (*Pol, 1992*).

Cada indivíduo vive enraizado em um lugar físico-social que lhe identifica e é identificado por ele, desde sua habitação privada até o espaço público de sua cidade. Esse lugar, por sua vez, se encontra interiorizado, como atividade, vivência e significação. Constitui o campo de realização da identidade de uma pessoa ou de uma coletividade, um lugar de ocupação, de identificação, de pertinência, de defesa e de desenvolvimento individual e coletivo.

3. DESCRIÇÃO DO MÉTODO

O MAM é um método de ação-participante, que se baseia no Planejamento Participativo, na Psicologia Comunitária (*Góis, 1993*), na Educação Biocêntrica (*Ruth Cavalcante, 1987; Góis, 1991; Toro, 1991*) e na Educação Popular (*Freire, 1979*). Visa à construção de uma estrutura/processo de integração e de planejamento social participativo, através do diálogo e da vivência, da ação-transformação e da identificação-simbolização. Sua preocupação maior é a de facilitar o desenvolvimento da municipalidade e da identidade municipal, mediante um processo psicossocial e pedagógico de desenvolvimento da consciência, da afetividade e da cidadania, do indivíduo como sujeito histórico-social.

Parte do reconhecimento da capacidade do povo de olhar o futuro, de ser responsável por seu entorno sócio-ambiental e de se apropriar da realidade, a partir de processos positivos de interação-identificação entre as pessoas e delas com o seu entorno sócio-ambiental.

Foi criado dentro de uma concepção histórico-social do indivíduo (*Lane, 1987*), contextualizado em um cotidiano sensível, simbólico, político e econômico, que o reflete e que por ele é refletido. Difere de outras intervenções já realizadas por lidar com a dialética indivíduo-municipalidade e articular de modo indissociável a atividade, a vivência, a consciência, a participação social e o planejamento municipal, assim como por integrar a subjetividade ao desenvolvimento sócio-econômico do município. Enfoca o diálogo, os sentimentos, a identificação simbólica e grupal, o respeito às diferenças, a história individual e coletiva do lugar, a distribuição da riqueza, a amizade e o consenso.

O método procura lidar com os seguintes fatores, que entendemos como básicos para o desenvolvimento da municipalidade e da identidade municipal:

- . O sentido de pertença;
- . O valor pessoal e o poder pessoal;
- . A participação e a mobilização social;

- . O diálogo e a integração das diferenças;
- . O município com ele mesmo (autonomia);
- . A visão coletiva do futuro;
- . A identidade social.

Componentes básicos do método:

- a. Modelo aberto e propositivo do Fórum da Municipalidade;
- b. Círculo de Encontro;
- c. Estratégia de facilitação da implantação e acompanhamento dos fóruns e dos conselheiros.

a. Fórum da Municipalidade

Baseia-se nas experiências de Psicologia Comunitária, participação social e desenvolvimento de gestão municipal, em Pedra Branca (1989), Quixadá (1992) e Icapuí (1994). É uma proposta de criação de um espaço democrático, de integração entre prefeitura e população. Estrutura-se minimamente e de modo flexível, sendo adaptada em cada município por seus próprios participantes.

O fórum é uma estrutura política da municipalidade, de integração de suas comunidades, categorias sociais, conselhos setoriais, câmara de vereadores, associações, sindicatos, prefeitura. Um espaço democrático de integração das diferenças, dentro de uma visão pluralista e com a finalidade de planejar o desenvolvimento sustentável e compartilhado do município (Góis, 1995), além de exercer o controle social. Procura criar ou fortalecer uma mentalidade de cidadania baseada na participação popular, no vínculo de amizade, consideração, solidariedade e em práticas democráticas.

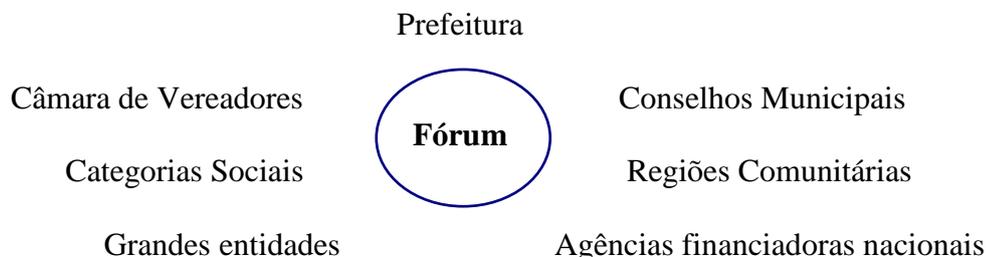
O Fórum da Municipalidade é proposto pela Prefeitura e, sendo aceito pela municipalidade, construído de mãos dadas, passo a passo, em meio às diferenças e alicerçado numa visão coletiva, estratégica e afetiva do município, de sua história, de suas lutas, de suas necessidades, de seus conflitos, de seus êxitos e fracassos, de suas potencialidades e limitações e do futuro que se quer construir para todos que ali vivem e fazem história não só de luta e sofrimento, mas de encontro, beleza e esperança. Sua razão de existir se apóia na vontade da prefeitura e da municipalidade de construir um desenvolvimento municipal contributivo e distributivo.

Cada conselho é formado por um número que varia de 40 a 56 conselheiros, que representam sete conjuntos de participação (categorias sociais, regiões comunitárias, prefeitura, câmara de vereadores, conselhos setoriais, grandes entidades e agências financiadoras), e interage com cinco grandes áreas de relação e parceria (Prefeitura, Câmara de Vereadores, Agências Financiadoras e ONGs, Governos do Estado e Federal, e Promotoria Pública.

- . *Governos Estadual e Federal* - relação com as diversas Secretarias de Estado e seus programas regulares e especiais, tais como Programa São José, de geração de emprego e renda em unidades comunitárias de produção. Relação com os programas especiais da União, tipo Comunidade Solidária, Habitação e outros.
- . *Prefeitura e Câmara* - parceria na elaboração, supervisão e avaliação do planejamento municipal, em diversos programas sociais e econômicos e na proposição de leis municipais;

- . *Agências de Financiamento e ONGs* - Banco Mundial, BID, BB, Banco do Nordeste e outros, Instituições de cooperação européias, bem como ONGs nacionais e internacionais.
- . *Promotoria Pública* – apoio quanto aos aspectos legais, principalmente os relativos à Lei Orgânica do Município.

Conjuntos de Participação:



- . *Prefeitura* - representado por um secretário ou pelo próprio prefeito;
- . *Câmara de Vereadores* - representado por seu presidente;
- . *Grandes Entidades* - representadas por um membro de cada federação, de cada grande associação e de cada sindicato existente no município;
- . *Regiões Comunitárias* - áreas dentro do município que contêm cada uma vários sítios, lugarejos, vilas e povoações, quase similar aos distritos, porém definidas especialmente para o trabalho. Cada uma tem um ou mais representantes no fórum;
- . *Conselhos Municipais* - conselhos municipais formados nas áreas de saúde, infância e adolescência, segurança e outras, com o objetivo de deliberar sobre as políticas públicas setoriais do Estado no município. Cada conselho setorial existente no município tem um representante no fórum da municipalidade;
- . *Categorias Sociais* - constituem o tecido social do município, organizadas ou não, são significativas quanto a influir na opinião pública. Compreende distintos agrupamentos sociais, tais como trabalhador rural, fazendeiro, artista, estudante, aposentado, religioso, operário, pescador, desportista, funcionário público, comerciante, industrial, professor e outros.

b. Círculo de Encontro

É um espaço de compromisso social, de identificação, de expressão de sentimentos e de idéias, de amizade e de participação no conhecer e no transformar a realidade sócio-ambiental. É um processo no qual os membros de um coletivo manejam as condições sociais, econômicas e psicológicas do município e do próprio coletivo, no sentido de compreendê-las e de transformá-las. Diz respeito às interações internas e externas ao coletivo e ao modo de compreendê-las e manejá-las nas dimensões sócio-política e sócio-psicológica. Estimula-se no coletivo o diálogo libertador, o discurso reflexivo, a história social e biográfica, a integração interpessoal e grupal, a circulação de idéias e informações, a desinibição e o companheirismo, o apoio sócio-emocional e o cotidiano de cada um, resgatando com isso o poder pessoal e a força histórica, social e cultural da municipalidade.

Cada coletivo varia de 20 a 200 pessoas, participando, fazendo a palavra e o sentimento circularem em busca de um futuro melhor para o lugar em que vivem e fazem história de sofrimento, luta, alegria e amor.

Participam adultos, jovens e crianças, homens e mulheres de todas as crenças, ideologias e status, letrados e não-letrados, fazendeiros e trabalhadores rurais, professoras e estudantes, artistas, pescadores, comerciantes, desportistas, religiosos, agentes de saúde, armadores, funcionários públicos, conselhos setoriais de saúde, infância e adolescência e outros, associações, sindicatos, cooperativas, regiões comunitárias, órgãos estaduais no município, aposentados, hortifrutigranjeiros, rendeiras e labirinteiras, trabalhadores de salina, trabalhadores da pedra, ferreiros, trabalhadores do comércio e muito mais.

Sabemos da complexidade dessas dinâmicas e das habilidades necessárias para lidar com elas, mas três atitudes são importantes e facilitam a criação de um clima psicossocial de integração e crescimento grupal: autenticidade, aceitação e empatia (Rogers, 1983). São atitudes que se completam com uma coragem ativa e uma sensibilidade social e política, necessárias à compreensão e manejo de situações que tendem a conflitos, os quais poderão desembocar em algo mais sério, ou que são forjadas por lideranças políticas locais para manter sua hegemonia no processo.

Para facilitar esses encontros municipais é preciso ser um educador, buscar o humano, o sentimento de vida e o amor ao município, presentes em cada participante, mesmo que estejam deformados, sem perder a firmeza da ação e a clareza das contradições próprias do cotidiano do lugar.

c. Estratégia de facilitação da implantação do CMDS

1. Atividades preliminares

- . Formação e treinamento das equipes de animadores;
- . Reunião com a APRECE;
- . Convite aos Prefeitos para participarem do processo;
- . Preparação dos encontros no município.

Círculos de Encontros

Gerencial

- . Debater os ideais de municipalização;
- . Fortalecer o processo e os mecanismos de construção e sustentação do fórum;
- . Aumentar a integração da equipe gerencial da prefeitura;
- . Aprofundar práticas de planejamento participativo;
- . Aumentar a auto-estima da equipe gerencial e sua capacidade de atuar com autonomia.

Passos de orientação:

1. Apresentação da equipe de facilitadores e dos participantes, através da técnica de diálogos temáticos.
2. Compartilhar as expectativas sobre o encontro gerencial.
3. Reflexão sobre o fórum:
 - . O que é;
 - . Que importância tem;
 - . Quais seus objetivos e funções;
 - . Como poderia funcionar integrado às instâncias de relação;
 - . O que pode significar em meio às experiências bem sucedidas e mal sucedidas, realizadas no município em parceria com os governos municipal, estadual e federal.
4. Reflexão Grupal:
 - . Nesses dois últimos anos, que ações mais importantes a prefeitura realizou?
 - . Que nota a população dá ao desempenho da prefeitura? Que nota atribuímos a este desempenho? Que nota atribuímos a nossa integração gerencial?
5. Em subgrupo, por secretaria, escolher duas metas principais e viáveis, tendo em conta o desenvolvimento organizacional da prefeitura até o final da gestão. Estabelecer o quê, para que, como, recursos, tempo, responsáveis e parcerias. É importante ressaltar que as metas devem ser avaliadas após 120 dias, a partir de hoje.
6. Compartilhar em grupo as metas por secretaria, escolhendo por consenso a meta-chave. Operacionalizar, considerando os obstáculos e facilidades para realizá-las e propor ações para minimizar os obstáculos e maximizar as facilidades.
7. Vivências: caminhar, roda de embalo, desamparo e solidariedade.
8. Construir o sonho coletivo da gestão municipal. Os participantes, em uma posição cômoda e com os olhos fechados, são convidados a um exercício de imaginação acerca do futuro que desejam para o município. Depois, em grupos pequenos, cada participante relata seu sonho. Ao final, os pequenos grupos compartilham seus sonhos e, juntos, fazem o sonho do grupo.
9. Escolha por consenso do representante da prefeitura no fórum.
10. Vivências: roda de olhar, roda de celebração do representante; oferecer ao outro um gesto simbólico que expresse amizade, respeito e dignidade, necessário para fortalecer a identidade municipal. Realizar dinâmica de “tricotar”.

12. O representante escolhido coordena uma discussão acerca do “município consigo mesmo”, a capacidade de desenvolver a municipalização e a cidadania a partir de sua própria experiência e potencialidade para atuar com autonomia.
13. Avaliação das potencialidades do município:
 - . Nosso município há 10 anos. Como se encontra hoje;
 - . Identificar as potencialidades que tem para alavancar seu desenvolvimento (em subgrupos);
 - . Escolher as que são viáveis e por em ordem de prioridade;
 - . Onde e como conseguir parcerias para transformar as potencialidades prioritárias em realizações?
14. Definição da continuidade dos encontros gerenciais, sem a presença da equipe de facilitadores. Fazer calendário.
15. Vivências: roda de olhar, caminhar confiando, abraços e danças.
16. Celebração final.

Câmara de Vereadores, cada Categoria Social, Conselhos Municipais, ACDs, e Grandes entidades

- . Debater os ideais de municipalização;
- . Fortalecer o processo e os mecanismos de construção e sustentação do fórum;
- . Estimular e apoiar a auto-organização do agrupamento social;
- . Aumentar a auto-estima do grupo e sua capacidade de atuar por conta própria.

Passos de orientação: Fase A

1. Apresentação dos facilitadores e dos participantes, através da técnica dos diálogos temáticos.
2. Introdução ao motivo do encontro.
3. Círculo de Encontro (palavras geradoras: nome da categoria social, da região comunitária, trabalho e comunidade).
4. Reflexão: Que importância tem a categoria/região para o desenvolvimento do município? Como a categoria/região pode se organizar?
5. Reflexão sobre o Fórum (a mesma do encontro gerencial).
6. Escolha por consenso de seu representante no Fórum.
7. Vivências: caminhar, caminhar confiando, roda de celebração do representante. Oferecer ao outro um gesto simbólico que expresse amizade, respeito e dignidade, necessário para fortalecer a identidade municipal. Exercício de tricotar e abraços.
8. O próximo encontro. Chamar as pessoas. Criar uma comissão da categoria/região que, junto com o representante escolhido, trabalhe para a organização da categoria/região (associatividade).
9. Celebração final.

Fase B

1. Cerimônia de reencontro.
2. O representante relata sua participação no Fórum.
3. Reflexão em subgrupos e grupo: Como a categoria/região poderá garantir a resolução de muitos de seus problemas? Que potencial tem

para se organizar e realizar mudanças? De que tipo de apoio e assessoria necessita?

4. Continuidade dos encontros por conta própria e o apoio da Prefeitura. Calendário.
5. Vivências: caminhar, caminhar confiando, abraços e roda de olhar.
6. Celebração final.

Fórum da Municipalidade - CMDS

- . Fortalecer o processo e os mecanismos de construção e sustentação do Fórum;
- . Fortalecer a integração das diferenças entre os conselheiros;
- . Aumentar a auto-estima do grupo para que possa assumir sua missão e funções no fórum.

Passos de orientação: Fase A

1. Apresentação dos facilitadores e dos participantes, através da técnica do diálogo temático.
2. Dinâmica em pequenos grupos e depois no grupo:
 - . Como cheguei até aqui? Minha história de vida no município; meu interesse em ajudar o conselho; como fui escolhido conselheiro;
 - . Como é a minha categoria social/região/entidade/câmara de vereadores/prefeitura/conselho setorial?
 - . Minhas expectativas sobre o fórum, o que pode ajudar ou prejudicar.
3. Exercício de Criatividade e Simbolização (pequenos grupos e grupo):
 - . Construir com um guardanapo de papel algo simbólico que expresse sua vida. Compartilhar no grupo;
 - . Colagem: significado sobre o que é viver e criar os filhos no município.
4. Vivências: posição de intimidade, roda de embalo, roda de olhar, oferecer ao outro algo ou um gesto que expresse um sentimento de amizade, respeito e dignidade, que possa fortalecer a vida municipal.
5. Reflexão sobre o Fórum (o mesmo dos outros encontros).
6. Apresentação do livro “As fontes de recursos para o desenvolvimento dos municípios” e da cartilha “Nosso Plano-Diretor”. Formar pequenos grupos para estudar o material e apresentar na Fase B.
7. Apresentação dos programas da Prefeitura e a relação destes com o Fórum.
8. Apresentação da proposta da prefeitura de fazer o planejamento municipal junto com o Fórum. Fazer calendário de encontros de planejamento.
9. Formar comissão de mobilização para a Fase B.
10. Vivências: caminhar confiando, roda de embalo, roda de olhar e abraços.
11. “A Tua Ação” (grupo de teatro de rua).
12. Dança (forró, quadrilha, outras).
13. Teatro na Praça (apresentação na praça principal - “A Tua Ação”).

Fase B

1. Vivências: roda de olhar, caminhar e abraços.
2. Reflexão em pequenos grupos:
 - . Como foram os meus últimos dias no município no papel de conselheiro do Fórum?
 - . O Fórum está trabalhando o planejamento municipal?
 - . Apresentação das equipes que estudaram o livro e a cartilha sobre fontes de recursos e plano-diretor;
 - . Qual o caminho que os conselheiros devem escolher para garantir o êxito do Fórum?
3. Compartilhar no grupo o trabalho anterior utilizando-se de papel madeira. Depois, o facilitador conduz o coletivo para fazer uma conclusão, por consenso, das ações que poderão garantir o êxito do Fórum.
4. Esclarecer dúvidas que ainda têm sobre o Fórum.
5. Trabalhar o sonho coletivo do grupo para o município. Os participantes, sentados confortavelmente no chão, com os olhos fechados, são convidados pelo facilitador a imaginar seu município no futuro. Depois de alguns momentos (10 minutos), convidá-los a formar pequenos grupos e compartilhar seus sonhos. Em seguida, cada pequeno grupo apresenta seus sonhos no grupo. Ao final, os conselheiros definem por consenso o sonho coletivo.
6. Dinâmica de Grupo: “O abrigo antiaéreo”, para trabalhar preconceitos, valores, conflitos e consenso.
7. Escolha, por consenso, da Coordenação Representativa do Fórum, ou seja, uma direção coletiva do conselho, formada por sete membros, sendo um de cada conjunto que constitui o Fórum. Cada membro é escolhido por seu próprio conjunto.
8. Vivência: roda de celebração da coordenação representativa, exercício de tricotar.
9. Reflexão em pequenos grupos:
 - . O município consigo mesmo;
 - . Que potencialidades tem o município para se desenvolver? Descrevê-las;
 - . Como se desenvolver a partir de suas próprias potencialidades?
 - . Criar soluções através da “tempestade cerebral”;
10. Compartilhar no grupo fazendo o filtro de idéias e síntese final.
11. Agora que o município tem suas próprias saídas, qual o melhor modo de o governo apoiar o desenvolvimento do município? (informações, treinamento, recursos e outros).
12. O próximo encontro: expectativas e preparação.
13. “A Tua Ação” (apresentação do grupo de teatro de rua).
14. Celebração final.
15. Teatro na praça principal da cidade (“A Tua Ação”).

4. CONTINUIDADE

De acordo com o Modelo CMDS, construído a partir de uma parceria entre SEGOV e Instituto Participação, faz-se necessário dar continuidade à estratégia de

construção e funcionamento do CMDS: implantação, parceria, treinamento e intercâmbio.

Sabemos das dificuldades para lidar com um processo de tal complexidade, em razão de manejarmos sistemas dinâmicos complexos, sistemas que operam em regiões afastadas do equilíbrio e da certeza. Mas estamos no caminho certo e muito já foi construído dentro da dinâmica sócio-política dos Municípios e no interior do próprio Governo Estadual, como o Modelo de Gestão Participativa e os Programas Especiais do Governo, os quais ocupam um espaço importante de participação e são necessários em um processo de desenvolvimento local.

Mesmo assim, estamos navegando e é preciso navegar, pois ainda não há porto para atracar. Estamos adiantados na implantação, mas necessitamos cuidar das outras ações, para que consigamos consolidar no nível de Município o Modelo de Gestão Participativa, preconizado pelo Governo Estadual. Isso não acontecendo, pode levar todo o trabalho já realizado a se desmoronar.

Implantação

1. Dar continuidade.
2. Proceder ao mapeamento quanto ao nível de funcionamento dos CMDS.
3. Iniciar divulgação do CMDS (Meios de Comunicação).

Parceria

1. Com a integração entre Governo Estadual, Prefeitura e CMDS, através do Projeto São José, avançamos numa parceria sócio-econômica concreta e efetiva.
2. Outro passo já pode ser dado, pois a aceitação é grande por parte das Prefeituras e CMDS, o de contribuir para a integração entre Prefeitura, CMDS e Governo Estadual, visando à realização do Planejamento Estratégico Municipal e do Planejamento para 1997. Fortalecer um novo momento sócio-político que se inicia em 1 de janeiro de 1997.
3. Ainda na área de parceria, cada Secretaria de Estado necessita manter uma linha prioritária de comunicação com o CMDS. Solicitar a cada Secretário de Estado que indique um profissional de sua assessoria para ser o elo de ligação da Secretaria com os CMDS e com a ARTINS. Reafirmar documento assinado pelo Secretário do Governo.
4. Construir fluxos entre os Programas Especiais do Governo e CMDS, através de mediações realizadas pelas Coordenações dos Programas e ARTINS.

Treinamento

1. Realização de Encontros Regionais dos CMDS propostos pelos próprios conselheiros, sob a coordenação da ARTINS, visando à integração e ao desenvolvimento de lideranças.
2. Realização do II Encontro das Coordenações Representativas dos CMDS, visando à integração entre as coordenações e entre estas e cada Secretaria de Estado.
3. Elaboração da Cartilha de Planejamento Participativo Municipal.

Intercâmbio

1. Manter os conselheiros informados das ações do Governo na região, através do *Comunicado Parceria*, realizado pela ARTINS/CPS/CRDS.

2. Definir com as Coordenações Representativas o *Comunicado CMDS*, instrumento do CMDS para informar a ARTINS sobre como estão suas realizações, fracassos, necessidades, problemas, oportunidades, obstáculos e sugestões de melhoria.
3. Enviar para os Conselheiros o jornal *Parceria*.
4. Revisar os documentos sobre fontes de recursos para o Município, do IPLANCE e do Instituto Participação; enviá-los às Coordenações Representativas do CMDS.
5. Estimular os CMDS a divulgarem o Modelo de Gestão Participativa e as ações do Governo no Município, esclarecendo a população sobre essas ações.

Compreendemos que estamos em um momento de escassez e oportunidades, onde um novo cenário sócio-político-econômico está sendo desenhado no Ceará. O CMDS ocupa um lugar destacado, como se constata no processo de implantação. Não podemos perder de vista esse processo, mas sim nos inserirmos cada vez mais nele.

A ARTINS é a estrutura de articulação, fomento e facilitação desse processo político-pedagógico. À medida que possa ser estruturada, para esse novo momento, poderá alcançar novos êxitos na consolidação do Modelo de Gestão Participativa a partir dos CMDS.

5. CONCLUSÃO

Estamos na fase inicial de um trabalho de longa duração, exercitando um método que se aperfeiçoa à medida que se maneja a realidade social, assim revelando sua eficácia e limitação para lidar com a vida municipal.

A inserção na vida municipal tem suas graves limitações, mas reconhecemos que é um espaço valioso que se abre para fortalecer a dinâmica municipal, mesmo com todas as suas incongruências. Esse é o primeiro ponto. O segundo é a dificuldade de formar facilitadores para lidar com o método, haja vista a falta de compreensão e habilidade de inúmeros profissionais das áreas de Psicologia, Educação e Serviço Social para lidar com dinâmicas psicossociais em contextos de alto controle político exercido por lideranças políticas e por técnicos da própria Prefeitura e do Governo Estadual.

Para concluir, torna-se necessário dar continuidade ao trabalho em termos de treinamento dos conselheiros e de parcerias entre Fórum e as áreas de relação. Nessa continuidade reside a consolidação dos Fóruns da Municipalidade. Sem essa continuidade, os resultados alcançados podem se desvanecer e gerar uma grande frustração na população, em relação, principalmente, às gestões municipais.

Consideramos que o MAM é um instrumento positivo, testado em mais de 7.000 encontros municipais, sendo capaz de favorecer o trabalho com a municipalidade e com os pequenos e grandes grupos, em contextos onde se entrecruzam, a cada instante, variáveis políticas, econômicas, sociais e psicológicas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE CIDADE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Publicado nos Cadernos Eletrônicos da FAU-UnB - 2003

RESUMO

Nossa intenção é problematizar o planejamento estratégico de cidade numa perspectiva subjetiva e participativa. Enfocar o ato de planejar não como ato de submeter tecnicamente a cidade aos interesses de grupos e classes, mas sim como ato político, dialógico, de construção e realização de uma vontade coletiva de superação, de humanização e de convivência profunda com a cidade. Discutir o planejamento como um processo da consciência frente às suas necessidades e exigências da realidade, e como um pensar coletivo e um agir metódico, direcionados para a construção de uma realidade desejável e possível (futuro), seja para um indivíduo, grupo, coletividade ou nação, sempre visando à humanização.

Palavras-chaves: planejamento, cidade e subjetividade.

ABSTRACT

Our intention is to question the city strategical planning in a subjective and shared view. To focus the act of planning not as an act of technically submitting the city to the interests of groups and classes, but as a political, dialogical act, of construction and achievement of a collective will of improvement, humanization and deep familiarity with the city. To discuss the planning as a consciousness according to its necessities and requirements of reality and as a collective thinking and a methodical behave, focused on the building of a desirable and possible reality (future) for an individual, group, collectivity or nation always with the focus on humanization.

Key words: planning, city and subjectivity.

INTRODUÇÃO

Escreveu Margarida Vieira, em um artigo intitulado "A banalização do mal", publicado no jornal "Estado de Minas" (25/09/1995):

"Talvez o mais trágico na sociedade brasileira atual não seja a existência das desigualdades, da miséria e da violência. O mais trágico é a naturalidade com que todos nós convivemos com esta realidade".

Romper com essa atitude exige assumir um lugar na história, significa reconhecer que somos nós que fazemos a vida social, com nossas ações, omissões, permissões e delegações. Não negar isso é o primeiro passo para a construção de uma nação de incluídos, de sujeitos da realidade, e não de excluídos sociais.

Aqui, a essência é a presença ativa de todos nós em favor da construção de um espaço democrático, por que não dizer, então, de uma cidade democrática e de uma consciência democrática.

Lidar com a realidade não é algo fácil, tampouco difícil. Sempre foi, isso sim, algo complexo, instável, afastado do equilíbrio, incerto, só possível de lidar pela aprendizagem contínua e mediante a práxis dialógica (ação-reflexão-diálogo). Nesse ato de fazer um mundo, o indivíduo se faz, se humaniza com os outros indivíduos. A humanização entendida no sentido de Freire (1994), isto é, a consciência da própria incompletude e da capacidade de superar o permanente inacabado.

Nesse ato reside a criação, como também a conscientização ou aprofundamento da tomada de consciência. Por isso, o desafiar a realidade, o transformá-la, o fazer cultura e o desenvolver-se como sujeito da história, individual e coletivo, desde o pedaço de osso transformado em primeiro instrumento até ao mais novo instrumento - a internet. A consciência humana vem daí, do uso de ferramentas para transformar o mundo e da criação de símbolos para comunicar-se e dar significado ao mundo (Vigotsky e Luria, 1996). No recente e permanente ato de fazer e de simbolizar se originam e se desenvolvem a consciência, o pensamento e suas funções de abstração, análise e generalização, além da idealização e do planejamento mental - a mente consciente - que nos liberta da prisão do imediato, do sensorio-perceptivo, e nos arremete para o domínio da temporalidade, da imaginação e do futuro.

Vemos aí que o ato de planejar não é um mero ato de controlar, dominar e submeter tecnicamente a realidade aos interesses de grupos e de classes, mas sim um ato, antes de tudo, de construção da vontade humana de superação, de humanização e de convivência profunda com a realidade. É um ato de apropriação do mundo e de inclusão histórico-social do indivíduo, também em transformação, no próprio mundo em transformação.

No ato de se apropriar do mundo e de se incluir na realidade transformada, as pessoas lançam mão dos instrumentos, dos conhecimentos e de suas experiências e habilidades, mas, cada vez mais, o essencial, como sempre foi, é a interação, é a comunicação, é o diálogo entre elas que, assim, se fazem cada vez mais conscientes, críticas, portanto, socialmente livres. Isto significa ocupar o seu lugar no mundo natural e no mundo construído, construir um espaço físico-social com sentido e entregá-lo melhor para as próximas gerações.

Vemos, então, que o ato de planejar se origina na consciência e a desenvolve. Sendo assim, é um ato comunicativo, dialógico. Nesse sentido, aprofundada a comunicação entre os pensares diversos, entre os diferentes, o ato de planejar tende a ser solidário e ético, portanto, comunitário.

Olhando assim, o planejamento é um processo profundo da consciência humana frente às suas próprias necessidades e às exigências da realidade objetiva, e que visa à humanização. Num outro sentido, todo planejamento é um pensar e um agir metódicos, direcionado para a construção de uma realidade desejável e possível (futuro), seja para um indivíduo, grupo, coletividade ou nação.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE CIDADE - PEC

No caso do Planejamento Estratégico de Cidade, por esses fundamentos do planejamento e por ser expressão de uma vontade coletiva, esse pensar e esse agir metódicos começam por um chamamento social e por uma proposta do Poder Público Municipal, no intuito de se construir uma visão coletiva de futuro desejável e possível

para a cidade, futuro este problematizado na intersecção entre ecologia, sociedade e indivíduo.

Desse modo, ao falarmos de planejamento estratégico de cidade, e não de um plano, estamos falando de um processo coletivo de construção da Carta da Cidade (Horizonte político-ético), do alinhamento de ações estratégicas e da definição de projetos estratégicos, que tomam como referência a utopia da Cidade Democrática ou Cidade Solidária.

Aqui, a Carta, o alinhamento de ações e a definição de projetos, traduzem a aproximação (possível) entre diversos atores que, também, em separado, pensam a cidade, conhecem a sua história e o seu modo de se fazer, um modo diversificado, com suas lógicas, linguagens e interesses, segundo os seus atores e a correlação de forças existentes a cada momento entre eles.

No processo coletivo de fazer a cidade do futuro é essencial um clima social positivo, a simbologia da cidade, a visão coletiva de futuro, as identificações e as vontades coletivas, um pacto político, ou seja, um fazer enraizado na história, na cultura, nas necessidades do povo, nas possibilidades e limitações, no sonho e no respeito à vida. Este pacto político é um pacto de amor à cidade, só possível mediante a prática democrática e a capacidade política de articular-se da gente da terra. Por isso a participação, a mobilização e o diálogo, a abertura e o respeito entre as diferenças - a responsabilidade social dos moradores da cidade.

O pacto político é um canto de amor a terra, um canto tornado projeto, um projeto tornado canto, no qual o passado e o futuro se fundem numa vontade coletiva presente de se construir uma cidade democrática, uma nova base econômica (solidária), uma infra-estrutura urbana, uma melhor qualidade de vida (bem-estar social e psicológico), a integração social e a própria governabilidade.

Por outro lado, o planejamento estratégico de cidade, no sentido de um plano, "é a definição de um projeto de cidade que une os diagnósticos, concretiza atuações públicas e privadas, e estabelece um quadro coerente de mobilização social e de cooperação dos atores sociais urbanos." (Jordi Borja, cit. Feldman y Kayano, 1998) Mesmo assim, como plano, não pode ser visto como tarefa fácil ou meramente técnica, nem ser simplificado ou mecanizado, pois o fazer a cidade, além de ser uma ação técnica é uma ação política entre sujeitos coletivos os mais diferentes e em meio a uma correlação de forças sociais e econômicas que, ora cooperam, ora se confrontam e ora negociam. Significa, também, compreender a grande responsabilidade do governo municipal no papel de gestor democrático do desenvolvimento local, aí exercendo funções e assumindo recursos e poder que antes pertenciam ao Estado e a União (municipalização do desenvolvimento).

Por essa via, o Poder Público Municipal substitui o modelo de gestão centrado na prestação de serviços básicos pelo modelo de gestão centrada na promoção do desenvolvimento local democrático.

Olhando por esse prisma, vemos que a cidade exerce um papel predominante no desenvolvimento local democrático, por ser o espaço urbano um lugar de intensa interação, participação e mobilização sociais, favorecendo assim a construção crítica de ações e discursos coletivos relevantes para o desenvolvimento local e para a gestão sustentável da cidade, isto é, que a torne cada vez mais habitável, competitiva, financiável, bem-governada, administrada e solidária.

Habitável - diz respeito à qualidade de vida em termos de transporte, emprego, escola, tempo livre e serviços básicos para toda a população.

Competitiva - oferece um ambiente que facilita o funcionamento das empresas, mediante o uso de leis, de normas, de planejamento e de construção de um ambiente onde as pessoas são atraídas a investir.

Financiável - há compreensão e conhecimento sobre os recursos e de como podem ser usados.

Bem-governada – promove a inclusão social e a democracia, buscando objetivos coletivos e respeitando as individualidades. Inclui a participação e a mobilização social na definição de rumo e no uso dos recursos.

Bem-administrada – assume responsabilidades públicas; usa as habilidades, conhecimentos, recursos e parcerias, mas principalmente utiliza os recursos para definir uma estratégia conjunta com os atores sociais.

Solidárias - há um sentimento de vida coletiva, de cuidado e proteção, de justiça social, de distribuição da riqueza, de cooperação com outras cidades, há uma ética comunitária.

Construir a cidade sustentável, portanto democrática, significa, também, olhar mais fundo sobre a vida da cidade, entendê-la como um lugar imediato, dinâmico e vivo, um espaço sócio-ambiental próximo, onde as pessoas moram, se identificam, se encontram, amam, sofrem, sonham, trabalham e fazem cultura. Nele se dá toda uma rede de interesses e de ações locais, sejam sociais, políticas, econômicas, afetivas e simbólicas.

A cidade, então, se constitui um espaço físico-social privilegiado para a construção de cidadãos e básico para o desenvolvimento de uma nação. Um lugar coletivo, imediatamente visível, de participação social efetiva (direta, afetiva e duradoura), que constitui a fonte da identidade social urbana (identidade de lugar), um sentimento e noção de pertencer a uma cidade que o faz e que por ele é feita, e de compreender essa relação como de integração e de diferenciação de si mesmo em relação à sua coletividade. Pertencer, também, como ato de apropriar-se do lugar, processo pelo qual o indivíduo interioriza e atribui significados ao seu espaço físico-social, no mesmo ato que transforma este espaço e é transformado por ele, mediante a ação-transformação e a identificação-simbolização.

Cada indivíduo vive enraizado em um lugar físico-social que lhe identifica e é identificado por ele, desde sua habitação privada até o espaço público de sua cidade. Esse lugar, por sua vez, se encontra interiorizado, como atividade, vivência e significação, constitui o campo de realização de uma pessoa e de sua coletividade, um lugar de ocupação, de identificação, de pertença, de defesa e de desenvolvimento individual e coletivo.

Considerando a identidade de lugar (Pol e Varela, 1994), entendemos que a cidade tem sentido para o seu morador, é algo que lhe é próprio. Negar o sentido, ou destruí-lo, é negar o seu morador, a sua existência e sua responsabilidade pelo lugar. Por isso a cidade não pode ser um lugar sem sentido, de relações de dominação, de exclusão social, mas sim de inclusão, de participação, um lugar consentido.

As relações de dominação produzem em geral um grande distanciamento por parte das elites e das instituições com relação à singularidade humana, ao valor e ao poder pessoal (Góis, 1984; 1993), do sujeito que é responsável por sua vida, por sua coletividade, por seu território e, inclusive, por essas mesmas instituições. Devido a esse distanciamento surgem graves problemas como: a institucionalização autoritária do cotidiano, a desapropriação do espaço natural e construído (sem-terra, sem-teto e sem meios de produção), o individualismo, a anomia, a concentração da riqueza natural e social, e a prevalência cada vez maior de uma elite que controla o sistema de ação histórica da cidade e da sociedade em geral (Touraine, 1982).

Para superar essas relações destrutivas são necessários esforços no sentido da mobilização social, do aprofundamento da consciência pessoal, do fortalecimento da vida comunitária, da autonomia democrática da cidade e do desenvolvimento de uma

ecologia social e urbana - reconhecer a responsabilidade e a competência histórica e social do indivíduo. Portanto, urge uma ação transformadora (coletiva, crítica e solidária) que, entre outros aspectos, cultive o bem-estar social, o trabalho, a solidariedade e a vida (Toro, 1991). Que realize a inclusão social, o usufruto comum da riqueza natural e social, do solo, da cidade, de seus bens e serviços. Fazer com que o espaço vazio ou sem sentido, desapropriado ou imposto, seja transformado em um espaço com sentido positivo e estimado pelas pessoas, um espaço desejado (Pol, 1996).

Fica claro, para nós, que o cerne do planejamento estratégico de cidade reside na consciência política e amorosa dos moradores e nas estratégias de participação social e de mobilização social. Sabemos que isso é quase um consenso, mas, mesmo assim, há muito que caminhar no sentido de sua concretização e consolidação.

Uma oportunidade é essa, que aqui se inicia: o chamamento social para um Planejamento Estratégico de Cidade Democrática, a ser construído e garantido pela participação social e pela mobilização social (IPLAM, 2001), algo pouco alcançado nas experiências de planejamento estratégico de cidades (Feldman e Kayano, 1998).

A CIDADE DE SÃO LUÍS

Nossas cidades têm sentido para seus moradores, são de fato cidades consentidas? Como estão as cidades brasileiras?

Em nossas cidades vemos a alegria e a dor de uma coletividade, a sabedoria e a inteligência, a solidariedade, as experiências e as habilidades, as manifestações culturais, a beleza geográfica, os amores e risos, os equipamentos institucionais e sociais, o deslocamento de pessoas e veículos, as casas e os edifícios, as indústrias, o comércio, o ambulante, o pedinte, as árvores e os pássaros, o ar e o clima, as águas e a lama, o solo, a poluição, as ruas e avenidas, os espaços de lazer e de trabalho, as favelas e os bairros, a riqueza e a miséria, as relações de dominação, a fome dos que não têm e a voracidade dos que têm muito, as vontades e os desejos individuais e coletivos mais profundos e o brilho do olhar das crianças.

A cidade de São Luís, como todas as cidades brasileiras, é um lugar de profundas desigualdades sociais e de muita luta pela sobrevivência, além de uma alegria genuína e profunda manifestação popular. Em meio à miséria a riqueza - os excluídos convivem com os que os excluem. A pobreza do espaço urbano ganha contornos perversos e degradantes, descaracterizando o cidadão maranhense. O crescimento desordenado de São Luís requer ações estruturais, que reorientem marcadamente o rumo e o modo desse crescimento atual.

São Luís, entendida como lugar de convivência afetiva e solidária, do trabalho e do lazer, das manifestações culturais e políticas, não pode continuar a ser palco de concentração de riquezas e tragédias anunciadas; não pode perpetuar o cenário da segregação, da intolerância, da ignorância e do desamor.

Para compreender tudo isso, no sentido da construção de uma cidade democrática, de uma São Luís do futuro, é preciso, além de um olhar técnico e de um olhar político, um olhar de poeta, como o de tantos que aqui, nesta cidade, vivem ou que já viveram, bem expresso nos versos de Bandeira Tribuzzi (2001).

*"Cercada de águas e sonhos,
de glória, de maresia,
a ilha é, sobretudo, circundada
de poesia".*

O que está na base da vida de uma cidade é o desenho afetivo-valorativo de um povo e de um lugar, de uma mentalidade cultural que, estimulada pedagogicamente, pode se desenvolver referenciada, cada vez mais, na liberdade humana e não na escravidão. A realidade local possui história e cultura próprias, identidade social e de lugar, sendo formada por uma rede de relações peculiares, inclusive, intersubjetivas, em uma concepção particular de realidade e de futuro que não pode ser desconsiderada ou vista superficialmente por um só tipo de saber ou de classe social.

*"Se não podes trazer a alma das ruas
De nada vale teres ido a São Luís".
Odylo Costa, 2001*

Com a permissão do poeta, podemos dizer que: se não se vive a alma das ruas, não é possível pensar o futuro da cidade que se quer democrática. É preciso viver a cidade inteira e não só um pedaço dela, o de uma só classe social.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

É na direção de uma nova práxis, participativa, referenciada na vida e na cidadania, que devemos tender e pelo qual devemos nos esforçar, isto é, na direção de um outro homem e de uma outra mulher, participantes de uma sociedade urbana democrática, cidadãos, enfim, sujeitos comunitários.

A Constituição Cidadã, constantemente desrespeitada, relevou a participação da população no exercício do poder local. Hoje é consenso a importância dialógica das comunidades e dos sujeitos coletivos nas tomadas de decisão no que diz respeito à sua cidade.

Entretanto, precisamos aqui distinguir participação de mobilização, sem negar a relação indissolúvel entre ambas. A primeira é uma condição intrínseca à atividade social significativa dos indivíduos, própria da consciência individual e em favor do indivíduo e de sua coletividade – potencialização do indivíduo; enquanto a segunda é a condição criada coletivamente para que se garanta politicamente a participação social e o empoderamento da população – potencialização social.

A participação social está na esfera pública do indivíduo, enquanto a mobilização social está na esfera política da sociedade. A participação e a mobilização apontam no sentido do desenvolvimento de uma sociedade que se quer democrática e este aponta no sentido da participação e da mobilização, sendo um desenvolvimento que envolve toda a coletividade, cujas necessidades e sonhos são afetados por decisões quanto à disponibilidade dos recursos e aos direitos sobre essas necessidades (Bernardo Toro, 2000).

A participação e a mobilização são, também, valores democráticos, alicerces de uma cidade ou de uma sociedade que se quer democráticas.

Os conceitos de participação social e de mobilização social, hoje, são compartilhados por todas as pessoas que têm sensibilidade social e visão de futuro, por moradores, técnicos, poetas e políticos preocupados com o bem-estar social e com a nação, no sentido de povo.

O esforço coletivo de desenvolvimento de uma cidade não é algo fácil de ser realizado, mesmo assim é vital como resposta aos novos desafios sócio-econômicos do mundo atual, especialmente os de integração comunitária dos mercados e das culturas locais, e os da exclusão social (desemprego e fome). Implica, de fato, na participação

social e na mobilização social locais, processo esse necessário ao desenvolvimento da cidade, o qual não é meramente econômico, senão, fundamentalmente, humano. Um desenvolvimento que é humano, social, auto-sustentado e solidário.

"Participar, significa que las personas intervengan en los procesos económicos, sociales, culturales y políticos que afectan a sus vidas y que, de manera permanente, tengan la posibilidad de tomar sus propias decisiones.

En el marco de la cooperación para el desarrollo, la participación es un instrumento y al mismo tiempo un objetivo que convierte a las personas implicadas en sujetos de su propio desarrollo.

La suma de impactos de los proyectos y acciones de desarrollo en una comunidad son, o deberían ser, la expresión de la voluntad e iniciativa de sus individuos. El objetivo es que los resultados sean, además de efectivos, representativos de la voluntad colectiva. "
(Intermon, 1995: 23 e 24).

Reconhecemos a importância da participação e da mobilização locais como essenciais às estratégias de desenvolvimento de uma sociedade ou de uma cidade, porém ainda é necessário aperfeiçoá-las, inclusive na perspectiva de uma compreensão mais subjetiva da realidade local, da cultura local, isto é, ver que os lugares (territórios) são realidades profundamente humanas e simbólicas.

Estimular a participação e a mobilização social requer métodos, requer formas sistemáticas e sistematizadas de ações, métodos que estejam alicerçados nas ciências humanas e no compromisso com o povo, e que possam ser integrados às metodologias de planejamento estratégico, como os métodos SWOT (análise dos pontos fortes e fracos, das oportunidades e ameaças) e SMART (identificação de objetivos específicos, mensuráveis, precisos, relevantes e no tempo limitado).

Um desses métodos de participação e de mobilização sociais é a pesquisa-ação-participante – PAP (Salazar, 1992), um método político-pedagógico que une a pesquisa com a intervenção, numa perspectiva de trabalho, de aprendizagem e de produção conjunta de conhecimento entre o político, o técnico e a população.

O importante nesse método, e em qualquer atividade coletiva de construção do conhecimento crítico e de transformação de uma dada realidade, é considerar que a população pode exercer de fato um papel ativo, pois possui um tipo de conhecimento tão importante como o conhecimento científico-técnico, e capaz, inclusive, de levar-nos a encontrar outros caminhos de construção democrática da realidade a ser transformada.

CONCLUSÃO

Quero dizer, neste final de reflexão, que o Planejamento Estratégico de Cidade não é um esforço que termina em um Plano e um Conselho Gestor, mas um esforço permanente de cooperação, confrontação e negociação de eixos e projetos estratégicos, só possíveis mediante a articulação entre estruturas permanentes de mobilização social e de controle social.

Tudo isso é um sonho, de fato é um sonho que, aos poucos, vem se tornando realidade. Sonhar é preciso, principalmente sonhos coletivos, para que se tornem realidades, para que se faça a cidade democrática de São Luís do futuro.

Podemos dizer, com as palavras de Freire (1981), que:

"Ai de nós, educadores, si deixarmos de sonhar sonhos possíveis; os profetas são aqueles ou aquelas que se molham de tal forma nas águas de sua cultura e de sua história, da cultura e história de seu povo, que conhecem seu aqui e seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles mais que adivinham, realizam."

- (1) Artigo baseado na Conferência proferida no I Seminário de Planejamento Estratégico da Cidade de São Luís – Maranhão, 05 a 07 de dezembro de 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborar este livro pensamos na contribuição a dar aos leitores interessados na área e a todos aqueles que atuam junto à nossa população oprimida, revelando a eles o percurso solidário da construção da Psicologia Comunitária no Ceará e de seu engajamento na luta do povo cearense por melhores condições de vida. Reunimos aqui os principais artigos de uma caminhada de compromisso com a mudança social e com a Psicologia Comunitária.

Acertamos e erramos e continuamos a caminhar. Alguns concordam e outros discordam, mas toda a nossa caminhada foi caminhada de libertação, por caminhos que talvez não sejam compreendidos ou aceitos. Paulo Freire, Vigotsky e Rolando Toro foram nossas fontes principais, além da primeira de todas as fontes – a própria realidade social e humana, a qual nos ensina de muitos modos, inclusive o modo de caminhar em meio às contradições, às incertezas e aos espaços que se abrem, mesmo em situações difíceis, de negação da pessoa e da coletividade. Uma coisa é clara – a realidade social não é asséptica, pura e nem linear, isto é, não se explica e nem se transforma mediante uma única ideologia e uma única prática.

Há muito que fazer e muito já foi feito por muitos sonhadores sociais, cabe a nós seguir esse caminho de libertação, que não é uma estrada romântica, mas é plena de amor, luta, frustrações, derrotas, realizações e prazer.

Por esses caminhos conhecemos tanta gente, companheiros e companheiras, pessoas comuns, lideranças populares e profissionais sonhadores de pés no chão, que renunciaram ao consumo e ao status social para seguir sendo um povo que luta por dias melhores para todos. Gente querida!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio H. et al. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- AGUILAR, Tusta; FREIRE, Paulo. Atreverse a nombrar la realidad en una sociedad científico-técnica. **Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada**. Madrid, nº110, 1998, p. 109-124.
- ALBUQUERQUE, Antonio. **Desenvolvimento Local e Cooperação**. Trad. de Pompeu Braga, Fortaleza: BNB, 1998.
- ALIHAN, M. Estudios de comunidad y ecológicos. In: Theodorson, G. **Estudios de ecología humana**. Vol. 1. Barcelona: Labor, 1974.
- ARANGO CALAD, Carlos A. El comportamiento participativo en la investigación-acción. In: Sánchez, Vida; Musitu, Ochoa. **Intervención Comunitaria: aspectos científicos, técnicos y valorativos**. Barcelona: EUB, 1996, p. 167-177.
- BAJTÍN, Mijaíl. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BARRETO CAVALCANTE, M. Ruth. et al. **Educação Biocêntrica**. 2ª ed., Fortaleza: Editora CDH, 2001.
- BENDER, Mike P. **Psicologia da Comunidade**, Zahar, R.J., 1978.
- BERNARDO TORO, C. Mobilização Social. **Documento**, Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, MG: 2000.
- BOFF, Leonardo. Eclesiogênese: as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja. **Cadernos de Teologia e Pastoral**, nº 6, Petrópolis, 1997.
- BONFIM, Zulmira A. C.; BRANDÃO, Israel (Orgs.). **Nos Jardins da Psicologia Comunitária**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.
- BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento. in avaliação de experiências de planejamento estratégico de cidades, **Relatório**, Coord. de Sarah Feldman e Jorge Kayano, São Paulo, 1998.
- BRANDÃO, Carlos R. **Repensando a Pesquisa Participante**, S.P.: Editora Brasiliense, 1987.
- CAMPOS, Regina H. F.; et al. **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CODO, Wanderley. **O que é alienação**. 6ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 1985.
- COSTA, Odylo. Poesias. **Informes turísticos**, São Luís-Ma: SESI-Ma, 2001.
- CRICK, Francis; KOCH, Christof. **El Problema de la Conciencia**. Trad. de Joandomènec Ros. 3. ed. Barcelona: Prens Científica, 1996. p. 99-107.
- D'ÁVILA, Maria Inácia. La integración de teoría y práctica en la formación para el desarrollo comunitario. In: Sánchez Vidal; Musitu Ochoa. **Intervención Comunitaria: aspectos científicos, técnicos y valorativo**. Barcelona: EUB, 1996, p.381-390.
- DAMKE, Ilda Righi. **O processo do conhecimento na pedagogia da libertação: as idéias de Freire, Fiori e Dussel**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- DARWIN, Charles. **On the origin of species**, N.Y., Readex Microprint, 1968.

- DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação na América Latina**. São Paulo: Edições Loyola, 1977.
- ECCLES, J. C. **Facing Reality**, N. Y.:Springer-Verlag , 1970.
- FANNON, Frantz. **Condenados da Terra**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FANNON, Frantz. **Peau Noire, Masques Blanc**. Paris: Editions du Seuil Trad. de Maria Adriana da S. Caldas; Pele Negra; Máscaras Brancas. Bahia: Ed. Fator, 1983.
- FELDMAN, Sarah; e KAYANO, Jorge. Avaliação de experiências de planejamento estratégico de cidades, **Relatório**, São Paulo, 1998.
- FERNÁNDEZ, José A. La intrahistoria de un pensamiento imperfecto. **Documentación Social, Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada**. Madrid: Caritas Española, nº 110, 1998, p. 27-42.
- FIORI, Ernani M. Aprenda a dizer a sua palavra, In: Freire. **Pedagogia do Oprimido**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981, p.3-16.
- FIORI, Ernani M. **Aprender a decir su palabra. El método de alfabetización del Profesor Paulo Freire**. Madrid: Siglo XXI, 1995.
- FLECHA, Ramón. **Compartiendo palabras: El aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997.
- FRANCO, Augusto. **Ação Local**. Rio de Janeiro: Editora Ágora, 1995.
- FREIRE, Paulo. **¿extensión o comunicación? La concientización en el medio rural**. 18ª ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno editores, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**. S.P: Editora Moraes, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 3ª ed., R.J.: Ed. Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo; FAGUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1985.
- FREITAS CAMPOS, Regina H. (Org.); et al. **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. R.J: Vozes, 1996.
- GALPERIN, P. Ya. **Introducción a la Psicología**. Trad. de Josefina López Hurtado. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1982.
- GARCÍA González, J.A. Cuestiones y modelos teóricos en psicología comunitaria. In: Martín González et al. **Psicología Comunitaria**. 2ª ed. Madrid: Visor, 1993, p. 67-85.
- GÓIS, C. W. L. **Noções de Psicologia Comunitária**. Fortaleza-Ce: Edições UFC, 1993.
- GOIS, C. W. L. Por uma psicologia popular. **Revista de Psicologia da UFC**. Fortaleza-Ce: UFC, vol. 2, nº 1, 1984, p.87-122.

GÓIS, Cezar Wagner de L. **Noções de Psicologia Comunitária**. 2ª ed. Ceará: Edições UFC, 1994.

GOIS, Cezar Wagner de L. Por uma psicologia popular. **Revista de Psicologia da UFC**. Ceará: UFC, vol. 2, nº 1, 1984, p.87-122.

GÓIS, Cezar Wagner de L. **Biodança – Identidade e Vivência**. 2ª ed. Fortaleza, Ce: Edições IPF-Ce, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6ª ed. R.J: Civilização Brasileira, 1988.

GROFF, Stanislav. **Além do Cérebro: nascimento, morte e transcendência em psicoterapia**. Trad. de Wanda de Oliveira Roselli. São Paulo: Editora McGraw-Hill do Brasil, 1988.

GUTIÉRREZ, G. **Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1976.

HOLLIDAY, Óscar Jara. Paulo Freire, filósofo de la transformación de la historia. **Documentación Social, Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada**. Madrid: Caritas Española, nº 110, 1998, p. 43-52.

HURTADO, Carlos Ñunez. El Pablo que Conocí. **Documentación Social, Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada**. Madrid: Cáritas Española, nº 110, 1998, p.13-26.

IBGE. **Anuário Estatístico**, RJ: 1978 e 1979.

INTERMON. La participación de los pueblos en su desarrollo, **Documentos Intermon**, nº 7, Barcelona: Intermon, 1995.

IPLAM. 1º Encontro de Planejamento Estratégico da Cidade de São Luís do Maranhão. **Anais**, São Luís-Ma: IPLAM-PMSL, 2001.

ITU, Gonzalo O.; HERRERO, Juan; GRACIA, Enrique. Integración. Participación Comunitaria y Salud Mental: un estudio empírico de sus relaciones. In: SÁNCHEZ, Vidal; MUSITU, Ochoa. **Intervención Comunitaria: aspectos científicos, técnicos y valorativos**. Barcelona: EUB, 1996, p. 205-219.

KABEER, Naila. Género, desarrollo y capacitación: aumentar la capacitación en el proceso de planificación. In: Anderson, Mary B. **Development and Social Diversity, United Kingdom, Oxfam**. Trad. de José Antonio Sanahuja. Desarrollo y Diversidad, Barcelona: Icaria, 1998, p. 18-27.

KOHL DE OLIVEIRA. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: La Taille et al. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992, p. 23-34.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOZULIN, Alex. **La psicología de Vygotski: Biografía de unas ideas**. Trad. de Juan Carlos Gómez Crespo. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

LANE, Sílvia T. Maurer; Sawaia, Bader B. Psicología, ¿Ciencia o Política? In: Maritza Montero. **Acción y Discurso: Problemas de Psicología Política en América Latina**. Caracas: Eduven, 1991, p. 59-85.

LANE, Sílvia T.M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: Lane, Sílvia T. M.; Codo, Wanderley et al. **Psicologia Social: o homem em movimento**. 5. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1987, p. 10-19.

MONTERO, Maritza. Entre el asistencialismo y la autogestión: la Psicología Comunitaria en la encrucijada. **Intervención Psicosocial**. Madrid: Colegio Oficial de Psicólogos, vol. 3, nº 7, 1994, p. 7-19.

MONTERO, Maritza. Psicología Social Comunitaria, vidas paralelas: Psicología Comunitaria en Latinoamérica y en Estados Unidos. **Ontología de la materia de Psicología Comunitaria**. Guadalajara: Jalisco, 1999, p. 1-18.

MORIN, Edgar. **Science avec conscience**. Paris: Lib. Arthème Fayard y Editions du Seuil, 1982 (Trad. de Maria Gabriela de Bragança e Maria da Graça Pinhão. Ciencia com Consciência. Mira-Sintra - Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990).

OLIVEIRA, Pedro A. R. de. O Marxismo em Questão a propósito da “instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação”. In: **COMUNICAÇÕES DO ISER**, ano 3, nº 11, Rio de Janeiro: ISER, 1984, p. 14.

OUSPENSKY, P. D. **Conscience**. The search for truth. N.Y.: Routledge & Kegan Paul, 1979.

PAVLOV, Ivan; ALVAREZ, Antônio Colodrón (org.) **Fisiologia e Psicologia**. Tradução de Franco de Sousa. Lisboa: Editorial Estúdios Cor, 1968.

PENFIELD, W.; ROBERTS, L. **Speech and Brain Mechanisms**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1959.

PICHÓN-RIVIÈRE. **O Processo Grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

PNUD-ONU. **Informe sobre el desarrollo humano**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 1997.

POL, Enric. La apropiación del espacio, **Monografies psico-socio-ambientales**, Barcelona, Publicacions Universitat de Barcelona, 1996, p. 45-62.

POL, Enric. La Apropiación del Espacio. **Revista Familia y Sociedad**, 1992, p. 233-249.

POL, Enric; e VALERA, S. El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre la psicología social y la psicología ambiental, **Anuário de Psicologia**, Barcelona, 1994, p. 6-24.

PREDVECHNI, G. P.; SHERKOVIN, Yu. A. **Psicologia Social**. La Habana: Editora Política, 1986.

REICH, Wilhelm. **A Análise do Carácter**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1979.

RIOS, José A. **Educação dos Grupos**. SP: EPU, 1987.

RODRIGUES, A. **Aplicações da Psicologia Social**. RJ: Vozes, 1981.

ROGERS, Carl. **Grupos de Encontro**. 3ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1979.

ROGERS, Carl. **Um Jeito de Ser**. São Paulo: EPU, 1983.

ROSE, Steven. **The Conscious Brain**. London: Weidenfeld e Nicolson, 1973.

ROUQUAYROL, Maria Zélia. **Epidemiologia e Saúde**. Fortaleza: Ed. Unifor, 1983.

RUBINSTEIN, S. L. **El desarrollo de la Psicología**: principios y métodos. Trad. de Augusto Vidal Roger. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1978.

RUBINSTEIN, S. L. **El Ser y la Conciencia**. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1979.

RUEDA Palenzuela, José M. Acción e intervención social planificada: movimientos urbanos y desarrollo comunitario. In: GONZÁLEZ, Martín et al. **Psicología Comunitaria**. 2ª ed. Madrid: Visor, 1993, p. 253-272.

SALAZAR, María Cristina. **La investigación-acción participativa: inicios y desarrollos**. Madrid: Editorial Popular, 1992.

SAMPAIO, Jackson. Saúde Mental. In: ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia e Saúde Mental**. Fortaleza: Ed. Unifor, 1983.

SÁNCHEZ Vidal, Alipio. **Psicología Comunitaria: bases conceptuales y operativas, métodos de intervención**. 2ª ed. Barcelona: PPU, 1991.

SÁNCHEZ Vidal, Alipio; MUSITU OCHOA, Gonzalo. **Intervención Comunitaria: aspectos científicos, técnicos y valorativos**. Barcelona: EUB, 1996.

SANDERS, Thomas G. **The Paulo Freire Method**. Nueva York: American Universities Field Staff, 1968.

SAWAIA, Bader B. Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In: LANE, Sílvia; SAWAIA, B. B. et al. **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 45-54.

SCHMIDT, R. F. **Grundriss der Neurophysiologie**. Trad de José Franco Altenfelder Silva. São Paulo: EPU/SPRINGER/EDUSP, 1979.

SÈVE, Lucien. **Marxismo e a Teoria da Personalidade**. Lisboa: Horizonte Universitário, vol. 1, 1979.

SILVESTRI, Adriana; BLANCK, Guillermo. **Bajtín y Vigotski: la organización semiótica de la conciencia**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1993.

SIMÕES Jorge, J. **A Ideologia de Paulo Freire**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

SOLMS, Mark. ¿Lo que es conciencia? **Journal of American Psychoanalysis Association**, Vol. 45 (3), 1997, p. 765-778.

TAJFEL, H. **Human groups and social categories**. New York: Cambridge University Press, 1981.

TORO, Rolando. **Projeto Minotauro - Biodança**. RJ: Vozes, 1988.

TORO, Rolando; GÓIS, C. W. de Lima et al (org). **Coletânea de Textos de Biodança**. Fortaleza: Escola Nordestina de Biodança, vol. 14, 1982.

TORO, Rolando; GÓIS, C. W. de Lima et al (org.) **Coletânea de Textos de Biodança**. 2ª ed. Fortaleza: Editora ALAB, 1991.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue**. São Paulo: Editora UNICAMP, 1982.

TRIBUZZI, Bandeira. Poesias. **Informes Turísticos**, São Luís - Ma: SESI-Ma, 2001.

VASCONCELOS, Eduardo M. **O que é Psicologia Comunitária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

VELMANS, Max. ¿Lo que es conciencia? **Journal of American Psychoanalysis Association**, Vol. 45 (3), 1997, p. 759-765.

VIEIRA da Silva, L. M. **A Fome no Brasil**. 7ª ed. Prinapios, 1983.

VIEIRA, Margarida. A banalização do mal, Belo Horizonte-MG: **Jornal "Estado de Minas"** (25/09/1995).

VIGOTSKY, L. S.; y LURIA, A. R. **Studies on the history: ape, primitive and child**, U.S.A., Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 1993 (trad. de Lólio Lourenço de Oliveira, Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança, Porto Alegre, Artes Médicas: 1996).

VITÓN de Antonio, María Jesús. Freire: una herencia para el futuro: aportaciones de P. Freire a la acción socioeducativa de nuestro tiempo. **Documentación Social, Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada**. Madrid: Caritas Española, nº 110, 1998, p. 53-66.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas**. Trad. A. Alvarez; P. Del Río. Madrid: Centro de Publicaciones del MEC/ Visor Distribuciones S. A., vol. 2, 1993.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas**. Trad. de A. Alvarez; P. Del Río. Madrid: Centro de Publicaciones del MEC/ Visor Distribuciones S. A., vol. 1, 1991.

WEIL, Pierre. **A Consciência Cósmica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

DADOS DO AUTOR

- Doutor em Psicologia pela Universidade de Barcelona.
- Professor de Psicologia Comunitária; Introdução à Biodança; Teoria da Vivência; Atividade e Consciência; Consultoria; e Supervisor de Estágio Profissional do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Brasil.
- Membro do Colegiado e do Corpo Docente do Mestrado de Psicologia da Universidade Federal do Ceará.
- Professor de Biodança do Mestrado de Mediação Terapêutica Corporal da Universidade de Barcelona.
- Ex-coordenador do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará.
- Coordenador do Projeto Laboratório da Consciência da Universidade Federal do Ceará.
- Ex-professor de Fisiologia Humana do Curso de Psicologia do Centro de Ensino Universitário de Brasília - CEUB.
- Didata em Biodança pela Associação Latino-Americana de Biodança (ALAB), 1980.
- Diretor e fundador da Escola Nordestina de Biodança (período 1982-1984).
- Presidente da ALAB, gestões 1990/1993 e 1994/1996.
- Membro do Instituto Paulo Freire, ONG de Estudos Psicossociais, Ceará.
- Consultor em DRH pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Governo do Distrito Federal (1975).
- Consultor em Desenvolvimento Organizacional pela Organization Development Associates (ODA), Palo Alto, Ca., USA (1977).
- Autor dos livros: Noções de Psicologia Comunitária (duas edições: 1993 e 1994); Biodança – Identidade e Vivência (duas edições em brasileiro: 1995 e 2002; e uma edição em espanhol: 1998).
- Organizador da Coletânea de Textos de Biodança (ENB, 1982; ALAB, 1991), do Catálogo de Exercícios de Biodança (três edições: 1982, 1986 e 1994) e do “Cadernos de Vivência”, Edições Centro de Vivência/Editora Bio’s (1986).
- Autor de diversos artigos de Biodança e de Psicologia Comunitaria.